

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS - PPGCEL

ALINE MOREIRA FERRAZ DE ALMEIDA

**ESTRATÉGIAS SOCIODISCURSIVAS NA COBERTURA DAS
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 PELO JORNAL NACIONAL**

VITÓRIA DA CONQUISTA

ABRIL DE 2020

ALINE MOREIRA FERRAZ DE ALMEIDA

**ESTRATÉGIAS SOCIODISCURSIVAS NA COBERTURA DAS
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 PELO JORNAL NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens.

Orientadora: Prof. Dra. Rita de Cássia Mendes Pereira.

Vitória da Conquista

Abril de 2020

S444p

Almeida, Aline Moreira Ferraz de.

Estratégias sociodiscursivas na cobertura das manifestações de Junho de 2013 pelo Jornal Nacional. / Aline Moreira Ferraz de Almeida, 2020.

111f. il. ; (algumas color.).

Orientador (a): Dr^a. Rita de Cássia Mendes Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de

Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 108-111

1. Jornal Nacional – Estratégias discursivas. 2. Jornadas de Junho de 2013. 3. Sujeitos da linguagem. 4. Discurso. I. Pereira, Rita de Cássia Mendes. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL. T. III.

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

ALINE MOREIRA FERRAZ DE ALMEIDA

**ESTRATÉGIAS SOCIODISCURSIVAS NA COBERTURA DAS
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 PELO JORNAL NACIONAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens.

Data de Aprovação _____/_____/_____

Profa. Dra. Rita de Cássia Mendes Pereira (Orientadora)
Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Uesb

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima
Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Uesb

Prof. Dr. Rubens Jesus Sampaio
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Uesb

Dedico à minha família, em especial à minha
amada filha, Sofia.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho envolveu mais que o esforço intelectual desta autora. Agradeço, primeiramente, ao meu bom Deus por sempre colocar os meus passos no melhor caminho, pela dose diária de esperança, otimismo, amor e proteção. À rede de apoio e amor que se formou ao meu redor. Sem ela, eu não teria, definitivamente, chegado até aqui. À minha querida mãe, Educadora, grande incentivadora das minhas conquistas. Este sonho, sonhamos juntas e ela sabia que eu alcançaria esse objetivo. Ao meu esposo pela compreensão, pelo apoio incondicional. À minha princesa, luz da minha vida, minha filha amada, Sofia, porque, sim, os filhos sempre nos motivam a ir além.

É preciso agradecer à minha querida professora, Rita de Cássia Mendes Pereira, exemplo de pesquisadora e profissional, pelo acolhimento, pelo apoio e pela orientação para que eu pudesse alçar os meus próprios voos na aventura do conhecimento (Quando crescer quero ser como você!)

Sou grata à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, minha segunda casa, ao Programa de Pós Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens por sua estrutura, seu corpo docente de excelência e seus dedicados funcionários, que possibilitaram um ambiente agradável e propício ao desenvolvimento do pensamento crítico, tão necessário à sociedade. Ao professor Marcus Lima pelas orientações e ensinamentos.

Também preciso agradecer ao meu chefe, o Jornalista e Professor Rubens Sampaio, por oferecer condições para o desenvolvimento dos meus estudos, ele que sempre nos motiva a querer sempre mais, mostrando o valor e a importância da qualificação, e pela oportunidade de ser uma profissional cada vez melhor.

Aos colegas do Mestrado pela amizade e todo o conhecimento compartilhado.

Não poderia deixar de agradecer a minha querida Marinê (*in memoriam*), Nei, nossa “babazinha”, que sempre esteve ao meu lado, criando as condições para que eu pudesse estudar e chegar até aqui. Foram noites perdidas, momentos de angústia e incertezas. O desafio foi grande, esse é mais um sonho que se realiza! O conhecimento é libertador!

ALMEIDA, Aline Moreira Ferraz de. *Estratégias sociodiscursivas na cobertura das manifestações de junho de 2013 pelo Jornal Nacional*. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2020. 111p.

Em junho de 2013, ganharam lugar de destaque na comunicação midiática brasileira, assim como em pesquisas acadêmicas e em rodas de conversas, movimentos de protestos ocorridos em várias cidades brasileiras e que ficaram conhecidos sob a designação de Jornadas de Junho. Com o passar do tempo, as manifestações de rua perderam força nos múltiplos espaços de comunicação, mas estimularam e continuam a suscitar reflexões sobre a natureza dos movimentos sociais contemporâneos. As possibilidades investigativas sobre a natureza das manifestações e sobre as marcas que elas deixaram na recente história social e política do Brasil não se esgotaram e estão contempladas no presente trabalho, que tem como objeto as estratégias sociodiscursivas utilizadas pelo principal telejornal do país, o Jornal Nacional, na cobertura das Jornadas de Junho. Pautada, principalmente, sobre a abordagem teórica da Análise de Discurso, de acordo com a proposição de Patrick Charaudeau, a pesquisa sobre a abordagem das representações midiáticas dos protestos teve como objetivo analisar os textos e imagens veiculados na edição de 20 de junho de 2013. Nossa hipótese inicial era a de que, enunciados pelo âncora e por repórteres do telejornal, esses discursos e essas imagens estavam orientados pelo propósito de criar um efeito de verdade sobre as manifestações e propor aos espectadores novas condutas sociais e culturais naquele contexto. Os resultados da pesquisa indicaram que as práticas discursivas que envolviam o âncora e os repórteres de campo abrangiam não apenas a enunciação oral mas, também, o uso de imagens selecionadas das manifestações de rua. No caso específico do âncora, as estratégias utilizadas pelo âncora, na condição de Eu enunciador, comportam a projeção do seu ethos discursivo e a reprodução de valores assentados sobre saberes de conhecimento e de crença compartilhados no imaginário sociodiscursivo. A título de conclusão pode-se inferir que os estratagemas adotados pelos sujeitos investidos da condição de Eu enunciador visam consolidar nos destinatários do discurso, o sentido visado pelos agentes sociais compreendidos pela ideia de Eu comunicante, que almejam controlar os sistemas de representação sobre o fenômeno social tratado como notícia e, em última instância, impor-se no processo de construção da realidade.

Palavras-chave: Jornadas de Junho de 2013 Semiologia. Jornal Nacional. Estratégias Sociodiscursivas.

ALMEIDA, Aline Moreira Ferraz de. *Sociodiscursive strategies in the coverage of the June 2013 demonstrations by Jornal Nacional*. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista. 2020. 111p.

In June 2013, they gained prominence in Brazilian media communication, as well as in academic research and conversation circles, protest movements that took place in several Brazilian cities and became known as the June Journeys. Over time, street demonstrations have lost strength in the multiple communication spaces, but have stimulated and continue to raise reflections on the nature of contemporary social movements. The investigative possibilities about the nature of the demonstrations and the marks they left in the recent social and political history of Brazil have not been exhausted and are included in the present work, which has as its object the socio-discursive strategies used by the country's main news program, *Jornal Nacional*, covering the June Days. Based mainly on the theoretical approach of Discourse Analysis, according to Patrick Charaudeau's proposal, the research on the approach of the media representations of the protests aimed to analyze the texts and images published in the June 20, 2013 edition. Our initial hypothesis was that, enunciated by the news anchor and news reporters, these speeches and images were guided by the purpose of creating a real effect on the demonstrations and proposing to the spectators new social and cultural conducts in that context. The results of the research indicated that the discursive practices that involved the anchor and the field reporters covered not only the oral enunciation but also the use of selected images of the street demonstrations. In the specific case of the anchor, the strategies used by the anchor, as an enunciator, involve the projection of his discursive ethos and the reproduction of values based on knowledge and belief shared in the sociodiscursive imaginary. In conclusion, it can be inferred that the stratagems adopted by the subjects invested with the condition of enunciator I aim to consolidate in the addressees of the discourse, the meaning sought by the social agents understood by the idea of the communicating self, who aim to control the representation systems over the phenomenon treated as news and, ultimately, impose itself in the process of construction of reality.

Keywords: Days of June 2013.. Semiolinguistic Theory. National Newspaper. Sociodiscursive strategies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 UM MAR DE GENTE FOI ÀS RUAS: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL	16
1.1 Movimentos sociais no Brasil de 1964 a 2013	14
1.2 A multidão nas ruas	25
1.3 O cenário	40
1.4 Das ruas às telas	46
2 CONTRATO DE COMUNICAÇÃO, <i>ETHOS</i> JORNALÍSTICO E IMAGINÁRIO SOCIODISCURSIVO NA COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA ..	52
2.1 Contrato de comunicação, discurso midiático e produção de notícias	52
2.2 <i>Ethos</i> , discurso e persuasão	58
2.3 Imaginários sociodiscursivos	65
2.4 Comunicação midiática e modo argumentativo de organização do discurso .	69
3 AS MANIFESTAÇÕES DE RUA NA EDIÇÃO DE 20 DE JUNHO DE 2013 DO JORNAL NACIONAL	71
3.1 Ruptura e permanências na abordagem do Jornal Nacional sobre os protestos	71
3.2 Narrativa, <i>ethos</i> jornalístico e argumentação	78
3.3 O que o Jornal Nacional viu: narrativa, imagem e imaginário sociodiscursivo.....	90
CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

São Paulo, 17 de junho de 2013. Era noite já. Milhares de pessoas caminhavam no silêncio possível, às vezes interrompido por algum grito de protesto. Era o quinto grande ato contra o aumento de vinte centavos no preço das passagens do transporte urbano. Naquela noite, cerca de 65 mil manifestantes foram às ruas. A principal reivindicação – a revogação do aumento do preço das passagens – unificava, no movimento de rua, uma diversidade de projetos políticos relativos à mobilidade urbana. A cidade de São Paulo cresceu privilegiando o transporte individual e os donos de grandes frotas de ônibus, em detrimento de soluções coletivas que atendessem às necessidades dos trabalhadores, que constituíam a maior parte da população. O dia 17 de junho ficou marcado, também, pela agregação, à voz dos manifestantes, do repúdio contra a atitude violenta e desproporcional da Polícia Militar do Estado de São Paulo contra os protestos do dia 13, quatro dias antes.

Sob a forma de passeatas, as primeiras manifestações tiveram início em seis de junho e chegaram ao ápice no dia 20 do mesmo mês, quando, segundo os manifestantes, mais de um milhão de pessoas foram às ruas. Neste momento, ao desejo de acesso ao transporte público mais barato (ou gratuito) veio agregar-se a reivindicação de investimentos em educação e saúde e o grito contra a corrupção. Nesta data, como demonstraram as imagens projetadas pelas instâncias midiáticas, um rio de gente percorreu a cidade de São Paulo, inundou as ruas e obstruiu as artérias urbanas da insalubre capital, o que demandou a improvisação de um sistema viário alternativo. De celulares em punhos, manifestantes fizeram *selfies* e outros tipos de registros e transbordaram as redes sociais com relatos, denúncias, festejos, mas, também, com imagens de violência. Inseridos na rede mundial de informação e comunicação, os indivíduos que participaram dos protestos, assim como os observadores e críticos ao movimento, compartilharam ideias, difundiram imagens, valoraram positivamente ou negativamente o que ocorria nas ruas e mobilizaram, em torno das pautas e estratégias, pessoas que, até então, estavam nos seus confortáveis sofás, atônitos, como se estivessem assistindo à produção de um *blockbuster* de Hollywood. Facebook, YouTube e Twitter foram os principais receptáculos e difusores do imenso volume de imagens, informações e opiniões, que as mídias tradicionais não conseguiram ignorar.

Nas redes sociais, a *hashtag* #vemprarua serviu de mote para um outro tipo de movimento, articulado com o que acontecia no asfalto. Anônimos, escondidos atrás das

telas e embrenhados nas redes sociais, agentes sociais integrados aos modos de comunicação próprios à era digital fizeram a multidão correr para onde não se imaginava. Depois, transbordou, o caldo dos protestos entornou e deixou vazar a indignação. A motivação era, agora, muito mais do que o aumento de 20 centavos na passagem de ônibus.

No ano seguinte, a correnteza mudou de humor, de cor e de propósito: novos movimentos de rua, que reivindicavam para si a natureza contemporânea e horizontal dos protestos de 2013, agregaram novas bandeiras, algumas absolutamente destoantes em relação ao conceito de movimentos sociais, como a intervenção militar. Nas ruas, as cores verde e amarela passaram a predominar sobre o vermelho. E, sobretudo depois das eleições presidenciais de 2014, as críticas passaram a ser direcionadas diretamente ao Governo da Presidente reeleita, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT).

As Jornadas de Junho podem ser tomados como um ponto de inflexão histórica no Brasil contemporâneo. Depois de junho de 2013, as disputas políticas foram gradativamente deslocadas e afetadas pela difusão de uma retórica antipartidária e dominadas por uma gramática moral que alimentou o ideal de cruzada saneadora contra a corrupção. Na esteira dos movimentos que tomaram corpo naqueles dias de junho, uma rede de *websites* de perfil político conservador emergiu. Alguns desses sites, que angariaram um número cada vez maior de seguidores, se dedicaram a repercutir “notícias” apropriadas à difusão de suas visões de mundo, inclusive as chamadas *fake news*.

Nos anos que se seguiram imediatamente a 2013, os movimentos de rua, antes dominados pelos grupos situados dentro do espectro da esquerda, foram ganhando novos contornos, com a presença de novos atores associados a pautas de direita. Para esses novos agentes sociais, os espaços das ruas foram utilizados para desqualificar as pautas e os protagonistas políticos associados à esquerda. Mais do que isso, interessava desqualificar a própria política, atividade humana essencial ao convívio entre os diversos segmentos da sociedade. Nas manifestações individuais e coletivas que ganharam corpo depois de 2013, o termo "político" deixou de ser substantivo e passou a ser um adjetivo, usado para desqualificar pessoas, ideias e análises. No novo vocabulário das ruas, renovado com a presença de agentes sociais de perfil conservador, lideranças de esquerda e formas tradicionais de organização e mobilização foram rechaçadas.

A ideia de autonomia das massas, que o modelo supostamente horizontal de mobilização projetado pelos protestos de 2013 havia posto em evidência, foi valorizada e serviu para referendar ações, por vezes violentas, apreendidas como espontâneas. O diálogo

e a negociação, estratégias conduzidas por estruturas tradicionais, como sindicatos e partidos, foram desprezadas. Observa-se, nesse ponto, a extrapolação, para a vida cotidiana *offline*, das lutas entre aqueles que ainda procuravam agir de acordo com as fórmulas consagradas de atuação política e aqueles que, estimulados pelas informações e contrainformações veiculadas nas redes sociais, sentiam-se munidos de argumentos e táticas de confrontação a esferas de poder cuidadosamente selecionadas. Nas casas, nos ambientes de trabalho, nos espaços de sociabilidade o acirramento dos conflitos espelhava e potencializava o fenômeno das bolhas de opinião, quando não desaguava em violência de fato. Nas redes e nas ruas, nos espaços públicos e privados, as divergências se retroalimentavam.

Passados quase dois anos desde os protestos de 2013, em um cenário marcado pelo avanço da polarização política e pela consolidação de novas formas de ação, no primeiro semestre de 2015, as ruas foram tomadas por novos movimentos de protestos. O alvo preferencial era, agora, o governo de Dilma Rousseff, recentemente empossada para um segundo mandato à frente da Presidência da República. Autodefinidas como apartidárias e, até mesmo, “não políticas”, as manifestações que foram tomando corpo nas várias regiões do país agregaram pessoas de diferentes segmentos etários e condições sociais, que ocuparam as ruas para expressar o descontentamento com os doze anos de governo do Partido dos Trabalhadores.

Nessa nova fase dos protestos indivíduos e grupos passaram a ser cotidianamente municados pelas mídias corporativas com informações e análises sobre supostos escândalos de corrupção que, conforme argumentavam, atentavam contra o patrimônio da maior empresa nacional, a Petrobras. A projeção político-midiática de procedimentos e resultados da chamada “Operação Lava-Jato”, iniciada pela Polícia Federal, no ano anterior, com o intuito de investigar a participação de políticos e empreiteiros em um suposto esquema de propina e lavagem de dinheiro, serviu de combustível para a projeção de grupos políticos que assomaram às ruas em 2015. Organizados primária e/ou predominantemente por meio das redes sociais, os protestos contra a corrupção se adensaram com a adesão de seguidores de pautas escancaradamente autoritárias e neoliberais. Estava aberto o caminho para o “golpe” político-jurídico-midiático que se concretizou, em maio de 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Modelos de ação e organização, inaugurados ou apropriados de experiências internacionais, que ganharam projeção em junho de 2013, foram reproduzidos e

ressignificados pelos manifestantes de 2014, 2015 e 2016. O golpe de 2016 não pode ser destacado da dinâmica das ruas que, desde os protestos de 2013, deu o seu contributo ao processo de desconstrução do projeto político vitorioso nas urnas nas 4 últimas eleições presidenciais (2002, 2006, 2010, 2014). Enquanto, nas ruas e nas redes, as relações políticas tornavam-se cada vez mais polarizadas e conflituosas, o imaginário sociodiscursivo é alimentado por gramática moral e anti-institucional dissolutiva sobre os processos democráticos definidos no plano constitucional. Os *smartphones*, símbolos da era da conexão perpétua e da sociabilidade por plataformas ou redes, foram instrumentos fundamentais para o compartilhamento de crenças e saberes e, especialmente, para a estruturação de “bolhas” que, por um lado, serviram para aproximar grupos de interesse e, por outro lado, na mesma proporção, para estimular perseguição e ataques aos que ostentavam pensamentos divergentes.

As mídias comerciais e, sobretudo, a televisiva, estiveram atentas aos processos políticos e sociais e antenadas com as transformações no campo da informação e da comunicação interindividual vivenciados pela população brasileira em meados da segunda década do século XXI. Afinada com os interesses dos grupos empresariais e corporativos que a sustentam, a “grande mídia”, a exemplo da Rede Globo de Comunicação, intervém, de forma decisiva, no sentido de agudizar a polarização política e construir realidades apropriadas à sua visão de mundo. A crescente mobilização de pessoas nas ruas e nas redes não podia ser ignorada e a mídia empresarial a incorpora ao processo cotidiano de produção de notícias. Essas notícias são construídas mediante ações de seleção, classificação, ordenação e ressignificação dos discursos e das imagens disponíveis. O Eu comunicante, que, no circuito externo de comunicação, tem o controle do processo de produção discursiva, não pode ser descolado dos interesses de proprietários, patrocinadores e agentes políticos e sociais que ainda fazem da televisão, do rádio e dos títulos da grande imprensa meios privilegiados de difusão de ideias.

Subordinados aos ditames desses múltiplos agentes, os enunciadores do discurso, adotam estratégias particulares para, de acordo com o efeito visado, apresentar as notícias ao público e fazer crer que os fatos e opiniões selecionados são, indiscutivelmente, componentes da realidade. No noticiário televisivo, a responsabilidade da comunicação com o público está atribuída aos âncoras e repórteres de campo. Tanto quanto os editores e produtores, esses sujeitos estão diretamente envolvidos no processo de produção, seleção e enunciação de textos e imagens. Os âncoras e repórteres atuam no sentido de promover, de

acordo com um plano mais ou menos definido, o enquadramento dos eventos que a cada edição devem ser alçados à condição de notícia. Eles fazem isso com liberdade muito limitada em relação aos padrões de representação definidos nas instâncias de produção de discurso, que visam controlar, de forma indireta, os destinatários das mensagens.

Tomando como fonte de investigação a edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional, a pesquisa da qual resultou a presente dissertação foi orientada pelo objetivo de desvendar as estratégias discursivas adotadas pelos enunciadores do discurso (o âncora e os repórteres de campo) para o enquadramento das manifestações de rua ocorridas naquele dia, em diversas cidades do país, e para a projeção de efeitos de sentido concebidos consoante a visão de mundo dos agentes sociais situados no circuito externo do ato comunicacional.

Produzido e transmitido pela Rede Globo, o Jornal Nacional foi escolhido por seu papel como instância destacada na organização do espaço público brasileiro (BUCCI, 2006). A princípio, trata-se de um produto jornalístico de qualidade controlada, com seleção apurada das pautas e exímia edição. Não é um programa dado a improvisações, como ocorre em outros telejornais, que permitem alongadas transmissões em tempo real e opinião de apresentadores. Entretanto, durante as manifestações de junho de 2013, e, especialmente, na edição de 20 de junho, ocorreram mudanças significativas no modo de fazer o telejornal. Essas mudanças revelam estratégias discursivas peculiares voltadas para a abordagem dos protestos. O desvelamento dessas estratégias discursivas, que constitui o escopo do presente trabalho, foi realizado mediante a análise dos textos e imagens veiculados na edição em foco.

Do ponto de vista teórico-metodológico, os procedimentos de análise foram estiveram amparados na Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau (2008), e especialmente, o modelo de abordagem do contrato de comunicação próprio à linguagem jornalística. Foi tomada de Charaudeau a ideia de que os atos discursivos envolvem, de um lado, sujeitos comunicantes e enunciadores e, de outro lado, destinatários e interpretantes do contrato comunicativo.

O contrato de comunicação se realiza em uma situação social específica e, de acordo com Patrick Charaudeau (2008), o discurso jornalístico demanda escolhas quanto aos modos de organização do discurso mais adequados à finalidade definida pelos e para os agentes da enunciação. É essencial à eficácia do processo de produção discursiva no campo jornalístico a projeção do *ethos* discursivo do enunciador, que, no Jornal Nacional encontra-se cristalizado na figura do âncora e, secundariamente, nos repórteres de campo. A imagem

de si insere-se em um contexto sociodiscursivo que favorece o compartilhamento de elementos de valoração positiva. Esses elementos conferem ao enunciador a credibilidade e autoridade necessários à consecução do efeito de verdade pretendido pelas instâncias produtoras do telejornal. Para a abordagem do conceito de *ethos* foram essenciais as reflexões de Ruth Amossy (2014).

O processo de produção e veiculação de um telejornal não pode ser desvinculado do contexto, tomado como elemento essencial para a abordagem do contrato de comunicação. Para a abordagem do contexto específico no qual se insere a edição do jornal tomado como fonte de investigação, foram evocadas, inicialmente, as teorias de Elias Canetti (1995) sobre as relações entre massa e poder nos movimentos sociais contemporâneos. As manifestações de rua, tratadas com exclusividade na edição do dia 20 de junho de 2013, remetem à assertiva do autor de que “somente na massa é possível ao homem libertar-se do temor do contato, é pela massa que o homem se libera da fobia do contato e por ela pode ser integrado ao todo. Na massa o homem se sente” (CANETTI, 1995, p. 56). Por outro lado, tomadas em conjunto, as chamadas Jornadas de Junho devem ser abordadas em uma perspectiva histórica, com fronteiras espaciais e temporais que devem ser consideradas em sua complexidade. Os textos e imagens tomados como fontes documentais da pesquisa são relativos ao conjunto de atos ocorridos em um único dia. Entretanto, esses atos não podem ser desvinculados do conjunto de eventos que, desde o dia seis do mesmo mês, alastrou-se, a partir de São Paulo, por um sem número de cidades de todo o país e que ainda teriam continuidade por mais alguns dias.

Eugênio Bucci (2016) evoca as palavras e imagens que inundaram as ruas durante os protestos de junho de 2013, destaca a importância desses registros para a análise dos movimentos sociais e políticos engendrados naquele contexto e argumenta que a realidade que os abrange ainda foge à nossa compreensão. Com o intuito de apresentar algumas das perspectivas de análise sobre o contexto e o fenômeno das manifestações de rua apreendidas pelo nome de Jornadas de Junho, a primeira seção da presente dissertação busca fazer uma análise contrastiva de distintas formas de apreensão e explicação das manifestações de junho de 2013 no Brasil e de seus desdobramentos.

A seção se inicia com a revisão de literatura relativa à história dos movimentos sociais e da luta pela democracia no Brasil desde o Golpe de 1964 até junho de 2013. Em seguida, são postas em contraponto teorias interpretativas sobre a natureza e as principais características das Jornadas de Junho e apresentados dados sobre a composição social das

lideranças e das massas presentes às manifestações. Foram tomados como referências principais, para essas abordagens, textos de André Singer (2013) e Boito Júnior (2013), ambos publicados ainda sob o efeito imediato das manifestações, e um texto de Maria da Glória Gohn (2014a). Singer (2013) busca inferir sobre a composição social dos manifestantes e sugere que os protestos de junho de 2013 poderiam ser, simultaneamente, a expressão de uma classe média tradicional, inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, e um reflexo do pensamento da categoria que ele denomina como "novo proletariado" – trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que, naquele momento, padeciam com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Boito Júnior (2013) defende que os protestos tinham base em uma fração da classe média e que o movimento se insere em um processo político marcado pela polarização entre o programa neodesenvolvimentista, representado pelos governos de Lula e de Dilma Rousseff, e o projeto neoliberal ortodoxo, representado pela oposição burguesa, aglutinada no declinante PSDB. Em outra perspectiva, Gohn (2014a) associa as manifestações de junho de 2013 aos processos e dinâmicas de luta por mudanças e justiça social e, portanto, aos momentos de ação coletiva que caracterizaram a história dos movimentos sociais do Brasil contemporâneo. A primeira seção dedica-se, também, a refletir sobre o cenário social e político que serviu de pano de fundo aos protestos de 2013 e, na continuidade, às mobilizações que deram sustentação ao plano de ruptura institucional, cristalizada, em maio de 2016, com o encerramento do ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores, iniciado com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2003. A seção é encerrada com uma reflexão sobre a importância das telas da televisão para a difusão e transformação dos movimentos de massa no contexto de expansão da chamada sociedade em rede (ou de mídia de massa).

A segunda seção está dedicada à apresentação e discussão dos conceitos que fundamentam a abordagem das imagens e textos veiculados na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional. Em destaque, a contribuição de Patrick Charaudeau para o desvelamento do contrato de comunicação no campo da comunicação midiática; a discussão sobre a importância da projeção do *ethos* do enunciador na consecução das estratégias persuasivas e para a consolidação da autoridade e credibilidade da instância midiática; a importância do conceito de imaginários sociodiscursivos como instâncias de compartilhamento de valores assentados sobre saberes de conhecimento e de crença.

Na terceira seção são apresentados os resultados da análise quantitativa e qualitativa dos discursos veiculados na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional, inteiramente dedicada à cobertura das manifestações de rua. Para a apresentação dos dados quantitativos foram considerados o tempo e a frequência dedicado ao assunto pelo Jornal Nacional durante a entrada de instâncias ao vivo, mediadas pela atuação do âncora. Realizada à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos da Semiologia, a análise dos enunciados discursivos do âncora e dos repórteres de campo, bem como das imagens associadas a esses enunciados, aponta para o uso predominante do modo argumentativo de organização do discurso e para a projeção do *ethos* discursivo do âncora, como mais importante sujeito da enunciação. As estratégias adotadas pelo Eu enunciador viabilizam o enquadramento dos fenômenos sociais tomados como notícia e, de uma maneira geral, confirmam a perspectiva de que os discursos atuam no sentido de mobilizar valores compartilhados no imaginário sociodiscursivo.

Na seção final, dedicada à apresentação das conclusões da pesquisa, duas ideias básicas foram defendidas: em primeiro lugar, a ideia de que a produção discursiva relativa às manifestações de junho de 2013 veiculada pelo Jornal Nacional foi orientada por formas de enunciação dominadas pelo modo argumentativo; em segundo lugar, a assertiva de que os enunciados discursivos veiculados pelo telejornal abarcam elementos do *ethos* discursivo do locutor e se subordinam às designações do Eu comunicante. Este último, compreendendo os proprietários, produtores, editores e patrocinadores, projeta sobre o destinatário o desejo de produção de novas condutas sociais e culturais. A produção de conteúdo pressupõe, portanto, o controle da circulação de sistemas de representação que interferem nos processos de construção da realidade e nos modos de atuação no mundo.

1 UM MAR DE GENTE FOI ÀS RUAS: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

1.1 Movimentos sociais no Brasil de 1964 a 2013

Os movimentos sociais têm como característica essencial a presença de múltiplos atores que tomam para si a responsabilidade de enfrentamento de problemas que afetam a sociedade, mediante a criação de espaços de discussão e a definição de objetivos e estratégias de ação. Para Quevedo, movimento social é “um fenômeno coletivo com organização estruturada e identificada, com finalidade específica de arregimentar um certo número de pessoas, que decidem coletivamente mudar, alterar uma situação de injustiça social” (QUEVEDO, 2007, p. 29). As estratégias adotadas pelos movimentos sociais envolvem, comumente, o reconhecimento do tema pelas esferas de poder e pelas mídias

Os temas que circulam no seio da sociedade civil são submetidos a um complexo processo de seleção e classificação, que resulta na projeção de algumas pautas tomadas como relevantes e na invisibilidade de outras, consideradas sem importância. Além da mobilização da população em torno dessas pautas, os movimentos sociais devem empreender ações no sentido de garantir a visibilidade das reivindicações e das formas de mobilização frente aos poderes, dos quais esperam obter respostas e soluções para as suas demandas, mas, também, frente aos veículos de comunicação. O ativismo – compreendendo ações de mobilização social e visibilidade – é, pois, como destaca Henriques (2007), um dos elementos essenciais à definição dos movimentos sociais.

No Brasil, no período que se inicia com o golpe empresarial-militar de 1964 e se estende até o final dos governos ditatoriais-militares, em 1985, os movimentos sociais, em suas formas variadas, envolvendo pessoas de diferentes categorias sociais e matizes políticos, estiveram envolvidos em ações de mobilização e divulgação, principalmente, em torno da defesa da democracia. Como destaca Ilse Scherer-Warren (2008), é no campo da oposição ao regime ditatorial que se define o sentido de movimento social no Brasil a partir de 1964: “o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 9). Foi especialmente relevante, para a luta pela reconstituição do Estado Democrático, a participação de jovens, estudantes em sua maioria, que nas duas décadas que se seguiram ao Golpe de 1964, engrossaram as fileiras da luta contra o regime ditatorial e, nos anos iniciais da década de 1980, pela realização de eleições diretas.

Por vezes, dissensões internas puseram em confronto setores do movimento estudantil, até o ponto de confronto em brigas de rua. Em 1968, por exemplo, uma batalha campal teve lugar na Rua Maria Antônia, em São Paulo, envolvendo estudantes da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie, que ocupavam lados opostos no contexto de endurecimento do regime ditatorial e de recrudescimento da luta pela democracia.

De um modo geral, os movimentos sociais mobilizam pessoas em torno de pautas econômicas e projetos políticos, mas, ao mesmo tempo, ecoam também visões de mundo e disputas concernentes ao campo mais amplo ao qual se denomina cultura. No Brasil, no período ditatorial, a luta pela liberdade aproximou grupos políticos associados à esquerda com movimentos compreendidos pelo conceito de contracultura, que agregavam estudantes, intelectuais, artistas, jornalistas, editores etc. Especialmente depois da publicação do Ato Institucional nº 5, em setembro de 1968, que levou a prisões, assassinatos e exílio de opositores ao regime ditatorial, os movimentos estudantis e populares tiveram que se reinventar, com o forte apoio de setores progressistas da Igreja católica.

Trabalhadores organizados, intelectuais, religiosos e estudantes foram fundamentais à manutenção do ânimo dos movimentos sociais, mesmo nos anos chamados Anos de Chumbo, que se estendem da publicação do AI-5 até o final do Governo Médici, em 1974. Gohn (2014a) destaca a importância desses movimentos sociais para a reconstrução do Estado Democrático de Direito e a conquista da chamada Constituição de 1988: “os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988” (GOHN, 2014a, p. 23).

A Constituição de 1988, que ganhou o epíteto de Constituição Cidadã, reflete, de algum modo, as demandas dos movimentos sociais que, nos anos que antecederam à sua promulgação, se mobilizaram pelas eleições diretas e pela efetiva participação política nos destinos do país. Em decorrência dessas ações, a nova Carta, como ressalta Avritzer (2002, p. 29-30), “abriu espaço, por meio de legislação específica, para práticas participativas nas áreas de políticas públicas, em particular na saúde, na assistência social, nas políticas urbanas e no meio ambiente”.

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) prevê a realização de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (conforme se pode observar no artigo 14, incisos I, II e III; no artigo 27, parágrafo 4º; e no artigo 29, incisos XII e XIII). Além disso,

garante a participação de cidadãos na gestão das políticas de seguridade social (artigo 194), de assistência social (artigo 204) e, ainda, em programas de assistência à saúde da criança e do adolescente (artigo 227).

A luta contra a ditadura e em defesa da nova constituição favoreceu a diversificação dos movimentos sociais. No contexto de enfrentamento à ditadura, novas identidades foram afirmadas, novas pautas foram definidas, assim como discursos e formas de atuação foram renovados. Evangelista alude à presença de novos grupos, que trouxeram novas pautas e novas formas de ação para o campo da política: "Foram grupos que construíram uma nova forma de fazer política e politizaram novos temas ainda não discutidos e pensados como constituintes do campo político. Nesse processo ampliam o sentido de política e o espaço de se fazer política" (EVANGELISTA, 2004, p. 35

Scherer-Warren situa especificamente no contexto de construção coletiva da Constituição de 1988 a ampliação de formas de organização social que protagonizaram a luta pela ampliação de direitos:

Nesse período houve um aumento considerável do número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social. As associações de bairro, representantes de periferias e de moradores de classe média, também em expansão, reivindicam a concessão de direitos sociais [...] As duas grandes mobilizações nacionais deste período foram o Movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a mobilização da sociedade civil organizada [...] para a inclusão de novos direitos na Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de "Constituição Cidadã" (SCHERER-WARREN, 2008, p. 11-12).

Os anos que se seguiram à promulgação da nova constituição foram profícuos na diversificação dos movimentos sociais. Em 1992, dois fenômenos políticos que movimentaram a vida nacional foram cruciais para a consolidação das novas formas de organização e luta. O primeiro esteve associado à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), que estimulou a criação de fóruns e organizações não-governamentais com pautas específicas e que trouxe movimentos sociais diversos para o debate em torno das suas pautas. O outro conjunto de eventos envolveu as grandes manifestações de rua em favor do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo. Protagonizados por estudantes identificados como "caras pintadas", por conta dos elementos gráficos que os manifestantes traziam grafados em seus rostos, o movimento já antecipa algumas bandeiras que viriam a ganhar força no século XXI, como a defesa da ética na política e da autonomia em relação aos partidos políticos.

Por outro lado, ganharam importância, ao longo da década de 1990, movimentos de mulheres, que trouxeram à pauta a necessidade de combinar a luta contra o patriarcado e com a luta contra o autoritarismo do Estado. Foram cruciais, também, à redefinição dos movimentos sociais, nesse momento, os movimentos de gays e lésbicas, os movimentos voltados à pauta das populações negras (ALBERTI; PEREIRA, 2006) e os movimentos de povos indígenas (EVANGELISTA, 2004). As identidades se revelam a partir do reconhecimento das diferenças, como destaca Castells (2013). No contexto de globalização, as experiências culturais e práticas sociais locais servem, por um lado, à construção de barreiras entre os grupos e à afirmação das identidades, mas os processos identitários que ganham força nesses processos tendem a se integrar a uma perspectiva global. Por conseguinte, ao tempo em que as pautas se diversificavam, o sentido de movimento social permaneceu mais ou menos coeso, associado à perspectiva de enfrentamento ao fenômeno global das desigualdades e de luta por justiça social.

A década de 1990 foi marcada, também, pela requalificação da luta pela terra no Brasil, como destaca Scherer-Warren (2008, p. 13):

Esse também foi um período de crescimento e consolidação de vários movimentos sociais rurais, com o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, e do aumento das articulações interorganizacionais desses atores entre si e com outros movimentos sociais urbanos, latino- americanos e globalizados.

Marcado pela diversidade de pautas e formas e com força crescente no processo de transformação da realidade social, os movimentos sociais, em suas formas tradicionais ou renovadas, consolidaram-se, no final do século XX, como objeto privilegiado de estudos nos meios acadêmicos. Destaca Santos (1999, p. 221): “Mesmo aqueles que não partilham a posição de Touraine (1978), para quem o objecto da sociologia é o estudo dos movimentos sociais, reconhecem que a última década impôs esta temática com uma força sem precedentes”

No alvorecer do século XXI, os movimentos sociais ganham novas configurações. Juntamente com as pautas identitárias que vinham ganhando força, a luta pela terra rural e pelo direito à cidade deram origem a novas designações, novas formas de organização e mobilização. E, mais recentemente, foram impactados pela difusão de tecnologias digitais

de informação e comunicação. As redes sociais virtuais modificaram as noções de tempo e espaço, favoreceram a mobilização de um número cada vez maior de pessoas e deram maior visibilidade aos movimentos sociais. Por outro lado, as mídias digitais tornam-se campos privilegiados de exposição da diversidade, e mesmo de antagonismos, entre os grupos que, eventualmente, se encontraram nas ruas em torno de pautas tomadas como unitárias.

Guimarães (2009) identifica pelo menos quatro tradições que contribuíram com o que ele chama de “ciclo democrático de autoformação do povo brasileiro” e que contribuíram para a conformação dos movimentos sociais na passagem para o novo século: comunitarismo cristão, nacional-desenvolvimentismo, socialismo democrático e liberalismo republicano.

O comunitarismo cristão remonta, de acordo com o autor, à criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, sob a liderança de Dom Helder Câmara. Esse foi um momento marcante no processo de consolidação de uma “ala esquerda do catolicismo brasileiro”. Ao definir a opção preferencial pelos pobres, com base em princípios cristãos, como a igualdade e a solidariedade, a corrente católica do comunitarismo cristão foi fundamental à disseminação de debates em torno da noção de cidadania, debates esses que se disseminaram por meio das Comunidades Eclesiais de Base: “O comunitarismo cristão enraizou-se na vida popular por intermédio de 70 mil CEBs, que organizavam cerca de 2 milhões de ativistas cristãos, agindo dos anos 1960 até os anos 1990” (GUIMARÃES, 2009, p. 18).

A segunda tradição aludida por Guimarães (2009) é a do projeto nacional-desenvolvimentista. De acordo com o autor o nacional-desenvolvimentismo apresenta-se como portador da esperança de extensão dos benefícios econômicos, políticos e sociais da modernidade ao conjunto da sociedade brasileira em seu sentido mais amplo. Na perspectiva nacional-desenvolvimentista, a dualidade entre ricos e pobres seria superada pelo desenvolvimento nacional consignado ao processo de industrialização, isto é, da acumulação de capital e do progresso técnico em mãos da burguesia nacional. Esse processo deveria redundar no aumento da renda por habitante ou, em outras palavras, na elevação sustentada dos padrões de vida da população. O termo “desenvolvimento”, na perspectiva nacional-desenvolvimentista, “significa o processo pelo qual o Brasil realizaria sua revolução em direção à modernidade (GUIMARÃES, 2009, p. 87).

A terceira tradição evidenciada por Guimarães (2009) é a do Socialismo Democrático, que, em sua compreensão, estaria na base das conquistas históricas dos

governos Lula e Dilma (2003-2016). As transformações ocorridas durante a gestão do Partido dos Trabalhadores são apresentadas, pelo autor, como conquistas republicanas e classistas assentadas sobre a superação, ainda que parcial, dos princípios do liberalismo, e, ainda como resultante de um programa de revolução democrática. Em seus fundamentos, argumenta Guimarães, a política do PT apontava para a superação do Estado liberal e para a transição em direção ao socialismo democrático. Mas, conclui, a dinâmica desta revolução só teria sentido se garantido o protagonismo “dos trabalhadores, dos setores populares, do campo e da cidade, das mulheres, dos negros, dos índios, dos intelectuais, dos trabalhadores da cultura e de todas as minorias oprimidas na luta política para derrotar a contra-revolução neoliberal e fundar uma nova república democrática no Brasil” (GUIMARÃES, 2009, p. 92).

Já as tradições liberais republicanas, o último elemento que Guimarães (2009) aponta como componente do “ciclo democrático de autoformação do povo brasileiro”, estas tendem a separar, colocar sob tensão, ou mesmo em oposição, os princípios da liberdade e da igualdade. Na lógica do liberalismo, a almejada igualdade política e jurídica que define a democracia realiza-se em um mundo social e econômico marcado pela desigualdade social, típica do capitalismo. As tradições republicanas e, especialmente, as tradições do republicanismo democrático compreendem as desigualdades estruturais de classe, de gênero ou de raça como incompatíveis com a liberdade plena e a democracia apenas na medida em que alimentam relações de opressão, dependência e situações de vulnerabilidade. Apesar de suas limitações, as tradições liberais-republicana foram fundamentais à definição do conceito de cidadania, que orientou o debate sobre a democracia e as conquistas democráticas do Brasil pós-ditadura.

Ainda na década de 1990, Dagnino (1994) afirmava que o conceito de cidadania, fundamental à estratégia política de reconstrução da democracia, desdobrava-se, de um lado, como expressão concreta dos atores envolvidos no processo de democratização; por outro lado, afirmava, o conceito se renovava com o aprofundamento do debate sobre os limites da democracia: “a nova cidadania transcende uma referência central ao conceito liberal, que é a reivindicação de acesso ao sistema político. O que está em jogo de fato é o direito de participar efetivamente” (DAGNINO, 1994, p. 109).

De acordo com Avritzer (2002), a “liberalização” no Brasil foi elemento-chave à consolidação da democracia na América Latina porque possibilitou a renovação societal em espaços institucionais de deliberação e participação política. Nesta perspectiva, o ciclo de democratização brasileira não se esgota, no estabelecimento e na estabilização da

competição política eleitoral. De acordo com o autor o processo longo e inacabado de democratização do Estado brasileiro envolveria, de forma central, a experimentação de espaços institucionais de participação e deliberação direta na política.

No alvorecer do século XXI, no bojo desse processo de democratização, assiste-se ao surgimento de uma “rede de movimentos sociais”, que trazem no horizonte o aumento da participação da sociedade civil na esfera pública. Por derivação, a defesa radical dos valores democráticos implicou no aparecimento de movimentos sociais que passaram a reivindicar a autonomia em relação ao poder público e aos partidos políticos. Na opinião de Gohn (2014b), esse novo quadro de associativismo da sociedade civil pode ser parcialmente explicado pela ascensão de novos grupos ao poder e pelas reformas no modelo de gestão das políticas sociais (GOHN, 2014b, p. 51).

Desde os governos de FHC (1996-2002), mas, principalmente, nos governos petistas (2003-2016), os Conselhos Gestores de Políticas Públicas tornaram-se focos de disputa e *locus* de atuação de movimentos sociais. Sobre a natureza dos conselhos e sua importância na luta pela ampliação da participação política, ressalta Gohn (2006, p. 37):

Numa sociedade marcada por inúmeros processos de exclusão social e de baixos níveis de participação política do conjunto da população, os conselhos assinalam para possibilidades concretas de desenvolvimento de um espaço público que não se resume e não se confunde com o espaço governamental/estatal

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, efetivamente, se constituíram em canais de comunicação eficazes para a apresentação de demandas de indivíduos e grupos tradicionalmente alijados das instâncias estatais de decisão. Sob o pano de fundo da globalização e da expansão das tecnologias digitais de informação e comunicação, eles estimulam a participação popular e a atuação cidadã, ao tempo em que impõem modificações nas formas de organização e luta dos movimentos sociais tradicionais. Destaca Scherer-Warren (2008, p. 19):

No cenário brasileiro do novo milênio, há a emergência de um movimento cidadão crítico, que não atua de forma isolada, mas em redes nacionais e globalizadas e que se caracteriza por estar desenvolvendo um ideário político que visa a transposição de várias fronteiras restritivas dos movimentos sociais mais tradicionais de nossa história.

A ampliação da participação popular no planejamento público pode ser creditada aos movimentos sociais e às organizações políticas que atuaram em favor da reconstrução do

Estado Democrático de Direito e da consolidação das conquistas consignadas na Constituição de 1988. De acordo com Frank e Fuentes (1989), esses movimentos sociais viabilizaram a aprofundaram a transição da “democracia tradicional do estado político e a democracia econômica para uma democracia civil numa sociedade civil” (FRANK; FUENTES, 1989, p. 20).

A conquista da democracia e a ampliação da participação popular na política tiveram como contraponto, no Brasil como em outras partes do mundo, o inexorável avanço dos pressupostos neoliberais, a fragmentação dos movimentos sociais com a diversificação das pautas e o enfraquecimento e desqualificação dos instrumentos tradicionais de expressão e luta, como sindicatos e partidos.

Em publicação de 2002, Ribeiro alertava para os limites e possibilidades colocadas, naquele momento, para os movimentos sociais no Brasil e apostava, ainda, nas conquistas eleitorais dos partidos políticos de esquerda como um caminho para a conquista e consolidação de direitos:

As possibilidades podem ser visualizadas nas relações sociais contraditórias em que se produz/reproduz a cidadania como síntese de lutas entre classes sociais com interesses e projetos antagônicos. Assim, se o neoliberalismo confisca os direitos conquistados pelos movimentos sociais, os partidos de esquerda, no Brasil, têm reafirmado esses direitos sociais como prioridade em seus governos estaduais e municipais (RIBEIRO, 2002, p. 124).

Mas, de um modo geral, no avançar do século XXI, os movimentos sociais e organizações políticas ligadas às pautas da esquerda, em suas formas tradicionais ou renovadas, foram confrontados por novos padrões de organização e mobilização popular desenhados sobre uma conjuntura internacional francamente favorável ao avanço do individualismo, à hipertecnicação, à desconstrução do Estado e à negação dos Direitos Humanos fundamentais. Estes fenômenos, em conjunto, servem de pano de fundo para a sucessão de eventos que resultaram no Golpe de 2016, que interrompeu o mandato presidencial de Dilma Rousseff e abriu caminho para a conquista do Estado brasileiro por grupos de extrema-direita.

Dilma Rousseff havia sido eleita, nas eleições presidenciais de 2010, ancorada na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. O seu plano de governo estava pautado nas promessas de investimento em infraestrutura e de ampliação de políticas sociais. A garantia de benefícios para a população de baixa renda,

condição para a ampliação do mercado consumidor interno, conjugava-se com a concessão de isenções e de financiamento às empresas nacionais.

A proposta de fortalecimento do Estado como indutor do crescimento e realizador de obras era componente básico do projeto neodesenvolvimentista e de perfil nacionalista que fundamentou a elaboração da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no final do segundo governo Lula. Em entrevista concedida ao *Correio Braziliense*, em 2010, Dilma fez a defesa dos princípios que orientaram a elaboração do PAC, apresentado como contraposição ao projeto neoliberal, na sua opinião, levado a efeito durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e representado, naquele momento, por José Serra, candidato do PSDB. Otoni transcreve a declaração de Dilma Rousseff sobre os projetos de Estado que se encontravam em disputa no processo eleitoral para a sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva:

Foi o Estado mínimo dos neoliberais que nos antecederam e que ficou conhecido pelas dificuldades de tudo aquilo que deixou de cumprir, porque era Estado do não: não planejava, não fortalecia as empresas públicas, não promovia alianças com o setor privado, não protegia o setor privado diante da crise, não incrementou o investimento público e não financiou o investimento privado. E, antes de ser Estado mínimo, foi um Estado omisso. Depois assistimos, no governo Lula, à construção do Estado indutor, que cria as condições para que as coisas sejam feitas, ao mesmo tempo em que cobra dos agentes econômicos que as coisas sejam bem-feitas porque isso é o papel do Estado (OTONI, 2010, p. 15).

Eleita no pleito de 31 de outubro de 2010 com 56,05% dos votos válidos, Dilma Rousseff sustentava, em junho de 2013, o patamar de 63% de aprovação popular, considerando-se a soma das respostas ótimo e bom em relação ao seu governo. Mas o que se seguiu ao que aconteceu durante esse mês modificou significativamente o cenário político do país. No ano seguinte, a candidata do Partido dos Trabalhadores logrou sucesso na campanha para a reeleição, mas em um contexto de polarização política acentuada. Desde então ficou claro que as vias institucionais já não eram suficientes para dar vazão aos desejos e às ações, capitaneadas pela oposição, por empresários, militares e pela grande mídia, de desconstrução e derrubada do projeto político vitorioso nas urnas no pleito de 2014, como em 2010, em 2006 e em 2002.

2013 deve ser tomado como marco histórico e as manifestações de ruas que ocorreram em junho daquele ano, e que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, devem ser pensadas como fenômeno instituidor de novas práticas e novas configurações sócio-políticas. A presença da multidão nas ruas, encorajada pelas mídias e, fundamentalmente,

pelas redes sociais virtuais, é, seguramente, um elemento potencializador das mudanças ocorridas no Brasil, nos anos recentes.

1.2 A multidão nas ruas

Em junho de 2013, milhares de pessoas ocuparam as ruas de um sem número de cidades do Brasil em atos de protesto. O marco inicial foi a realização de uma passeata, no dia seis de junho, na capital do Estado de São Paulo, que reuniu aproximadamente duas mil pessoas contra o aumento das tarifas no transporte público de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Nos dias 10, 11 e 13 de junho, mobilizados, principalmente, por meio das redes sociais virtuais, manifestantes paralisaram grandes vias públicas de São Paulo, como a Avenida Paulista e ruas da Zona Oeste da cidade. A estimativa de número de participantes, em cada ato, era, de acordo com a Folha de São Paulo, de duas a e cinco mil pessoas. Mas, segundo os dados dos organizadores, apenas no dia 13 de junho mais de vinte mil pessoas se fizeram presentes nas manifestações. Na fase inicial do movimento, a condução dos atos estava sob o domínio do Movimento Passe Livre (MPL), cujas lideranças se revezavam como negociadores e porta-vozes dos manifestantes e procuravam afirmar a natureza horizontal da organização e sua autonomia em relação à agenda dos partidos políticos tradicionais.

No decorrer daquela semana, também no Rio de Janeiro, movidos pela mesma pauta dos manifestantes paulistas – a reversão do aumento da tarifa de transporte urbano –, milhares de pessoas foram às ruas. Aos poucos, no Rio de Janeiro como em São Paulo, a pauta se ampliou. A frase “não é por R\$ 0,20”, estampada em vários muros da capital paulista, deixava claro o desejo, alimentado pelos mentores e participantes dos protestos, de extrapolar a reivindicação original.

No dia 13 de junho, a atuação violenta da Polícia Militar do Estado de São Paulo contra os manifestantes deixou um saldo de mais de 150 feridos. As ações repressivas da Polícia Militar tiveram início no cruzamento da Avenida da Consolação com a Rua Maria Antônia. A marcha, que havia partido do centro da cidade, foi impedida de prosseguir em direção à Avenida Paulista. Em seguida, em várias regiões da capital, proliferaram atos de repressão policial contra os manifestantes. Pelo que se pôde apreender de cenas exibidas pela mídia, a Polícia Militar parecia atuar sem controle, agindo, inclusive, contra jornalistas que trabalhavam na cobertura dos protestos. Até mesmo a mídia empresarial deu projeção ao depoimento de participantes e observadores, cujos relatos apontavam para atitudes de

policiais "enlouquecidos" e para "cenas de guerra". Nos noticiários televisivos, as representações do confronto tomaram forma de espetáculo. As imagens postas em foco alternavam entre as ações de violência policial e as iniciativas, protagonizadas por grupos de jovens, de destruição do patrimônio público e privado.

Com a exposição na grande mídia, os manifestantes angariaram força, solidariedade e adesão de setores distintos da sociedade. Novas marchas foram convocadas e mobilizaram ainda mais pessoas em várias cidades, nas diversas regiões do país. Como resultado imediato, ocorreu uma diversificação da plataforma sobre a qual passaram a se estruturar os protestos. As pautas ganharam cores locais, o que inviabilizou a definição de uma agenda centralizada de reivindicações.

O dia 16 de junho, data de abertura da Copa das Confederações, foi marcado pela realização de manifestações em Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, capitais que deveriam sediar jogos do torneio. Em Fortaleza, estudantes entraram em confronto com a polícia antes e depois da partida entre Brasil e México. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, na tentativa de conter os protestos, governos estaduais e prefeituras das capitais, como de outras cidades, revogaram aumentos nas tarifas dos transportes. Em vão.

Durante o ato de abertura da Copa das Confederações no Estádio Mané Garrincha, em Brasília, Joseph Blatter, presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), e Dilma Rousseff foram vaiados quando tiveram seus nomes mencionados. Em entrevista concedida no dia 17 de junho à TV Globo, o então ministro da educação, Aloizio Mercadante, citando Nelson Rodrigues, buscou minimizar o episódio, afirmando que "futebol e política não se misturam e que o Maracanã em dia de jogo vaia até minuto de silêncio".

André Singer (2013) observa que o início da Copa das Confederações marcou o deslocamento dos protestos de rua para novos espaços. São Paulo perdeu a centralidade em favor das praças onde ocorreram jogos: Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Entre os dias 17 e 20 de junho, os atos se multiplicaram por todo o país,. Só na noite do dia 17, estima-se que 250 mil pessoas foram às ruas de 12 cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, em particular, as manifestações adquiriram sabor de sublevação popular, com mobilizações que se estenderam para várias partes da cidade e do estado. Na terça, 18 de junho, foram registrados protestos em Duque de Caxias e São Gonçalo, na Baixada Fluminense. No dia seguinte, dez mil estudantes, apoiados por movimentos sociais

organizados, saíram às ruas em Fortaleza e entraram em confronto com a Polícia antes e depois da partida entre Brasil e México.

Os gastos públicos com a Copa das Confederações, (e com a Copa do Mundo que seria realizada no ano seguinte) se tornaram alvos preferenciais dos protestos. Manifestantes cobravam a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito para acompanhar as despesas e averiguar a existência de superfaturamentos. Em São Paulo, manifestantes circulavam com cartazes como "FIFA, paga minha tarifa", "Queremos hospitais padrão FIFA" e "Da Copa eu abro mão, quero é investimento em saúde e educação". Nas ruas ouviam-se bordões como "Ei, Brasil, vamos acordar, um professor vale mais do que o Neymar". Em Salvador, no dia 20 de junho, dois ônibus da FIFA foram apedrejados, o hotel que servia de base para a FIFA foi vandalizado e houve confrontos com a polícia quando um grupo tentou entrar no estabelecimento. Os manifestantes incorporaram e puseram em evidência, em suas pautas, as bandeiras da defesa da saúde e da educação de qualidade, mas palavras de ordem contra a corrupção ganharam expressão e atingiram, indiscriminadamente, partidos e políticos de vários matizes. Era possível ler nos cartazes dos manifestantes: "Todos contra a corrupção", "Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e Traição", "Fora Alckmin". A desconstrução da política e dos políticos tomou a forma de depredação de edifícios públicos, como os prédios da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, do Congresso Nacional e do Itamaraty. No dia 20 de junho, mais de 100 cidades registraram manifestações, que agregaram, segundo estimativas dos organizadores, mais de um milhão de pessoas. Em resposta, a Presidência da República, sob o comando de Dilma Rousseff, propôs a realização de um plebiscito sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política. Entre o dia 21 e o final do mês de junho, as manifestações continuaram, mas ganharam contornos distintos por regiões e de acordo com os grupos específicos que ainda faziam das ruas o *locus* privilegiado de expressão. Redução de pedágios, protestos contra o programa Mais Médicos e rejeição à Proposta de Emenda Constitucional 37, que implicava na restrição aos poderes do Ministério Público, foram algumas das bandeiras levantadas pelos manifestantes nessa nova fase.

Divergências quanto às fórmulas e aos resultados da mensuração da quantidade de pessoas envolvidas nas manifestações impossibilitam uma abordagem mais precisa sobre a abrangência e o impacto das Jornadas de Junho. As imagens veiculadas pela imprensa tenderam, ao longo dos dias, para, de um lado, a valorização do movimento de massas – a multidão que se manifestava pacificamente – e, do outro lado, a repetição frenética de cenas

de violência contra pessoas e patrimônio. A responsabilidades sobre essas ações, peremptoriamente condenadas pela mídia corporativa, é atribuída aos grupos minoritários de jovens mascarados, que ficaram conhecidos como *black blocs*. Pesquisas realizadas no período indicam que, em São Paulo e Belo Horizonte, a maioria dos manifestantes era composta por jovens de até 25. Nessas duas cidades, dados coletados, respectivamente, nos dias 20 e 22 de junho corroboram a impressão de que havia uma grande massa de jovens nas ruas. Entretanto, a presença de não-jovens não deve ser desconsiderada. Números coletados pelo Datafolha relativos à cidade de São Paulo apontam para um aumento considerável de pessoas com idade superior a 25 anos que se fizeram presentes às manifestações entre os dias 17 e 20 de junho. A tendência, não se confirma em Belo Horizonte. De um modo geral, a mistura intergeracional é instável e a adesão de adultos com mais de 50 anos não passa de 5% (segundo dados coletados em São Paulo) e 2% para indivíduos com idade superior a 60 anos (dados coletados no Rio de Janeiro). Pode-se concluir, portanto, que a base majoritária de jovens com 25 anos ou menos é complementada por um significativo contingente de jovens adultos (entre 26 a 39 anos) e por uma pequena inserção de adultos da meia-idade. Somados, os jovens e os jovens adultos constituíam cerca de 80% dos manifestantes.¹

Dados relativos à escolaridade dos jovens e jovens adultos que ocuparam as ruas foram postos em destaque por Singer (2013): a fração dos que tinham apenas passagem (completa ou incompleta) pelo ensino fundamental foi ínfima em São Paulo, tanto no dia 17 (1%) quanto no dia 20 (2%). Em Belo Horizonte, na tarde do dia 22, esse percentual era da ordem de 4%. Esse percentual foi substancialmente maior nos dados coletados no Rio de Janeiro na noite de 20 de junho (14%), mas está longe de indicar a predominância de pessoas de baixa escolaridade no movimento carioca. A participação de pessoas que chegaram ao ensino médio sem concluí-lo era da ordem de 8%. Somado com o percentual anterior, é possível afirmar a tímida participação da base da pirâmide social nas manifestações.

As cifras relativas à participação de pessoas de maior escolaridade nos movimentos são particularmente significativas. Em oito capitais pesquisadas, nada menos que 43% dos manifestantes tinham diploma universitário. No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, os institutos de pesquisa encontraram, respectivamente, 34% e 33% de diplomados no ensino superior. Somando os diplomados aos que estavam cursando universidade, esse grupo abarca

¹ Os números relativos à cidade de São Paulo foram extraídos da pesquisa do Datafolha datada de 22 de setembro de 2013, disponível em www.datafolha.com.br. Os dados relativos ao Rio de Janeiro, foram apresentados por Singer (2013a, p. A2). Para acesso aos dados relativos a Belo Horizonte, consultar pesquisa da Innovare publicada em 22 de setembro de 2013, disponível em www.innovarepesquisa.com.br.

quase 80% dos manifestantes de São Paulo, em 17 e 20 de junho, e quase 70% dos que foram às ruas de Belo Horizonte em 22 de junho. Os manifestantes que declararam ter o curso médio completo ou que estavam cursando universidade somaram 49%, em oito capitais pesquisadas, e 52% no Rio de Janeiro.

Essas informações são relevantes se comparadas com os dados do censo de 2010, que indicavam que, até aquele momento, apenas 8% da população brasileira possuía diploma. Mesmo em São Paulo, onde a formação universitária era mais abrangente, os diplomados não superavam 18% da população com 15 anos ou mais. Dados do Ministério da Educação de 2011 indicavam que apenas 15% dos jovens brasileiros estavam matriculados no ensino superior, a despeito do fato de que o número de ingressantes tenha duplicado em uma década. As políticas de reparação e inclusão e a expansão do ensino superior, levadas a cabo pelos governos do Partido dos Trabalhadores, foram exitosas na promoção do acesso de um maior contingente de jovens de baixa renda ao ensino superior, mas a posse do diploma era, ainda em 2013, elemento distintivo de das camadas média e superior da população. O número relevante de diplomados nas manifestações de 2013 parece indicar a forte presença da classe média nos atos de rua.

Entretanto, se é um dado irrefutável a presença da juventude nas manifestações de junho de 2013, os estudos acadêmicos não convergem quando se trata de definir a composição social dos manifestantes: por um lado, os dados relativos à escolaridade apontam para a predominância de indivíduos da classe média, tanto na liderança quanto na composição das massas; por outro lado, autores como Antunes e Braga apontam para a forte presença, nos movimentos, do “preariado”, conceito que compreende, segundo os autores, “a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 45). Aparentemente contraditórias, as duas teses parecem apontar para o fato de que os movimentos de rua que ganharam corpo em 2013 abrigavam, simultaneamente, demandas da classe média tradicional, inconformada com os rumos da realidade nacional após dez anos de governos do Partido dos Trabalhadores, e, por outro lado, as insatisfações do novo proletariado - trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada entre 2003 e 2013, mas que, naquele momento, padeciam com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

A liderança do movimento esteve, pelo menos, inicialmente associada ao Movimento Passe Livre (MPL) e a sua configuração é significativa quanto ao papel dos intelectuais na

deflagração do movimento de massas. Os maiores expoentes do MPL, à época, foram assim apresentados por Marcelo Pomar, historiador e cofundador do movimento: Pablo Ortellado, professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo; Luciana Lima, mestre em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo; e Elena Judensnaider, socióloga. A experiência vivenciada por este grupo, em junho de 2013, foi registrada no livro coletivo, publicado, ainda no ano de 2013, com o título *Vinte centavos*. O livro é apresentado pelos autores como um “misto de memória, história, política e crônica jornalística” (JUDENSNAIDER *et al*, 2013) e elucidativo dos discursos enunciados a partir da ótica daqueles que estiveram diretamente envolvidos nas ações de protesto.

Outro elemento a ser destacado sobre as manifestações de 2013 é o seu caráter urbano. Nas palavras da urbanista Ermínia Maricato, “as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou melhor distribuição de renda”. Como ressalta a autora, em condições excepcionais, as massas urbanas se movimentam contra a aplicação de recursos públicos em obras que não contribuem em nada para a melhoria das condições precárias de existência. Efetivamente, naquele momento, a construção de estádios de futebol foi tomada como acinte por parte da população e esse descontentamento foi explorado, no plano político e midiático, como mote para a desestabilização dos poderes constituídos. Além disso, como destaca Rui Braga (2015) não se pode descuidar do fato de que as manifestações de rua de junho de 2013, com pautas heterogêneas e eventos pontuais, vieram se somar aos movimentos classistas, muitas vezes sob a forma de greves, que, desde o ano anterior, haviam sido protagonizados por operários que atuavam na construção dos estádios e de obras do PAC, a exemplo das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia (BRAGA, 2015, p. 82).

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil não podem ser destacadas, também, da euforia em torno de movimentos de massas que, desde o final da primeira década do século XX, tomaram corpo em várias partes do mundo. O ano de 2010, ficou marcado pelo fenômeno designado como “Primavera Árabe”, que, naquele momento, parecia apontar para uma ação libertadora dos povos em relação aos governos autoritários do Oriente Médio e Norte da África. Em 2011, o movimento que ficou conhecido como 15-M, na Espanha, e o consagrado *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, referendavam a estratégia de mobilização de enorme contingente de pessoas em torno de pautas econômicas e políticas heterogêneas. Essas manifestações tinham em comum a ampla participação de jovens e o

uso sistemático das redes sociais para mobilização e difusão das pautas, elementos que devem ser considerados, também, na abordagem das Jornadas de Junho, no Brasil.

As manifestações de junho de 2013 serviram de laboratório para a novos modelos de organização social e atuação política, dos quais o MPL pode ser tomado como exemplo. Além da atuação em âmbito municipal, especialmente nas grandes cidades, esse como outros movimentos pautaram suas ações na articulação em rede e buscaram afirmar o modelo horizontal de organização. Os participantes têm domínio sobre as tecnologias de informação e comunicação e exibem uma linguagem política menos engessada, se comparada aos grupos tradicionais de organizações ligadas à esquerda, mesmo aqueles associados à ideia de juventude.

O ponto chave para a compreensão do Movimento Passe Livre é a defesa do direito de livre acesso aos transportes públicos. A universalidade dos problemas com o custo e a qualidade do transporte, especialmente para a população das grandes cidades, explica, em grande parte, a presença e o potencial de difusão de movimentos, em diversas regiões do país, centralizados na luta pela redução do preço das tarifas, como ocorreu em junho de 2013. Explicam Antunes e Braga (2014, p. 45):

Aqueles que se dedicam a analisar a dinâmica histórica das explosões sociais nas periferias das grandes metrópoles brasileiras conhecem o potencial mobilizador do transporte coletivo. Afinal, se os reajustes dos preços dos alimentos, dos aluguéis e dos serviços, por exemplo, acontecem de forma fragmentada, diluindo-se ao longo dos meses, o reajuste da passagem de ônibus, pelo fato de ser uma tarifa regulada politicamente, acontece de uma única vez, atingindo a massa de trabalhadores ao mesmo tempo. Assim, em junho de 2013, observamos, tendo a cidade de São Paulo como epicentro político, a revolta contra os reajustes alcançar uma escala nacional.

Embora o livre acesso aos transportes urbanos seja um elemento definidor da plataforma de lutas do Movimento Passe Livre, “a luta pela tarifa Zero não tem fim em si mesmo”, como se depreende da Carta de Princípios do movimento:

Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público dos trabalhadores e usuários.²

² MOVIMENTO PASSE LIVRE. *Carta de Princípios*. Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acessado em: 28 out. 2019

Outro aspecto a ser considerado é que os jovens que atuam nesse novo modelo de organização da luta social são nativos da era das telas e concebem os conceitos de horizontalidade e colaboração de forma distinta daquela que orientava a atuação de gerações anteriores. Designados como coletivos, os novos grupos buscam afirmar a diversidade de condições identitárias dos seus membros, propugnam a rejeição à centralidade e à verticalidade no exercício da liderança e se posicionam no sentido contrário a ideologias consideradas unitárias e hegemônicas.

Uma nova concepção de tempo se impõe quando passa a vigorar a ideia de que o movimento acontece “em se fazendo”, independentemente da existência de grandes planos de ação orientados por uma coordenação central com incidência vertical sobre os demais. A imagem que se projeta é de uma experiência de participação e de compartilhamento. O descontentamento, o desencantamento, a indignação contra toda forma de poder estatal e a denúncia de desvio ético e político dos representantes civis eleitos são sentimentos e atitudes que servem de motivação para os atos e levam à agregação de novos membros, coligidos, especialmente, por meio da comunicação em rede.

Na busca da visibilidade, principalmente por intermédio das mídias digitais, os militantes desse novo modelo de movimento social agem no sentido de causar impacto, seja pelo uso de símbolos, seja pelo caráter de espetáculo de suas ações. São deixados de lados as bandeiras, os grandes balões e os carros de som ocupados por lideranças clássicas e artistas consagrados. São valorizados os atos de rebeldia, como a destruição, por meio de fogo, de catracas gigantes feitas de papelão. Nas passeatas, os instrumentos de percussão são amplamente utilizados para animação dos manifestantes, que carregam cartazes feitos a mão e repetem, sob a forma de jogral, erguendo-se, a partir do chão do asfalto, palavras de ordem e informações sobre os próximos passos do movimento. Os textos, inicialmente enunciados pelas lideranças e repetidos pelos presentes, servem para afirmar princípios e pautas.

De acordo com Gohn (2014b, p. 432), há um evidente processo de subjetivação na construção dos sujeitos envolvidos nas ações desencadeadas a partir desse novo modelo. Cada indivíduo produz e conduz o seu próprio cartaz, grafado sobre a cartolina, e uma mensagem nascida da expressão individual de um manifestante pode suscitar uma decisão sobre a demanda-foco ou sobre os rumos dos protestos. Na interpretação de Bourgeois

(2008), cada ativista é investido do poder de construir o seu próprio “capital militante”, seja antes, durante ou depois das ações, o que dá margem à diversificação das formas das ações. Assim, em uma mesma manifestação, podem ser encontrados grupos percussivos, jograis e outros, dedicados à realização de atos mais radicais, como incendiar carros e contêineres de lixo e a atirar bombas caseiras contra símbolos do capitalismo e do poder estatal. É preciso prestar atenção na linguagem corporal dos manifestantes. Registra-se o nascimento de uma nova estética, pode-se dizer “lúdica” e com sabores de um novíssimo esporte. Na compreensão de Bucci (2014), a modalidade atlética de jogar coquetel *molotov* em policiais pode ser comparada a outros esportes radicais, como andar de skate ou de bicicleta sobre falésias:

Assim como os surfistas desenvolvem suas técnicas acrobáticas imitando uns aos outros em vagas esportivo-culturais que incluem palavrados próprios, quase impenetráveis, trajes identitários e gestuais iniciáticos, os atiradores de coquetel molotov também se movem numa cultura específica segundo códigos identitários bem marcados (BUCCI, 2016, p. 58).

As ações de grupos de pessoas vestidas com roupas pretas e com os rostos escondidos sob máscaras, capacetes ou lenços contribuíram para a atribuição do caráter espetacular e performático às manifestações de junho de 2013, embora as suas atitudes performáticas não possam ser tomados como a única forma de expressão dos manifestantes. Conhecidas como *black blocs*, essas pessoas trouxeram para as ruas do Brasil a tática de guerrilha urbana que, desde os anos 1980, havia se espalhado por diversas partes do mundo e que tinha como *modus operandi* os ataques a edifícios públicos e privados identificados como símbolos do capitalismo.

O termo *black blocs* deriva da expressão *Schwarzer Block*, cunhada pela imprensa da Alemanha Ocidental, em 1980, para referir-se aos ativistas autonomistas que lutavam contra a construção de usinas nucleares. Esses ativistas montaram acampamentos ou ocuparam casas e prédios abandonados e desenvolveram táticas de guerrilha urbana para resistir às forças policiais e enfrentar o ataque de grupos neonazistas. O modelo de ação por eles inaugurado estendeu-se para outros países europeus e para os Estados Unidos, nas décadas de 1980 e 1990, e foi incorporado por correntes anarquistas nos cinco continentes. Os alvos preferenciais dos *black blocs* eram os eventos que congregavam representantes de entidades associadas ao capitalismo internacional, como as reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Grupo dos Oito (G-8). Em Seattle, nos EUA, em 1999, em manifestação contra a reunião da OMC, cerca de 500

manifestantes associados ao movimento *black blocs* conseguiram furar o bloqueio policial e adentrar o centro comercial da cidade. Tinha como foco edifícios símbolos do capitalismo, como redes de *fast-food*, instituições bancárias e montadoras de automóveis. Estima-se que os prejuízos foram em torno de dez milhões de dólares.

Outra grande manifestação com incisiva participação de *black blocs* ocorreu na cidade italiana de Gênova, na Itália, em julho de 2001. Ocorriam, concomitantemente, naquela cidade, a reunião do G-8 e o Fórum Social de Gênova. Cerca de 200 mil pessoas de várias partes do mundo protestavam contra o G-8. Em torno de 1000 participantes dos protestos apresentaram-se como *black blocs*. Um deles, Carlo Giuliani, tentou lançar um extintor em um veículo da polícia italiana, mas foi alvejado por dois tiros, sendo um na cabeça. Em seguida, o veículo dos *carabinieri* passou diversas vezes sobre seu corpo caído.

No Brasil, há registros de ações associadas ao conceito de *black blocs* já no ano 2000, durante manifestações ocorridas por ocasião do evento nomeado Ação Global dos Povos. Reproduzem-se, aqui, algumas práticas comuns aos manifestantes da Europa e dos Estados Unidos, como a resistência à repressão policial por meio de táticas de guerrilha, o ataque aos símbolos do capitalismo e, principalmente, o uso de roupas pretas e máscaras. A cor da roupa serve para individualizar os membros do grupo no meio das massas, enquanto o uso de máscaras serve para dificultar a identificação dos indivíduos pelas forças repressivas.

Em junho de 2013, os *black blocs* ganharam projeção por meio de imagens que foram amplamente difundidas nas redes sociais e nas telas da televisão. Atitudes como formação de barricadas com carros, lixeiras e outros materiais em chamas, lançamento de pedras e coquetéis *molotovs* contra as forças policiais e depredação de prédios de empresas e instituições estatais foram postas em evidência e duramente criticadas pela mídia empresarial, que acusava os participantes de atentar contra a ordem social. Embora constituíssem apenas uma parcela pequena dos manifestantes que foram às ruas em junho de 2013, os *black blocs*, com os rostos cobertos com máscaras e lenços, como podem ser visualizadas nas Figuras 1, 2 e 3, acabaram por ser tomados como marcas das Jornadas de Junho. Nas estratégias discursivas utilizadas pelas mídias corporativas, essas imagens foram amplamente utilizadas para denunciar as ações violentas dos grupos de mascarados, que atuavam em contradição com o movimento pacífico das massas.

Figura 1 - Jovens cobrem o rosto com panos e máscara de mergulho durante manifestação, em junho de 2013, no Rio de Janeiro



Fonte: G1. Foto: Rodrigo Gorsito Disponível em
<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/conheca-estrategia-protostos-no-brasil.html>. Acessado em: 12 jul. 2019. black-bloc-que-influencia-

Figura 2 – Manifestante cobre o rosto com lenço durante protesto, em junho de 2013, em Porto Alegre



Fonte: Ag. RBS/Folhapress.. Foto: Jefferson Botega. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/conheca-estrategia-black-bloc-que-influencia-protestos-no-brasil.html>. Acessado em: 12 jun. 2019.

Figura 3 - Homem com o rosto coberto segura cartaz durante manifestação, em junho de 2013, no Rio de Janeiro.



Fonte: G1. Foto: Rodrigo Gorosito. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/conhece-estrategia-black-bloc-que-influencia-protestos-no-brasil.html>. Acessado em: 14 jun. 2019.

O princípio que move a ação dos *black blocs* é a luta anticapitalista. Entretanto, não é possível identificar unidade de organização e ação entre os grupos associados ao movimento. Em um mesmo protesto, várias aglomerações, orientadas pelos mesmos preceitos e por táticas semelhantes, atuam de forma independente. Nas manifestações de junho de 2013, a despeito do destaque dado às suas ações pelas mídias, esses grupos de mascarados não definem a dimensão, a pluralidade e a complexidade dos protestos de rua que, nos meses subsequentes, ganharam novos contornos e deram origem a outros movimentos, inclusive aqueles que contribuíram para solapar as bases de sustentação do governo de Dilma Rousseff.

No presente trabalho o conceito de movimento de massas, apropriado de Elias Canetti (1995), fundamenta a abordagem das Jornadas de Junho e, por derivação, das grandes manifestações de rua que, a partir daquele ano, espelhadas nos protestos de junho de 2013 e movidas por objetivos os mais distintos, ganharam corpo no Brasil. Canetti discorre sobre o poder que o homem adquire quando mobilizado em grandes massas: “Somente na massa é possível ao homem libertar-se do temor do contato [...] É pela massa que o homem se libera da fobia do contato e por ela pode ser integrado ao todo. Na massa o homem se sente” (CANETTI, 1995, p. 37).

Para o autor, o sentimento de perseguição é um dos traços mais notáveis na vida da massa e o autor propõe uma distinção entre massa aberta e massa fechada: a primeira, ele define como massa natural, que se forma espontaneamente e tende a crescer indefinidamente. Ela se expande em toda a parte e em todas as direções: “Fronteira alguma se impõe ao seu crescimento. [...] Existe tão-somente enquanto cresce. Sua desintegração principia assim que ela para de crescer” (CANETTI, 1995, p. 16). Já a massa fechada, argumenta Canetti (1995, p. 16), “renuncia ao crescimento, visando, sobretudo, a durabilidade; se fixando e criando um lugar à medida que se limita”. Sobre o processo de formação da massa, explica Canetti (1995, p. 14-15):

Um fenômeno tão enigmático quanto universal é o da massa que repentinamente se forma onde, antes, nada havia. Um poucas pessoas se juntam – cinco, dez ou doze, no máximo. De repente, o local preteja de gente. As pessoas afluem, provindas de todos os lados, e é como se as ruas tivessem uma única direção. Muitos não sabem o que aconteceu e, se perguntados, nada têm e responder; no entanto, têm pressa de estar onde a maioria está. Em seu movimento, há uma determinação que difere inteiramente da expressão de curiosidade habitual. O movimento de uns – pode-se pensar – comunica-se aos outros; mas não só isso: as pessoas têm

uma meta. E ela está lá antes mesmo que se encontrem palavras para descrevê-la: a meta é o ponto mais negro – o local onde a maioria encontra-se reunida.

Reunidos em uma massa, os indivíduos se fortalecem e passam a lutar por aquilo que, atuando isoladamente, lhes foi negado. Para a análise das manifestações de junho de 2013, podem ser tomados de Canetti o conceito de massa aberta como, também, o de massa de inversão. A massa de inversão pressupõe a existência de uma estratificação ou hierarquia que se inverte a partir da agregação de novos indivíduos.

O Movimento Passe Livre desempenha, no contexto das Jornadas de Junho, o papel de cristal de massa – grupo fechado, limitado e claramente identificável como desencadeante do fenômeno de massa. O grupo reivindica para si a condição de movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário. No início dos protestos de rua, a principal bandeira era a superação do sistema de transporte privado em favor de um sistema público e gratuito. Na compreensão dos seus líderes, o passe livre seria a garantia de acesso universal, sem exclusão social, ao transporte.

No decorrer do mês de junho, outros movimentos organizados procuraram se infiltrar nas manifestações e direcioná-las a outros propósitos políticos, de orientação partidária ou não. De início rechaçados, esses outros cristais de massa ganharam alguma expressão e foram responsáveis pela diferenciação interna dos protestos, de acordo com os métodos e objetivos a eles agregados. Entretanto, há que se considerar o fenômeno que Canetti nomeia como “descarga”, de maior importância no processo de constituição da massa:

É a descarga que a constitui, no momento em que todos os que a compõem desvencilham-se de suas diferenças e passam a se sentir *iguais*. [...] Enorme é o alívio que isso provoca. É em razão desse momento feliz, no qual ninguém é *mais* ou *melhor* que os outros, que os homens se transformam em massa (CANETTI, 1995, p. 16-17).

Também essencial à consolidação do movimento de massas é o conjunto de ações capazes de provocar ruídos, como os ataques a prédios e equipamentos:

O ruído da destruição – o espatifar-se da louça, o tinir das vidraças quebradas, como de espelhos, vasos, quadros, louça – estimula o prazer sensorial e serve de estímulo à ação coletiva. Esses ruídos se assemelham aos sons vitais da chegada de um novo tempo, como os gritos de um recém-nascido. A facilidade de produzi-los garante a popularidade. É como se todos gritassem e o tinir fosse o aplauso dos objetos. (CANETTI, 1995, p. 17).

A destruição de vidraças e portas (partes dos prédios que os separam do exterior) simboliza o ataque às fronteiras. Sem elas, o edifício perde sua individualidade, assim como o indivíduo, que, assimilado à massa, rompe com as fronteiras que o definem como pessoa. Por meio do ato de destruição protagonizado pela massa que o agrega, o indivíduo sente-se aliviado por terem sido eliminadas todas as distâncias que o encerravam (CANETTI, 1995, p. 18).

Em sua abordagem das Jornadas de Junho, Singer propõe a imagem de um abalo sísmico, com efeitos de inestimável abrangência:

Havia ali algo que poderia fugir do controle. Tendo se espalhado por mais de 350 municípios, mobilizando milhões de pessoas, obrigando à revogação do preço das passagens e ameaçado a Copa das Confederações, os movimentos de fato moveram uma placa tectônica quando começaram a se espalhar para as vastas periferias metropolitanas (SINGER, 2013, p. 23).

Sobre a origem e o significado dos protestos compreendidos na ideia de Jornadas de Junho e sobre as marcas que eles deixaram na história política e dos movimentos sociais do Brasil, Singer aponta para a impossibilidade de emitir conclusões naquele momento:

Sem retirar a óbvia importância das demonstrações, em nenhum momento elas foram insurrecionais. Talvez chamá-las de "Jornadas de Junho", portanto, leve a engano. Porém como denominá-las? Diz-se que, anos depois de 1968, o filósofo Jean-Paul Sartre afirmava ainda estar tentando entender o que havia acontecido. Desconfio que o mesmo vá ocorrer conosco. Por muito tempo ficaremos a nos perguntar tanto sobre a gênese quanto sobre o significado desses acontecimentos de junho, como, segundo o filósofo Paulo Arantes, os franceses tratam o famoso maio soixante-huitard (SINGER, 2013, p. 23).

Boito Junior e Beringer (2013) apontam para a insuficiência e imprecisão das análises que desconsideram o processo político no qual as manifestações estão inseridas e propõem como caminho necessário à interpretação das Jornadas de junho uma abordagem classista dos agentes políticos que as promoveram e daqueles que, representados pelo Governo Federal, foram por elas diretamente afetados:

As manifestações não foram obra do “povo” ou da “juventude”, e nem esse processo político pode ser caracterizado como uma referência genérica ao “governo” e à “oposição”. As manifestações tiveram como base majoritária uma fração da classe média e o processo político no qual se inseriram encontra-se polarizado entre os programas burgueses neodesenvolvimentista, representado pelo governo, e o neoliberal ortodoxo, representado pela oposição burguesa aglutinada no declinante PSDB. (BOITO JR; BERRINGER. 2013, p. 32).

Efetivamente, o movimento, que se inicia como luta por redução da tarifa do transporte público, acabou, no ponto de chegada, por incorporar inúmeras bandeiras da classe média, francamente formada e informada pelas grandes redes de comunicação. Por essa razão, independente das razões e insatisfações expressas pelos manifestantes, não se pode ignorar o papel da mídia, em especial da mídia empresarial, na definição de pautas e no direcionamento do movimento no decorrer das Jornadas de Junho, com consequências inevitáveis sobre os rumos do país. Fundamentalmente, tomando como mote a suposta autonomia do povo na definição dos rumos da nação, setores da grande mídia deram larga contribuição para a desqualificação sistemática da política e dos políticos, com riscos potenciais para o regime democrático. O desvelamento da lógica interna desse tipo de discurso e dos grupos e projetos que orientaram a sua elaboração e difusão demanda a análise do cenário político-institucional que ambientou as Jornadas de Junho e do que se seguiu.

1.3 O cenário

Na compreensão de Marilena Chauí (2013), o cenário perfeito para o desencadeamento das manifestações de 2013 foi a situação da vida urbana nas grandes metrópoles brasileiras, um quadro que a autora definiu como *inferno urbano*. A desigualdade do acesso à moradia, problema não resolvido pelos programas de financiamento da habitação popular, a exclusão social e espacial de setores significativos da população, o aumento do número de veículos de uso individual e a oferta de transporte coletivo de péssima qualidade são alguns dos problemas que vieram à tona no segundo mandato de Dilma Rousseff.

Chauí (2013) se esforça para desvendar a conjuntura política que serviu de pano de fundo para aqueles eventos e que possibilitou que o movimento, liderado pelo MPL, saísse vitorioso do confronto com os poderes locais, que acenaram com a redução da tarifa. Em outra perspectiva, Alonso (2018) destaca que o represamento dos preços na crise não autoriza falar em vitória da mobilização. Afinal, se houve uma redução das tarifas de ônibus como efeito imediato dos protestos, a longo prazo elas subiram novamente.

Para Chauí (2013), é inegável que os atos de protesto tornaram explícitos conflitos sociais e políticos latentes e deslocaram para a rua o núcleo da prática democrática e a luta por direitos. Entretanto, salienta a autora, é necessário questionar porque as manifestações de descontentamento explodiram naquela conjuntura, com o desemprego em patamares

baixos, inflação controlada e estabilidade democrática. Este mesmo tipo de questionamento, sobre a pertinência dos atos naquela conjuntura, é posto em foco por Fernando Haddad, em análise retrospectiva, em junho de 2017, em artigo publicado na revista *Piauí*:

Como explicar a explosão de descontentamento ocorrida em Junho daquele ano? [...] O desemprego estava num patamar ainda baixo; a inflação, embora pressionada, encontrava-se em nível suportável e corria abaixo dos reajustes salariais; os serviços públicos continuavam em expansão, e os direitos previstos na Constituição seguiam se ampliando (HADDAD, 2017)

Em um plano mais geral, a chave para a interpretação da origem dos protestos e das formas de ação dos manifestantes pode estar no avanço do neoliberalismo, que leva à fragmentação, terceirização e precarização do trabalho e ao refluxo das formas tradicionais de organização da classe trabalhadora. É crucial para a compreensão da diversidade de condições e pautas dos atos de 2013 a heterogeneidade dos trabalhadores, que já não se apresentam de forma unificada nos espaços públicos. Chauí (2013) destaca o papel das mídias na divulgação e na potencialização do efeito dos atos de protesto e observa o surgimento de uma nova tendência, de recusa de mediações institucionais e afloramento de ações indiferentes à determinação de classe social, situação própria à sociedade de massas. Neste contexto, as classes que não se unificam para a ação coletiva, de acordo com a autora, tendem a ser consideradas na luta política como massa.

É esse o contexto que abarca o fenômeno do lulismo, que ganhou contornos no Brasil a partir de 2003 e cujos desdobramentos não podem ser desconsiderados na abordagem dos eventos de 2013. O lulismo é, na opinião de André Singer (2012), ambíguo e contraditório. Os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) representaram, ao mesmo tempo, conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança. Frente a este quadro, Singer questionava, em 2012: “a inesperada trajetória do lulismo incidirá sobre contradições centrais do capitalismo brasileiro, abrindo caminho para colocá-las em patamar superior?” (SINGER, 2012, p. 9).

Para responder à questão, o autor propõe recompor os passos históricos do lulismo. Lula, na sua concepção, tendo vencido a eleição de 2002, apenas manteve a ordem neoliberal dos governos de Collor e FHC, adotando uma política econômica conservadora a fim de evitar o confronto com o capital. Nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária aumentou os juros, realizou cortes no orçamento público e restringiu o poder de compra do salário mínimo. Além disso, o governo recém-eleito ensaiou apresentar uma

proposta conservadora de reforma da Previdência Social, que, entre outras coisas, acabava com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos. O resultado imediato desse modelo de gestão foi a queda do PIB de 2,7% para 1,3%, o aumento do desemprego, a queda da renda média do trabalhador e o aumento do lucro das instituições financeiras.

Oito anos depois, a situação era diferente. Em dezembro de 2010 os juros tinham caído; o aumento do poder de compra do salário mínimo e o beneficiamento de doze milhões de famílias pelo programa Bolsa Família proporcionaram uma elevação do padrão de consumo das classes mais baixas; o PIB alcançou patamares inéditos; o desemprego estava em baixa, assim como a desigualdade de renda. Singer (2013) cita a opinião da economista portuguesa Maria da Conceição Tavares, para quem o governo Lula estava tocando em três coisas importantes: crescimento, distribuição de renda e incorporação social. Desde o final do primeiro mandato, era evidente que esses e outros pontos programáticos assumidos pelo governo tinham provocado o afastamento de setores da classe média e a aproximação de setores mais pobres da população. A agenda positiva para a reeleição, em 2006, era a redução da pobreza, o que levou à polarização política entre ricos e pobres, representados pelos projetos políticos do PSDB e do PT.

Para Singer (2013), o lulismo nasce nesse momento, fruto do encontro entre o tipo de liderança exercida por Lula e aquela fração de classe favorecida por um programa de governo orientado pelo objetivo de combater a pobreza e melhorar o padrão de consumo da fração mais pobre da sociedade, sem abrir uma linha de confronto direto com o capital. De acordo com o autor, a diminuição da desigualdade foi acompanhada pela aceleração do crescimento econômico e as intervenções governamentais que retiraram da miséria aquela parcela da sociedade compreendida pelo conceito de subproletariado garantiram a vitória de Dilma Rousseff em 2010, que tinha na sua plataforma de governo a promessa de continuidade do projeto concretizado durante os governos de Lula.

O lulismo, de acordo com Singer, na medida em que busca o equilíbrio entre as classes, acaba por esvaziar as posições que pretendem representá-las na esfera política. Neste sentido, conclui, a polarização entre ricos e pobres dilui a polarização entre esquerda e direita. O lulismo repete, na compreensão de Singer, o mecanismo elucidado por Marx em *O 18 Brumário*: destituída da possibilidade de agir por meios próprios, a massa se identifica com aquele, que desde o alto, aciona as alavancas do Estado para beneficiá-la. Não sendo precedido por uma revolução, o lulismo é um exemplo de movimento sem mobilização e pode ser considerado como um caso de revolução passiva. Deste ponto de vista, representa

a criação de um bloco de poder novo, com projeto próprio, para cuja compreensão as noções de política de massa e de revolução passiva parecem úteis, desde que filtradas pela cor local.

A perspectiva de classes sustentada por Singer para explicar o lulismo e suas transformações encontra ressonância em vários outros autores. Jessé de Souza (2017), por exemplo, concorda com a tese de que a polarização das classes explica o realinhamento das forças políticas, com impactos sobre a disputa partidária. Os temas da repolarização e repolitização como desdobramentos do lulismo é ressaltado também por Rudá Ricci em entrevista concedida a Patrícia Fachin (2019).

Nesse contexto de polarização, potencializada pela definição e ascensão do fenômeno do lulismo, Dilma Rousseff, designada para dar continuidade ao projeto do governo petista, sai vitoriosa do pleito de 2010 e conduz o país a um quadro de estabilidade econômica, com um dos mais baixos índices de desemprego já registrados na história do país. Entretanto, como chama a atenção Marco Aurélio Nogueira (2016), é preciso desviar a atenção para um fenômeno que se manifesta durante o período de 2011 a 2016, com Dilma Rousseff à frente da Presidência da República: a crise estrutural do modelo democrático sustentado no princípio da representação e a consequente quebra da credibilidade na classe política: "É a ideia de que as formas de representação tradicionais, que são os partidos e os sindicatos, perderam legitimidade, e o sistema começa meio que a girar em falso, como se a sociedade civil e os instrumentos de representação estivessem descolados." (NOGUEIRA, 2016, p. 376).

Não se trata de um problema apenas brasileiro, como assevera o autor: "Esse ciclo de transformação, com os seus respectivos efeitos de natureza política, é mundial, não é exclusividade do Brasil. Você pode fazer uma lista: a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, os Indignados espanhóis, os estudantes chilenos". Mas, no caso brasileiro, vai conduzir à quebra da normalidade institucional, cristalizada no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. A importância das Jornadas de Junho de 2013 para esse desfecho não pode ser desconsiderada.

Em 2013, a convocação para as ruas, realizada, principalmente, por intermédio das redes sociais, constitui um ato indiferenciado para um evento pontual, sem passado e sem saldo organizativo. A recusa de mediações institucionais, a indiferença às divisões de classes, aos conflitos de interesses e à concentração de poderes econômico-sociais resultam, na opinião de Chauí (2013), na falta de percepção dos manifestantes sobre o campo econômico-político no qual estavam se movendo quando imaginavam estar agindo fora da

política e contra ela. Outro aspecto que deve ser considerado na análise das manifestações de junho de 2013 foi destacado por Eugênio Bucci (2014): os protestos se originaram de uma desconexão temporal entre Estado e sociedade em um contexto em que predominam as dinâmicas do espetáculo e da teatralização eletrônica da política, que têm como fator de propulsão as tecnologias digitais, frente à lentidão dos processos decisórios do Estado.

Para Bucci (2014), o Diário Oficial é o retrato fiel da temporalidade da palavra impressa gerida pelo Estado. A periodicidade diária reflete, na opinião do autor, a pulsação da sociedade, enquanto o tempo de tramitação dos processos nas instâncias estatais é muito mais lento. Esse descompasso entre a sociedade e o Estado aparece, segundo o autor, de forma clara, nas manifestações de 2013:

Hoje um grupo de estudantes convoca uma manifestação em questão de dias, via redes sociais. O Estado demora meses para responder. Mas o Estado precisa ser mais ágil e atualizar os paradigmas temporais. O que vimos em junho de 2013 foi um transbordamento de multidões e energias que não encontravam e ainda não encontram canais para se comunicar com o Estado (BUCCI, 2013, p. 42).

Na opinião de Bucci, as demandas por escolas e hospitais, a luta contra o aumento da passagem e contra a corrupção apareceram nas bandeiras dos manifestantes exatamente porque o Estado, naquele momento representado pelo Governo de Dilma Rousseff, se mostrou incapaz de dialogar com a sociedade.

Autor de estudos sobre emancipação social, direitos coletivos e democracia participativa, Boaventura de Sousa Santos, em entrevista concedida, em julho de 2013, a Fernando Caulyt, da *Deutsche Welle* Brasil, avaliou a onda de indignação que tomou as ruas do Brasil como fruto das mudanças vividas pela sociedade brasileira nas últimas décadas. De acordo com Santos, “as políticas de inclusão realizadas nos últimos dez anos atingiram seu limite e as formas de participação não são hoje tão eficazes quanto eram. Além disso, o serviço público não se desenvolveu como deveria” (CAULYT, 2013).

Para o sociólogo português, as manifestações foram uma surpresa tanto no plano interno como no plano internacional. Tudo levava a crer que tudo no Brasil estava indo bem. Internamente, os próprios partidos, especialmente o do governo, foram apanhados de surpresa. Havia um mal-estar, evidentemente, mas, na opinião do autor, esse mal estar era resultado do êxito das políticas instituídas a partir de 2003, que fizeram com que 40 milhões de pessoas entrassem para a classe média. A nova classe média cria expectativas em relação ao próprio modo de vida e às condições de acesso aos serviços públicos e essas expectativas

interferem no modo como os seus membros interpretam a sociedade e veem a si mesmos na relação com os outros. São 40 milhões de pessoas que, formadas e informadas pelos meios de comunicação de massa, começam a ver uma certa estagnação das políticas sociais que as favoreceram e a insuficiência dos serviços públicos diante das demandas ampliadas. A limitações do sistema de saúde pública é o exemplo mais evidente dessa insuficiência para essa "classe C" que, na visão de Santos, ficou mais exigente (CAULY, 2013).

Na opinião de Leonardo Boff (2013), tendo levado ao limite possível as políticas de inclusão, os governos do PT viram-se estagnados diante da ilusão de que, com a redução das desigualdades, os problemas do Brasil estavam resolvidos. Por outro lado, confiados no apoio de setores do empresariado, preservados em seus privilégios e contemplados em acordos e negociações de toda ordem, esses governos agiram como se pudessem prescindir do apoio dos movimentos sociais que, tradicionalmente, constituíam sua base de apoio:

Uma vez no poder, o PT atendeu às principais urgências populares desde sempre negadas ou insuficientemente satisfeitas. Finalmente, a dignidade dos condenados a serem não cidadãos foi resgatada: puderam comer, ter um mínimo de educação, de saúde e de benefícios da modernidade como luz elétrica, acesso à casa e ao sistema bancário. Cerca de uma inteira Argentina de marginalizados foi incluída na sociedade contemporânea. É um feito de magnitude histórica. A desigualdade social, nossa maior chaga, diminuiu em 17%. Mas este projeto de inclusão alcançou depois de dez anos o teto. A ilusão do PT foi entender-se como a realização do Brasil que queríamos. Abandonou o trabalho nas bases e perdeu a organicidade com os movimentos sociais organizados que o criaram. Nas bases não se discutia mais política nem se sonhava com a construção de um Brasil ainda melhor. O povo, uma vez desperto, quer mais. Não basta sair da miséria e da pobreza. Postula um outro Brasil, onde não haja contradições escandalosas como a atividade política movida por interesses, conchavos e negócios, como a corrupção fruto da relação incestuosa entre o poder público e os interesses particulares dos poderosos. Os privilégios das elites dominantes contam mais que os direitos dos cidadãos. Para elas são feitos os principais investimentos, restando sobras para as necessidades da população. Daí se explica a má qualidade do transporte coletivo em cidades inchadas, porque não se fez a reforma agrária, a saúde é precária e a educação desqualificada. Acresce ainda a burocracia estúpida, complicada, feita para não atender às demandas do povo (BOFF, 2013).

Se, em 2013, as políticas de inclusão orientadas pela ótica neodesenvolvimentista haviam atingido seu limite, por outro lado, as formas de participação política e os modelos tradicionais de mobilização social já não pareciam eficazes. As manifestações de rua aumentaram a pressão sobre os governos, nos diversos níveis, contra os quais a população direcionou as frustrações e reivindicações. Longe de apresentar uma formulação política

clara quanto a objetivos e métodos de ação, essas manifestações afetaram os partidos políticos e outras formas de organização social, aos quais ficou reservado papel secundário na agenda de mobilizações. A diversidade social e política dos manifestantes e a forte presença de jovens de todas as camadas sociais não podem servir para desqualificar o movimento enquanto foco de expressão da insatisfação popular contra os governos do Partido dos Trabalhadores, ainda que se reconheça que essa insatisfação tenha sido inflada por interesses políticos estranhos àqueles que se apresentavam como mobilizadores das massas que foram às ruas protestar. O desvendamento desses interesses só pode ser compreendido mediante a análise dos recursos midiáticos que garantiram a visibilidade do movimento e que, ao mesmo tempo, proporcionaram mudanças importantes na sua recepção pela sociedade, bem como na definição de pautas e estratégias dos movimentos de rua que se seguiram a junho de 2013.

1.4 Das ruas às telas

É essencial aos movimentos sociais a adoção de estratégias que lhes garantam o reconhecimento por parte dos poderes públicos e a visibilidade nas mídias. Apesar do avanço das redes sociais virtuais, não se ignora o papel da mídia empresarial na divulgação dos grandes temas nacionais. Como salienta Pereira Junior (2004), são os grandes veículos de comunicação que têm os melhores resultados no processo de inserção no cotidiano da população. Por outro lado, é preciso considerar que os indivíduos recebem informações provenientes de diversos dispositivos e que atuam de forma ativa ao compartilhar com os outros suas próprias leituras do mundo, às quais eles pretendem atribuir força de verdade. No processo de socialização dessas verdades, indivíduos e grupos específicos constroem, de acordo com princípios de lógica e coerência, repertórios de significações que lhes são próprios.

A humanidade está imersa, portanto, como salienta Castels (2004) em uma trama simbólica de representações da realidade, representações que são componentes essenciais dessa mesma realidade. O compartilhamento de informações constitui um processo de trocas simbólicas, realizado por meio da linguagem. Conforme Jovchelovitch (2011, p. 37), “é a análise do sentido que pode esclarecer o fato de que diferentes pessoas, em diferentes contextos e tempos, produzem diferentes visões, símbolos e narrativas sobre o que é real”.

Por essa razão, ainda de acordo com a autora, “compreendemos bem o que é parte do nosso contexto cultural, e tendemos a compreendermos mal o que não é” (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 80).

Narrativas e interpretações produzidas por diferentes agentes sociais não concorrem em condições de igualdade nos processos mais amplos da comunicação social. Pelo contrário, as ideias são hierarquizadas de acordo com o poder que cada ser social tem de expor suas visões de mundo. Aqueles que detêm o poder de dizer buscam impor as suas próprias “verdades” ao conjunto da sociedade. Isso explica o papel da mídia empresarial, e, por conseguinte, dos grupos que definem os padrões editoriais e patrocinam a sua produção no controle do fluxo de informações. Os meios de comunicação de massa atuam, nem sempre com sucesso, no sentido de intervir na forma como os indivíduos representam, para si mesmos e em seus grupos, as relações sociais e as condições de vida às quais encontram-se submetidos (GUARESCHI, 2000, p. 44).

Por outro lado, é preciso considerar o papel da comunicação em rede que, na sociedade contemporânea, marcada pela globalização e pela universalização do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação, consegue atrair, cada vez mais, indivíduos e grupos para suas teias. Com a difusão de computadores e aparelhos eletrônicos móveis de tecnologia digital, como o celular e o smartphone, os símbolos utilizados para a representação da realidade são reorganizados em um novo universo de conexões. Se estabelece, como ressalta Castels, uma ligação contínua entre o “real” e o “virtual”, uma “cultura da virtualidade real”. Entretanto, não é necessário ao indivíduo a posse do equipamento de captura de imagens para que ele possa vivenciar a realidade propagada pelos dispositivos digitais. O simples contato com a tela digital já favorece a ruptura de fronteiras entre “real” e “virtual”.

A importância das redes sociais na dinâmica e configuração dos eventos de 2013 foi abordada por Silveira (2014), que colheu e analisou dados do Facebook, postados entre 5 e 21 de junho, por meio do aplicativo *Gephi*, um software para a visualização e análise de grafos em redes complexas. Os números relativos ao compartilhamento dos dados indicam as mensagens que mais circularam naquela rede social naquele período. Há um aumento extraordinário no número de mensagens relativas às manifestações: em 5 de junho foram identificadas 8.750 mensagens alusivas ao assunto. Em 21 de junho foram 361.711 um número 40 vezes maior. Além disso, o autor afirma a criação de um espaço híbrido entre as redes e as ruas. As figuras 4, 5 e 6, são elucidativas deste entrelaçamento. Ao compartilhar

imagens e narrativas em postagens nas redes sociais, as pessoas que estão nas ruas, mas também os ausentes, que acompanham os movimentos por meio de telas, fazem escolhas, estabelecem prioridades, valoram positiva ou negativamente os acontecimentos que compartilham e contribuem para a difusão dos protestos.

Figura 4 – Manifestante anuncia, por meio de cartaz, a transição da rede às ruas



Fonte: Agência Tríade Brasil. Disponível em: <http://tectriadebrasil.com.br/blog/2013/06/18/o-poder-das-midias-sociais-nas-manifestações-populares/>. Acessado em: 18 out. 2019

Figura 5 – Manifestantes em protesto nas ruas de São Paulo anunciam o entrelaçamento entre as redes e as ruas



Foto: Smoke Buddies . Disponível em:
<https://www.smokebuddies.com.br/tag/manifestacoes-de-junho/>.
Acessado em: jun. 2019.

Figura 6 – Manifestante captura, por meio de tecnologia digital, imagens da manifestação



Fonte: Mídia Ninja. Foto: Marcos Ninni. Disponível em:
<https://medium.com/@MidiaNINJA/ninja-2013-f6d5618375b2>. Acessado em: maio de 2018.

Nos movimentos de 2013, foi também utilizada amplamente como estratégia de mobilização a criação de eventos no Facebook, por meio dos quais eram difundidas informações como local e data dos próximos atos. A eficácia da iniciativa é salientada por Silveira (2014, p. 52): “Um retrato do aumento do engajamento social pode ser tirado a partir da evolução do número de participantes confirmados nos eventos agendados pelo Facebook”

A expressão automobilização social parece adequar-se a esse novo modelo de ação, que implica na descentralização da comunicação por meio do uso individualizado e massificado das mídias digitais em um padrão horizontal da organização. Em discursos propagados nas redes, manifestantes expõem críticas a partidos e sindicatos, desprezados por suas estruturas verticalizadas e centralizadas. São comuns, também, os discursos contrários à grande mídia, em relação à qual os manifestantes buscam afirmar a independência. Presume-se que, independente da cobertura midiática, a divulgação das manifestações é responsabilidade de cada um dos presentes, que, municiados principalmente por equipamentos de telefonia celular, fazem a cobertura dos acontecimentos, fotografando, filmando e narrando.

Vídeos, fotografias e textos produzidos pelos próprios manifestantes ganharam espaço nas redes e estimularam sentimentos de solidariedade e indignação, que se revelaram importantes vetores de mobilização de novos adeptos. De forma mais organizada, por dentro do movimento, grupos midiáticos alternativos à mídia corporativa se constituíram, a exemplo do Mídia Ninja, uma rede descentralizada de mídia que acabou se tornando a mais importante referência de captação de imagens das manifestações, transmitidas, inicialmente, por meio de vídeos do YouTube.

Para Silveira (2014), esses novos fenômenos midiáticos mostram o poder que têm as pessoas de criar redes de opinião à margem das fontes de informação consolidadas e com outras redes de opinião e, às vezes mesmo, em confronto com elas. Complementarmente, frente aos desafios da comunicação digital que descentraliza as fontes de informação, os meios de comunicação tradicionais se veem obrigados a rever linhas editoriais, a reconfigurar os modos de cobertura, inclusive nas redes sociais, e a pautar os movimentos protagonizados pelas massas mobilizadas no espaço híbrido da tela e das ruas.

A multiplicidade dos canais de comunicação e informação disponíveis contribui significativamente para a complexidade e a imprevisibilidade dos acontecimentos. A variedade de formas de ação a distância ofertada pelos meios digitais torna incontrolláveis as respostas dos indivíduos, abre espaço para novos tipos de inter-relacionamento e de

indeterminação no mundo moderno, fenômenos cujas características e consequências estamos longe de entender cabalmente (THOMPSON, 2014, p. 158).

Quando, em junho de 2013, as manifestações de rua ganharam volume, a multidão encarnou as críticas ao sistema e sustentou as propostas de se fazer política de maneira mais horizontal e menos hierárquica. Entretanto, aos poucos, as bandeiras de luta, demandas genéricas com as quais muitos pareciam concordar, foram ganhando tons mais carregados à direita. No grito “contra a corrupção” e contra “tudo que está aí”, o conteúdo parece importar menos que a expressão. Essas novas palavras de ordem se espalharam por setores diversos da sociedade e subiram de tom. Foi uma festa de arromba, com direito a *selfies*, nas quais os novos militantes exibiam cartazes escritos a próprio punho. A repulsão e mesmo os atos de violência contra os que tivessem a ousadia de levantar bandeiras partidária, sindical ou simplesmente vermelha tornaram-se marcas dos movimentos de rua. O vermelho e o preto foram preteridos em favor do verde e amarelo. As novas cores dos protestos foram difundidas à profusão pelas telas dos computadores e celulares, mas também das televisões.

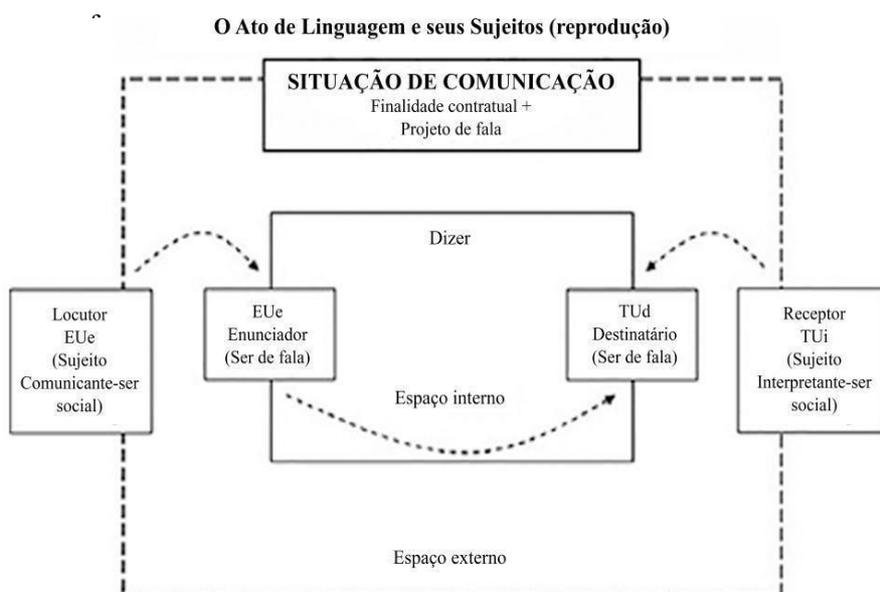
O dia 20 de junho pode ser tomado como uma data crucial para a abordagem das manifestações de 2013 abarcadas pelo conceito de Jornadas de Junho. Neste dia, o Jornal Nacional foi inteiramente dedicado à cobertura das manifestações. Os textos e imagens exibidos ao longo da edição constituem o foco da pesquisa empírica, de natureza qualitativa e documental, da qual resultou a presente dissertação. A análise desses textos e imagens foi realizada tendo como referência a Teoria Semiológica de Patrick Charaudeau (2008). A investigação foi orientada pelo propósito de desvendar o papel dos múltiplos agentes da enunciação no contrato de comunicação próprio ao discurso midiático, bem como as estratégias utilizadas para produzir os efeitos visados pela instância midiática, definida em sua complexidade. O próximo capítulo está dedicado à elucidação dos conceitos que fundamentam a abordagem da fonte: contrato de comunicação, *ethos* discursivo e imaginários sócio discursivos

2 CONTRATO DE COMUNICAÇÃO, *ETHOS* JORNALÍSTICO E IMAGINÁRIO SOCIODISCURSIVO NA COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

2.1 Contrato de comunicação, discurso midiático e produção de notícias

Segundo Patrick Charaudeau (2006, p. 33), “se existe um fenômeno humano e social que depende precipuamente da linguagem é a informação”. A mídia, que tem como vocação informar, se manifesta por meio de atos de discurso, que envolvem locutores e interlocutores e o sentido dos enunciados dependerá dos cenários das relações que se estabelecem entre elementos linguísticos, sociais, históricos e culturais (CHARAUDEAU, 2013).

O contrato de comunicação é um conceito central nos estudos de Charaudeau relativos aos discursos. A ideia pressupõe a existência de acordos entre os consumidores da informação e os veículos de comunicação que a disseminam. O pacto entre enunciador e enunciatário realiza-se no ato de consumo dos produtos midiáticos e depende de “algumas condições particularizadas e restrições” (CHARAUDEAU, 2006, p. 68). Essas condições mínimas são determinantes na escolha das modalidades discursivas que fornecerão a coerência necessária para que ocorra a troca. Charaudeau (2007) preconiza a existência de um quadro de referência dentro do qual se organizam os sentidos da enunciação realizadora do pacto entre enunciador e enunciatário. Os sujeitos e ligações inerentes ao ato comunicacional, segundo proposição de Charaudeau, encontram-se definidos no organograma a seguir:



Fonte: Charaudeau, 2008, p. 169.

No processo de comunicação midiática, o Eu comunicante designa o veículo de comunicação, o ser social que projeta expectativas para os receptores do ato de linguagem. O Eu enunciatório é o ser que, no circuito interno da comunicação, fala diretamente ao Tu destinatário. A condição mínima para que a comunicação se realize e se atualize é o reconhecimento de referências comuns aos participantes, de modo que as informações sejam negociadas em um processo de troca comunicacional. Essas referências elucidam as identidades projetadas, as finalidades e as restrições do pacto (contrato) entre o enunciatório e o enunciatário.

Neste sentido, argumenta Rüdiger (2011, p. 39): "a sociedade se confunde em sua estrutura com a cultura, na medida em que representa um fenômeno gerado simbolicamente pela comunicação." A organização dos sentidos, ainda de acordo com Rüdiger, é essencial ao sistema desenvolvido pelas sociedades contemporâneas - principalmente as ocidentais - com o propósito de manter a importância e predomínio da informação e comunicação. Sem esta organização não haveria condições de instauração da interlocução e da atualização necessária para se processar o sentido da comunicação.

No caso específico da comunicação midiática, em coerência articulada pelo veículo de comunicação, além do texto compreendido como midiático, outros tipos de textos são apresentados, sempre de acordo com estratégias, definidas em consonância com a imagem idealizada do enunciatário. A definição dessas estratégias pressupõe a leitura que o enunciatório faz das dinâmicas próprias ao contexto sociocultural do enunciatário. De acordo com os quadros de referência, se estabelecem "os lugares de enunciação", expressão posta em destaque por Maingueneau (1996, p. 10). De acordo com essa perspectiva, o contrato de comunicação midiática presume uma interface entre os produtores e os receptores da operação enunciativa. Pressupõe, também, a existência de atividade intersubjetiva, que pode levar à aceitação ou negação do pacto. Os temas devem, pois, ser cuidadosamente tratados pelo enunciatório, de modo a garantir a compreensão do enunciado e, em última instância, a alimentação do sistema comunicacional.

Sob determinadas restrições, o veículo de comunicação infere um leitor ideal e organiza temas e modos de organização dos discursos especificamente voltados a ele, com finalidade estratégica e visando consolidar o pacto relacional. Esclarece Charaudeau:

Sob a batuta da dupla finalidade de credibilidade e captação, as restrições relativas à posição das instâncias de comunicação e à captura do acontecimento dão instruções e impõem um modo de organização do discurso em um ordenamento temático (CHARAUDEAU, 2007, p. 129).

No caso específico dos telejornais, não existem espaços concretos para a troca entre as instâncias de produção e de recepção. A interatividade entre os polos do contrato comunicacional é assimilada, a princípio, ao ato do consumo. A troca realiza-se em uma situação de comunicação em que os papéis são definidos a partir de princípios de saber e competência. Na prática, esclarece Charaudeau, o que ocorre é “um pedido para dizer que pressupõe um poder de dizer do segundo e que, ao mesmo tempo, provoca um dizer desse último” (CHARAUDEAU, 2007, p. 50). O vínculo entre solicitante e solicitado depende da situação de troca, configuração relacional que garante o sentido de contrato (e a responsabilidades pela enunciação). A essência do acordo é a presunção do consumo.

Baudrillard (2010) esclarece que a participação do enunciatário no ato comunicacional está associada ao ato econômico de consumo e à aceitação do ordenamento temático, sem a percepção do valor de troca sociológico. É o enunciatário do contrato quem comanda a continuidade do acordo. Na condição de consumidor, ele pode optar por outro quadro de referências, mais apropriado às suas expectativas, ou mesmo romper o pacto, caso o enunciador já não atenda às suas necessidades.

Charaudeau (2007) alerta, entretanto, para o princípio da razoabilidade do contrato face às condições de intersubjetividade (composta) que são próprias ao sistema de mídias. As preferências e as atitudes de um e do outro envolvidos no contrato são geradoras de complexidade. Por outro lado, as opções de projeção (por parte do enunciador) e de inserção (por parte do enunciatário) realizam-se em quadros de referência atualizados permanentemente. É nesse quadro de referência, regulador do processo de comunicação, que circulam os objetos de saber (os assuntos tematizados) definidos estrategicamente pelo enunciador no processo de construção de efeitos visados e subsidiados pela instância de comunicação social. Entretanto, como salienta Charaudeau (2007, p. 242), “a instância midiática é feita de múltiplos atores, o que não permite distinguir o responsável pelo ato de comunicação”.

Vários atores contribuem para o agendamento temático e o discurso performativo dos veículos de comunicação. Essas ações são realizadas de acordo com o propósito da criação de efeitos de verdade, mas a verdade é definida culturalmente. O funcionamento ajustado do espaço de tematização dá vazão às identificações essenciais do contrato e pressupõe um

domínio de saber definido em conformidade com as restrições comunicacionais e/ou de acordo com os interesses dos participantes da troca:

O espaço de tematização é onde é tratado ou organizado o domínio (ou domínios) do saber, o tema (ou temas) da troca, sejam eles predeterminados por instruções contidas nas restrições comunicacionais ou introduzidos pelos participantes da troca (CHARAUDEAU, 2007, p. 71).

Segundo Charaudeau (2007), saberes de conhecimento e saberes de crença encontram-se integrados no contrato de comunicação. Ao crer no texto publicado e no discurso do veículo, o enunciatário declara sua aptidão (portanto concordância) com o discurso e predispõe-se a agir em conformidade com o que ele propõe.

Pierce (2008) define a crença como “a natureza de um hábito” ou “algo tal como a verdade, verdade que se distingue da falsidade simplesmente porque sua ação nos leva ao ponto que desejamos atingir” (PIERCE, 2008, p. 58). A aceitação da troca realiza-se, pois, inicialmente, como “concordância” em relação ao que propõe o veículo de comunicação. É este o ato primeiro, o hábito que regula a conduta do enunciatário. A eficiência do contrato pode ser verificada pela difusão do hábito na sociedade, situação que permite afirmar a fixação da crença pelos saberes tematizados.

Os hábitos incorporados permitem afirmar que há, como destaca Pierce (2008), performance de autoridade nas estratégias do enunciador. A continuidade de determinada publicação pode ser tomada como resultado da aquisição social de hábitos, para a qual concorrem as estratégias comerciais e discursivas. O contrato de comunicação se efetiva pelo preenchimento de uma determinada lógica social, cultural e econômica, relacionada aos hábitos. Nesta lógica, o enunciatário não pode ser tomado como um ser passivo diante das ações do veículo de comunicação. Referindo-se, especificamente, à audiência da televisão, Dominique Wolton ressalta:

A televisão não manipula os cidadãos. Evidentemente os influencia, mas todas as pesquisas, ao longo de meio século, provam que o público sabe assistir às imagens que recebe. Não é jamais passivo. Nem neutro. O público filtra as imagens em função dos seus valores, ideologias, lembranças, conhecimentos... Em poucas palavras, o público é inteligente (WOLTON, 1990, p. 9)

Charaudeau (2007) defende que o contrato de comunicação midiático abrange uma tensão entre duas visadas: aquela do "fazer saber" e aquela do "fazer sentir". A primeira diz

respeito à informação, que se constitui seguindo uma “lógica cívica: informar o cidadão”. A segunda é a visada da captação, que “tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência”. Neste caso, a visada se orienta para a conquista do parceiro de troca, seja ele destinatário-alvo ou receptor-público.

A busca por captação, ou seja, por audiência, aparenta ter mais importância que a lógica da informação (CHARAUDEAU, 2007, p. 86). Ainda assim, o que se apresenta como finalidade explícita do contrato comunicacional é informar o cidadão “do que está acontecendo no mundo da vida social”. Para atingir esse objetivo, a instância de produção tem como desafio conquistar credibilidade:

As mídias, em sua visada de informação, estão em confronto permanente com um problema de credibilidade, porque baseiam sua legitimidade no “fazer crer que o que é dito é verdadeiro”. Desse modo, estão engajadas num jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam (CHARAUDEAU, 2007, p. 90).

Duas atividades languageiras são essenciais à consecução desse propósito: a) descrição-narração, ação destinada a “reportar os fatos do mundo”; b) explicação, atitude destinada a “esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos” (CHARAUDEAU, 2007, p. 87).

A instância midiática deve informar, mantendo a aparência de imparcialidade, e, ao mesmo tempo, provocar emoção. Esta é uma contradição fundamental, inerente ao contrato de comunicação midiática: para angariar credibilidade, é preciso “dizer o exato”, “dizer o que aconteceu”, “dizer a intenção” e “fornecer as provas das explicações”; por outro lado, é preciso emocionar, impactar e fazer apaixonar-se (CHARAUDEAU, 2007, p. 23). Com este objetivo, a instância midiática organiza as informações em temáticas e a tematização é estruturada pelo universo do discurso, em conformidade com determinados domínios de saber.

Para que o acontecimento se torne notícia ele precisa ser percebido, capturado, sistematizado e estruturado: “O acontecimento nasce, vive e morre numa dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo” (CHARAUDEAU, 2007, p. 97). Nessa perspectiva, o fato é construído com o propósito de informar e explicar o que acontece no espaço público (finalidade última do contrato de comunicação midiática). A escolha do acontecimento que irá se transformar em notícia depende de três premissas: a) atualidade (referente à distância que separa o momento que

acontece o fato do momento da informação); b) socialidade (elemento indicativo da importância do acontecimento em relação ao que acontece no mundo, à vida em comunidade); c) imprevisibilidade.

Esses três elementos, utilizados na escolha e construção da notícia, são essenciais ao propósito de captação que orienta o contrato comunicacional de informação, como discorre Charaudeau (2007, p. 103):

O propósito, como componente do contrato de informação midiática, inscreve-se num processo de construção evenemencial, que deve apontar para o que é “notícia”. O propósito recorta o mundo em um certo número de universos de discursos tematizados, transformando-os em rubricas, tratando-os segundo critérios de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade, assegurando-lhes assim uma visibilidade, uma publicização, e produzindo um possível efeito de captação. Com isso, compreende-se que o espaço público se confunda com o próprio acontecimento midiático, tal como aparece em sua configuração discursiva.

Os dados internos ou “propriamente discursivos” implícitos no ato comunicacional demandam o conhecimento mútuo do comportamento dos sujeitos envolvidos na troca, troca essa que se concretiza em três espaços distintos: o da locução, o da relação e o da tematização (CHARAUDEAU, 2007, p. 70).

No espaço de locução, o sujeito falante deve conquistar o direito da comunicação. Para tanto, ele precisa “justificar por que tomou a palavra (em nome de quê), impor-se como sujeito falante, e identificar ao mesmo tempo o interlocutor (ou destinatário) ao qual ele se dirige” (CHARAUDEAU, 2007, p. 71). O espaço da relação é aquele no qual ocorre a definição das identidades do locutor e do interlocutor. Este espaço compreende “relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor”. Já o espaço da tematização é onde são organizados e acordados os temas nos quais o locutor vai se apoiar (CHARAUDEAU, 2007, p. 71).

No telejornal, de acordo com Freitas (2011, p. 38), a enunciação ocorre em um quadro cênico que envolve a cena englobante (discurso político ideológico) e cena genérica (cobertura dos eventos). A figura do âncora projeta-se no plano cenográfico e é por meio do discurso que ele busca garantir a legitimidade da sua condição de locutor, de enunciador da informação e afirmar sua posição particular no espaço da relação.

Se, por um lado, na comunicação midiática, o *logos* (argumento) deve ser buscado no discurso, é preciso levar em conta, também, as estratégias discursivas e de apuração que

sustentam a construção da notícia. No processo de definição do acontecimento passível de ser tratado como notícia, adquire importância estratégica a projeção do *ethos* ou autoimagem do locutor/enunciador, bem como o *pathos* (paixão), por meio do qual o jornalista busca atingir os valores e sentimentos do público e convencê-lo.

Na cobertura do Jornal Nacional sobre as manifestações de junho de 2013, sobretudo o âncora do telejornal, mas também os repórteres encarregados da cobertura ao vivo dos atos de protesto, projetam para o público imagens de si que encontram correspondência no imaginário sociodiscursivo: o *ethos* de defensor da verdade, da ordem, da propriedade e da segurança dá sustentação à credibilidade e autoridade da sua própria palavra, mas, também, do veículo de comunicação ao qual eles servem. Novos qualificativos são acrescentados aos padrões de representação de si mesmo quando, nas ruas, as bandeiras de luta contra a corrupção tornam-se predominantes e quando o verde e amarelo tornam-se as cores predominantes nos atos. O *ethos* é, pois, componente essencial ao padrão argumentativo de comunicação que caracteriza o telejornalismo brasileiro, estruturado sobre a tríade orador, auditório e o discurso.

2.2 *Ethos*, discurso e persuasão

O *ethos* pode ser definido como a autoimagem que o orador, por meio do discurso, projeta para o auditório. Assim como o *pathos* (a paixão que mobiliza a emoção do público-alvo) e o *logos* (a argumentação, que dá sustentação ao conteúdo do discurso), o *ethos* se insere no discurso como fator de persuasão. Na compreensão de Roland Barthes o *ethos* compreende “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo” (BARTHES, 1970, p. 122).

A ideia de *ethos* estava já contida na tradição da retórica de Aristóteles, para quem o poder de persuasão decorre, em grande parte, do caráter moral de quem o enuncia:

Persuade-se pelo caráter [= *ethos*] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição digna de fé; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande e pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do autor (ARISTÓTELES *apud* MAINGUENEAU, 2008, p. 105).

Com base na proposição de Aristóteles, Amossy discorre sobre a importância do discurso como "o lugar que engendra o *ethos*" e reafirma o papel do *ethos* como fator de persuasão (AMOSSY, 2005, p. 82). Em outra perspectiva, Maingueneau (2008) alerta para o fato de que o *ethos* não pode ser limitado ao propósito de conseguir a adesão do outro. Para este autor, o *ethos* é, mais do que isso, uma competência que confere ao locutor uma identidade e a condição de fiador do acordo de comunicação. Essa legitimidade decorre da sua capacidade de adequar o conteúdo do discurso ao contexto.

Maingueneau propõe distinguir um "*ethos* pré-discursivo" de um "*ethos* discursivo". O primeiro corresponde à imagem que o público tem do enunciador antes mesmo que ele fale. É o que Amossy (2005) denomina como *ethos* prévio. Já o *ethos* discursivo é à imagem que se constrói do orador a partir de seu discurso. No caso dos textos enunciados oralmente, como no telejornal, deve-se considerar, na definição do *ethos*, a circunstância dimensional da voz, que, ao lado das determinações físicas e psíquicas, é essencial para a construção da imagem do enunciador. No texto oral, a fala do enunciador e os elementos extralinguísticos que a sustentam, é incorporada pelo destinatário. A maneira de dizer atesta a legitimidade do que é dito, conferindo-lhe autoridade. As implicações disso para a análise do discurso são salientadas por Maingueneau (2008, p. 16):

Supõe-se que podemos delimitar o que decorre do discurso; mas isso é muito mais evidente para um texto escrito do que para uma situação de interação oral. Há sempre elementos contingentes em um ato de comunicação, em relação aos quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam a construção do *ethos* pelo destinatário.

Em linhas gerais, o *ethos*, presente no ato comunicacional, é objeto secundário do discurso e não deve ser confundido com os atributos "reais" do locutor. O *ethos* é resultante da combinação entre as identidades social e psicológica do sujeito com a identidade discursiva construída por ele no ato de comunicação. A identidade social é pré-construída, está relacionada às práticas sociais do sujeito, mas, na situação de comunicação, pode ser reconstruída, mascarada ou deslocada no e pelo discurso.

O *ethos* é um conceito híbrido, decorrente das reflexões sobre o processo interativo próprio ao contrato comunicacional, e envolve as dimensões social e discursiva. Como ressalta Maingueneau (2008), ele só pode ser compreendido dentro de uma situação de comunicação específica e integrada a circunstâncias sócio-históricas também específicas. Charaudeau destaca que "o *ethos* é voltado, ao mesmo tempo, para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente

é representado por um outro si mesmo idealizado” (CHARAUDEAU, 2013, p. 153). Para a construção do *ethos* são importantes o ritmo e a forma de elocução, as escolhas lexicais e de argumentos, assim como o tipo de estrutura discursiva utilizada pelo locutor.

De acordo com Auchlin (2001) o *ethos* pressupõe a ativação dos eixos afetivos do interesse, da admiração e da confiança. O autor aponta para a existência, no *ethos*, de “uma parte ilocucionária e uma parte perlocucionária” (AUCHLIN., 2001, p. 201). Escolher ou negligenciar este ou aquele argumento pode indicar qualidade ou defeito moral. Por isso, o *ethos* é um dos componentes que podem ser utilizados para dar validade a uma argumentação. Para Ducrot (1987, p. 161), “o *ethos* está ligado ao locutor como tal; é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável”.

Maingueneau (2008) assevera que o interesse recente pela questão do *ethos* decorre da evolução das condições de exercício da palavra proferida publicamente, com a explosão das mídias audiovisuais e da publicidade. Na contemporaneidade, o foco de interesse dos analistas da comunicação, segundo o autor, se deslocou das doutrinas e dos aparelhos que possibilitavam a “apresentação de si” em direção ao “look”. Esta evolução enraíza todo “o processo de persuasão numa certa determinação do corpo em movimento” (MAINGUENEAU, 2008, p. 11).

Declercq (1992) chama a atenção para os elementos que podem contribuir para a construção da imagem do locutor perante o público no processo de enunciação discursiva, como o tom de voz, o fluxo de fala, a escolha das palavras e dos argumentos, os gestos, as mímicas, o olhar, a postura, a aparência, enfim, “todos os signos de elocução e de oratória, indumentários ou simbólicos, pelos quais o orador dá de si mesmo uma imagem psicológica e sociológica” (DECLERCQ, 1992, p. 48).

Embora inegável a valorização do “look”, o discurso ainda é a base dos estudos em torno do *ethos*. A acepção do termo, ao qual se associa frequentemente o adjetivo discursivo, indica que a construção da imagem de si realiza-se inicialmente no discurso, como foi inicialmente concebida, na Antiguidade Clássica. As reformulações resultam, principalmente, no deslocamento do olhar do locutor para o processo de interação entre os participantes do contrato comunicacional. Neste sentido, Amossy (2016) propõe a ideia de *ethos* como uma construção social, decorrente de trocas realizadas entre o locutor e o auditório, e o reconhecimento de representações partilhadas pelos participantes do processo. Para a autora, as representações que concorrem para a projeção do *ethos* do locutor em sua

relação com o público são viabilizadas por meio da existência de estereótipos. O estereótipo é um real interiorizado pelos indivíduos e exteriorizado sob a forma de representações coletivas.

O processo de estereotipagem é definido por Amossy como uma “operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (AMOSSY, 2016, p. 125). Para o processo de trocas inerente ao ato comunicacional, destaca Amossy, concorrem: “a posição assumida de forma implícita pelo ser empírico no campo; a imagem preexistente do locutor ou ethos pré-discursivo; a imagem construída no discurso ou ethos propriamente dito” (AMOSSY, 2016, p. 142).

Amossy propõe que o discurso em si pode não ter autoridade alguma sobre o auditório se a pessoa que o enuncia não tem legitimidade perante o grupo: “o poder da palavra deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso” (AMOSSY, 2016, p. 120). Ou, como quer Bourdieu, a pessoa só tem legitimidade de atuação dentro do jogo se ela for autorizada a participar do jogo. É preciso considerar, pois, como propõe Pierre Bourdieu (2004), que existe um poder exterior ao verbo, que a ação do orador frente ao seu auditório não provém apenas da linguagem, mas decorre, também, de fatores sociais extralinguísticos. A construção da imagem de si não depende exclusivamente do discurso. Ela decorre, principalmente, da posição social e das possibilidades de acesso à palavra oficial, ortodoxa, legítima. Ou, seja, de acordo com Bourdieu, as trocas simbólicas não podem ser explicadas apenas pela comunicação.

O valor de verdade atribuído ao enunciado depende da credibilidade da palavra do enunciador e a eficácia da captação do auditório depende da sinceridade com a qual o sujeito enunciador apresenta a imagem de si. Isso é particularmente importante na comunicação midiática. Jerger (1996) aponta como um aspecto fundamental do imaginário social sobre o que é ser jornalista a fidelidade do relato em relação ao fato. A objetividade e a imparcialidade no tratamento do evento tomado como notícia dão sustentação à credibilidade do profissional do jornalismo. O auditório crê na palavra do jornalista e essa crença está sustentada em outras crenças que definem o fazer jornalístico e que contribuem para a consolidação do efeito de verdade implícito no ato comunicacional, como salientam Benetti e Hagen:

Em torno desta crença nuclear, movimentam-se as crenças de que o jornalismo: orienta-se pelo interesse público, e não pelo interesse privado dos veículos; é capaz de identificar a relevância e a irrelevância dos fatos; narra o que importa saber sobre o presente social; faz uso das fontes mais

aptas e confiáveis; conhece as necessidades e os interesses do leitor. São basicamente essas crenças que permitem ao jornalismo estabelecer, no contrato de comunicação, suas finalidades. É também no horizonte dessas crenças que se pode compreender “quem diz” (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 125).

Para os autores, o *ethos* é construído na relação assimétrica entre o jornalista e o leitor, estando o primeiro instituído do poder de dizer inclusive sobre si mesmo e o sobre o seu papel:

Como a distribuição do poder de dizer entre jornalistas e leitores é assimétrica, o jornalista tem espaço e oportunidade para afirmar, reiteradamente, o papel que julga desempenhar ou quer que o outro acredite que ele desempenha. Essas representações, ditas e reditas como verdades ao longo do tempo, constroem o *ethos* jornalístico (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 125).

Por outro lado, Benetti e Hagen ressaltam que a identidade do jornalista se constrói institucionalmente: “a voz jornalística é, antes de qualquer coisa, uma voz institucional”. Essa representação institucional é, entretanto, apresentada como “realidade objetiva” e o campo de atuação profissional – a instituição – é concebido como “um lugar de independência, profissionalismo, compromisso com o leitor e defesa da democracia” (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 125). Se, por um lado, como resalta Correia (2009), a imagem de si encontra-se atrelada aos valores éticos da profissão de jornalista, por outro lado, como quer Nelson Traquina (2002), o *ethos* jornalístico contemporâneo comporta a compreensão de que jornalismo é o próprio veículo da comunicação. Os veículos de imprensa procuram se afirmar, diante dos cidadãos, como instrumentos vitais para o exercício dos seus direitos e para a expressão de suas preocupações. Esse suposto compromisso com a cidadania não elimina, entretanto, o fato de que a mídia, especialmente a mídia empresarial, atua de forma a resguardar os interesses de determinados grupos econômicos e políticos. Como resalta Oliveira (2005), “desde que a atividade de imprensa passou a ser uma prática capitalista, os veículos de comunicação pertencem aos grupos economicamente ativos que detém o poder” (OLIVEIRA, 2005, p. 4). Supostamente afinada com a defesa de valores universais, a mídia apresenta-se à sua audiência como uma instância de caráter objetivo, ainda que informações sejam peremptoriamente negados ou falseados de acordo com interesses socioeconômicos e políticos específicos. As estratégias discursivas utilizadas com o objetivo de mascarar esses interesses encontram-se no terreno da linguagem, compreendida como atividade humana que se desdobra no teatro da vida social.

A linguagem é constitutivamente opaca e o ato de discurso não pode ser interpretado apenas a partir da maneira como são utilizados os signos. Ressalta Charaudeau (2012a, p. 33): “A linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se da linguagem enquanto ato de discurso”. Na atividade midiática, continua o autor, a linguagem é o componente básico da produção da informação:

A informação é pura enunciação. Ela constrói um saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimento que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 36).

Além disso, a informação será sempre atravessada por outros discursos. A opacidade e a polifonia que decorrem dessa condição jogam por terra os princípios da objetividade e da imparcialidade com os quais se procura definir o discurso jornalístico. Compreende-se, hoje, que os atos da comunicação e da informação implicam sempre em escolhas, conscientes ou não. Escolha de conteúdo, mas também de formas de abordagem do tema, de léxicos, de disposição tipográfica e de estratégias de enunciação. Esclarece Charaudeau (2012a, p. 39):

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolhas de estratégias discursivas.

A mídia sempre faz a defesa de si mesma, se autoproclamando como instância objetiva e neutra, prestadora de um serviço social, que é o ato de informar, e escondendo os interesses subjetivos que orientam a sua produção discursiva e daqueles que são encarregados de “contar a história”. Como destacam Briggs e Burke (2006, p. 15), “a mídia precisa ser vista como um sistema, um sistema em contínua mudança, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque”.

Com a finalidade de produzir efeitos de verdade, os veículos de comunicação midiática modificam e aperfeiçoam as estratégias discursivas no processo de definição e enunciação dos acontecimentos que elevam à condição de notícias. Buscando-se afirmar no papel de formadoras de opinião, as instâncias midiáticas procuram acentuar a relevância social de suas atividades, como fiscalizadores do poder público e veículos de denúncia cotidiana sobre os erros que se propagam na sociedade. Mas as empresas jornalísticas não

estão imunes às exigências do mercado, que a elas impõe perspectivas e visões de mundo e direcionam o foco da informação a abdicar do prestígio de formador de opinião. Charaudeau (2012) aponta para essa ambiguidade da instância midiática: por um lado, ela se apresenta como um organismo especializado, que tem a vocação de responder a uma demanda social; por outro lado, encontra-se subordinada a uma lógica comercial. A concorrência entre as empresas leva à definição de estratégias de sedução destinadas a captar o maior público possível. E essas estratégias, muitas vezes, afastam o veículo de comunicação do princípio de credibilidade que define a sua função social.

Argumenta Martino (2003, p. 63): “A empresa jornalística não perde sua prerrogativa de inserir elementos da esfera privada na esfera pública, associando ao poder econômico, ao qual está atrelada, o poder – maior ou menor – de definição da opinião pública”. Ao mobilizar a opinião pública, a instância midiática contribui para a difusão de bens simbólicos e conteúdos ideológicos disfarçados de informação. A credibilidade, como pressuposto do discurso de informação, passa a depender, então, da demonstração de provas da veracidade dos fatos que ela elevou à condição de notícia. De acordo com Martino (2003, p. 59), a “noção de objetivo do jornalismo, sua imparcialidade, a imparcialidade das informações veiculadas e a independência do repórter são rituais estratégicos provedores das garantias de que a mídia é um espelho da realidade”. No entanto, a notícia, principal resultado do trabalho midiático, está longe de representar o mundo real. No processo de produção da notícia, a realidade é editada de acordo com os interesses socioeconômicos e políticos que dão sustentação ao veículo midiático e do *ethos* discursivo daquele que define e explora o acontecimento por meio de imagens e textos.

Como salienta Charaudeau (2012), as provas da verdade, ou, melhor dizendo, da veracidade de uma informação, são da ordem do imaginário. A verdade enunciada está ancorada nas representações de um grupo que, acumulado de poderes, garante a legitimidade do que é dito, embora, como já ressaltado, os saberes compartilhados na sociedade possam resultar em efeitos diferentes, sendo, inclusive, possível aos enunciatários escapar à visada que orientou a enunciação do discurso. nada é mais incerto do que a passividade dos enunciatários diante do processo de produção discursiva implícito no ato de informar.

2.3 Imaginários sociodiscursivos

Charaudeau (2007) define o imaginário como uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, construída sobre os objetos do mundo, sobre os fenômenos que nele se produzem e/ou sobre os seres humanos e seus comportamentos. O imaginário resulta de um processo de ordem afetivo-racional de simbolização do mundo, que envolve a intersubjetividade das relações humanas e elementos da memória coletiva. O imaginário pode ser qualificado como social, ainda de acordo com Charaudeau, porque a atividade de simbolização representacional do mundo ocorre no domínio de prática social. Por outro lado, pode ser qualificado também como discursivo porque envolve a linguagem, que está no centro da construção individual e social do sujeito.

As representações, que agregam os universos de pensamento e os lugares de instituição de verdades, comportam discursos narrativos e argumentativos que são utilizados na descrição e explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos. Os imaginários são engendrados por esses diferentes discursos que circulam nos grupos sociais. Organizados em sistemas de pensamento coerentes, os imaginários levam à fixação de valores, justificam a ação social de determinados grupos e se integram à memória coletiva. Charaudeau (2007) salienta que os discursos criadores de imaginário são produzidos no domínio da prática social, que atua como filtro axiológico: o imaginário pode receber um valor positivo ou negativo, de acordo com o domínio de prática no qual se insere.

Os imaginários, como destaca Charaudeau (2007) se estruturam a partir de saberes de conhecimento e saberes de crença. Os saberes de conhecimento, que compreendem o saber científico e aquele que decorre da experiência, servem para estabelecer a verdade sobre os fenômenos do mundo. A verdade repousa na existência dos fatos e na explicação dos fenômenos colocados frente ao homem e postos à sua consideração, em uma relação objetivante sustentada por enunciados supostamente desprovidos de toda subjetividade. O saber científico, que está na ordem da razão da ciência e do provado, fornece explicações sobre o mundo no intuito de explicar como ele funciona. O saber de experiência, oferece, igualmente, explicações sobre o mundo, explicações que se aplicam ao conhecimento, mas sem nenhuma garantia de prova. Ele está situado na ordem do vivenciado e da experiência universalmente partilhada.

Os saberes de crença dependem do olhar subjetivo. Eles não se relacionam com o conhecimento, mas com as avaliações, apreciações e julgamentos a respeito dos fenômenos,

dos eventos e dos seres do mundo, bem como de seu pensamento e seu comportamento. O saber de crença procede do sujeito, se encontra no sujeito e legítima julgamentos sobre os eventos e as ações humanas. A crença é do domínio do valor e implica em uma polaridade entre, de um lado, a razão de ser dos eventos e dos comportamentos e, do outro lado, um posicionamento em relação a esses eventos e comportamentos. De acordo com Charaudeau (2007), a crença está fundamentada nos princípios da revelação e no de opinião. As crenças têm o poder de regulação das práticas sociais porque contribuem para validar normas de comportamento e controlar a produção de discursos de avaliação relativos a esses comportamentos.

As crenças assentadas sobre o princípio da revelação supõem um lugar de verdade exterior ao sujeito, verdade essa que não pode ser provada nem verificada e exige a adesão total desse sujeito. A adesão justifica-se, normalmente, pela existência de textos que testemunham essa verdade mais ou menos transcendental. O sagrado é a referência absoluta para a aceitação de valores fundamentados nessa verdade. Os discursos que sustentam o saber de crença estão calcados na evidência e as críticas são tratadas por meio de anátemas, excomunhões ou outras formas de exclusão. Já os saberes de crenças assentados sobre a opinião nascem de um processo de avaliação de um tema ou fato sobre o qual o sujeito toma partido ou estabelece um julgamento. A opinião, conforme Charaudeau (2007), resulta da apropriação de um saber específico dentre os saberes circulantes. O saber de crença assentado sobre a opinião é, ao mesmo tempo, pessoal e partilhado. Resulta em um julgamento subjetivo, mas, uma vez partilhado, pode assumir uma função identitária. De acordo com a abrangência e natureza, a opinião pode ser definida como opinião comum, relativa ou coletiva. A opinião comum tem uma abrangência generalizante, enquanto a relativa tem um aporte mais limitado, pois emana de um indivíduo ou de um grupo restrito. Na primeira, o sujeito se apropria de critérios comuns de julgamento comuns e não reivindica para si uma posição particular, enquanto a opinião relativa, que se exprime no espaço da discussão democrática, é, em seu fundamento, crítica. A opinião coletiva está associada a um grupo e exprime julgamento a respeito de outro grupo, confinado a uma categoria definida por uma característica entendida como essencial. A opinião coletiva, carregada de forte valor identitário, não está aberta a discussões.

Os saberes de crença, portanto, comportam polarizações em torno de valores socialmente compartilhados. O sujeito mobiliza uma ou várias redes inferenciais propostas pelos universos de crença disponíveis, que suscitam nele ou não determinado estado

emocional. É esse estado emocional que o move no sentido da aceitação de sanções sociais e julgamentos de ordem psicológica ou moral.

No discurso midiático, saberes de conhecimento e saberes de crença são evocados por meio de estratégias discursivas particulares com o intuito de provocar uma miríade de efeitos: efeitos de verdade, efeitos de realidade, efeitos de ficção e efeitos de patemização, ou seja, relativos ao *pathos*. Para Charaudeau (2012), é essencial diferenciar os efeitos de verdade do valor de verdade. O valor de verdade se consubstancia por meio de uma construção explicativa, elaborada com a ajuda de instrumentalização científica, que se quer exterior ao homem, objetivante e objetivada. Contrariamente ao valor de verdade, que é pautado em evidências, o efeito de verdade é baseado no saber de opinião. Ele surge da atuação subjetiva do sujeito, que compartilha com as outras pessoas o que julga verdadeiro. A adesão do outro ao que é julgado como verdadeiro realiza-se a partir de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial.

O efeito de realidade, conforme explica Giani David Silva (2007), resulta de uma convergência de índices que tendem a construir uma visão objetiva do mundo, sendo que esta visão deve fazer parte de um consenso social. Para a autora, o efeito de realidade está marcado por índices que mostram a parte tangível do universo. O uso da imagem é um desses índices. A imagem é uma forte aliada do efeito de realidade porque fornece credibilidade à informação. Outro índice importante é a experiência partilhada, pois entende-se como verdadeiro aquilo que se aproxima de experiências anteriormente vivenciadas. Os saberes são forte aliados do efeito de realidade e, na narrativa jornalística, servem para expor a autoridade e manter a credibilidade do jornal.

Mas o discurso midiático é capaz de gerar, também, no auditório, um efeito de ficção, o que pode ser feito mediante a reconstrução do fato narrado por evocação a uma experiência vivida, uma recordação ou mesmo um outro relato. De acordo com Silva (2007), quando um jornalista procura juntar os pedaços das informações que possui e constrói em uma narrativa factual com início, meio e fim, fornecendo totalidade aos fatos, vislumbra-se aí uma estratégia capaz de gerar o efeito de ficção, embora, objetivamente, seu propósito seja o da produção do efeito de realidade. Do mesmo modo, “quando os actantes de um fato X são apresentados de forma arquetípica como heróis, vilões, vítimas, ou quando se evidencia o mistério, o insólito, tem-se uma ‘ficcionalização’ do real” (SILVA, 2007, p. 71).

Por último, deve se considerar a possibilidade do efeito de patemização como decorrência do processo de produção midiática. Charaudeau (2007) esclarece que uma

representação pode ser chamada de “patêmica” quando descreve uma situação na qual ocorre um julgamento de valor coletivamente compartilhado – e, por conseguinte, instituído em norma social – sobre um actante (beneficiário ou vítima) ao qual o sujeito da representação se encontra ligado. As verdades construídas pelo efeito de patemização não são verdades universais, mas dependem do universo de crenças e do estado emocional do interpretante. A existência do mundo está condicionada ao olhar subjetivo lançado sobre ele, por meio de um processo de apreciação e avaliação. O enunciador busca inserir o outro em um determinado universo de crença e o faz com intuito de produzir um efeito reativo: aceitar ou não a avaliação proposta. O interlocutor é chamado a se posicionar, a entrar no universo de cumplicidade ou a recusá-lo.

A relação patêmica engaja, pois, os parceiros da comunicação em um comportamento reacional de acordo com as normas sociais às quais estão ligados, por eles interiorizados nas suas representações do mundo. O efeito de patemização visa atingir o universo de crenças e valores, representado, quase sempre, nas falas das testemunhas.

Efeitos de verdade, de realidade, de ficção ou de patemização estão, portanto, contemplados na definição das estratégias utilizadas pela comunicação midiática para a consecução dos propósitos que orientam a produção das matérias, em contextos de luta de representações e de consolidação de imaginários sociodiscursivos estruturados por saberes de conhecimento e de crenças. Por outro lado, a finalidade comunicativa do sujeito que fala no telejornal impõe, também, escolhas quanto aos modos de organização do discurso sobre os quais se estrutura o ato de comunicação.

De acordo com Charaudeau, os procedimentos adotados pelo enunciador indicam a utilização de modos enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo de organização discursiva, embora um ato comunicacional possa comportar a existência concomitante de dois ou mais desses modos. O modo enunciativo define a posição do sujeito enunciativo em relação ao interlocutor, ao seu próprio discurso e a outros discursos. O modo descritivo atesta a existência aos seres do mundo ao nomeá-los, localizá-los e qualificá-los. O modo narrativo permite organizar a sucessão de ações e eventos nos quais esses seres estão envolvidos. O modo argumentativo permite organizar, numa visada racionalizante, as relações de causalidade que se instauram entre as ações, com auxílio de procedimentos que incidem sobre o encadeamento e o valor dos argumentos (CHARAUDEAU 2008). Na comunicação midiática predomina o modo argumentativo de organização do discurso, embora contemple também os demais modos.

2.4 Comunicação midiática e modo argumentativo de organização do discurso

Segundo Charaudeau (2008), a argumentação pressupõe: a existência de uma proposta sobre o mundo e de um questionamento sobre a legitimidade dessa proposta; um sujeito argumentante que atua no sentido de estabelecer a verdade da proposta; um outro sujeito que questiona a proposta e se constitui em alvo da argumentação. É a este último que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de persuadi-lo. O dispositivo argumentativo comporta, pois, não apenas a proposta, mas, também, proposições que questionam a proposta sobre o mundo e argumentos persuasivos enunciados pelo sujeito argumentante.

A proposta sobre o mundo é constituída por asserções que dizem alguma coisa sobre os fenômenos do mundo por meio de uma relação argumentativa. Diante do questionamento, o sujeito argumentante pode reforçar a posição favorável à proposta ou negá-la. Em ambos os casos, ele deve apresentar provas da veracidade ou da falsidade da proposta. As provas são componentes fundamentais dos argumentos persuasivos e se destinam a justificar, refutar ou ponderar a proposta. O sujeito que argumenta pode, ainda, evitar o posicionamento aberto. Esta alternativa pode significar uma sincera indecisão ou ignorância a respeito da proposta ou ser interpretada como uma estratégia de persuasão, por meio da simulação de neutralidade ou distanciamento.

O sujeito que questiona tem por foco não apenas a proposta, mas também o emissor da proposta e a argumentação que ele apresenta. Ele pode aceitar o estatuto do emissor, reconhecendo a sua autoridade, credibilidade e saber, mas pode, ao contrário, rejeitá-lo. Neste caso, o sujeito responsável pelo quadro de questionamento, ao negar o crédito ao sujeito que emite a proposta, coloca a própria proposta em suspensão. No intuito de afirmar o seu estatuto, o sujeito argumentante pode recorrer a um argumento de autoridade, apelando para o saber (“É assim porque eu sei”) ou para a experiência (“É assim porque eu vi/ouvi”).

As posições em relação à argumentação dependem do tipo de engajamento de cada sujeito em relação ao quadro de questionamento. O envolvimento pessoal pode implicar em uma recepção polêmica da argumentação. A outra possibilidade é adoção de certo distanciamento e a produção de uma argumentação de natureza demonstrativa/racional. Nos dois casos, os procedimentos adotados pelo sujeito argumentante no sentido de validar a argumentação estão no campo da encenação argumentativa. Alguns desses procedimentos são da ordem do discurso, como o uso de definições, comparações, citações e descrições

capazes de produzir efeitos de persuasão. Outros procedimentos estão sustentados em valores compartilhados, aos quais o argumentante apela no intuito de persuadir os interlocutores.

Charaudeau (2008) indica que os valores compartilhados estão fundamentados em cinco distintos domínios de avaliação: 1. o domínio da verdade, que predomina quando o argumento define algo de maneira absoluta, em termos de verdadeiro e falso (“É verdadeiro porque é autêntico/científico”); 2, o domínio do estético, quando o argumento define os seres e objetos do mundo em termos de belo e de feio (“Este objeto tem valor porque é belo”); 3. o domínio do ético, predominante quando o um argumento é moldado em termos de bem e de mal, elementos que definem como devem ser os comportamentos humanos diante de uma moral (“É porque eu sou X que eu ajo assim”); 4. o domínio do hedônico, pertencente ao âmbito dos sentidos que definem os projetos e ações humanas em termos de agradável ou desagradável (“Eu bebo cerveja quando faz calor porque é refrescante”); 5, o domínio do pragmático, quando o argumento define como útil ou inútil os projetos e resultados das ações humanas.

Na análise das instâncias ao vivo do Jornal Nacional da edição do dia 20 de junho de 2013, que constituem as fontes da presente dissertação, foi tomado como objeto de consideração, em primeiro lugar, a posição dos distintos sujeitos no ato comunicacional de enunciação dos eventos alçados à condição de notícia. Especial atenção foi dada aos sujeitos enunciadorees dos discursos (o âncora e os repórteres de campo). Foram evocados, também, como elementos chaves para a análise dos discursos, a projeção do *ethos* discursivo do sujeito enunciador e o imaginário sociodiscursivo que, ancorado em saberes de conhecimento e de crença, viabilizam o envolvimento do público com o objeto da enunciação. Por fim, considerando-se a natureza específica da comunicação midiática, foram considerados os modos de organização dos discurso e os recursos utilizados na perspectiva de persuasão do público às ideias que orientaram a produção do telejornal face aos protestos de rua capturados em instância ao vivo e, de um modo geral, às manifestações de rua designadas pela expressão Jornadas de Junho. As estratégias persuasivas foram detectadas não apenas nos textos enunciados pelo âncora e pelos repórteres com o intuito de apresentar uma proposta de interpretação da realidade, mas também na seleção e utilização de imagens que, dotadas de valor de prova, foram utilizadas com o intuito de convencer o público-alvo da legitimidade da proposta de interpretação, bem como da credibilidade e autoridade da instância de enunciação.

3 AS MANIFESTAÇÕES DE RUA NA EDIÇÃO DE 20 DE JUNHO DE 2013 DO JORNAL NACIONAL

3.1 Ruptura e permanências na abordagem do Jornal Nacional sobre os protestos

As manifestações de junho de 2013, que começaram no dia cinco, em um ato realizado em São Paulo pela redução das tarifas de ônibus, ganharam, ao longo de duas semanas, as ruas das principais capitais do país. A culminância do movimento pode ser cravada no dia 20 do mesmo mês. Neste dia, ocorreu um evento que pode ser tomado como único na história do Jornal Nacional. William Bonner e Patrícia Poeta, âncoras do jornal não puderam fazer a síntese do dia para o telespectador. A equipe responsável pela produção deixou de lado o cálculo e abandonou a média diária padrão do programa (33 minutos). Patrícia Poeta, que comumente dividia a bancada com William Bonner, entrou no ar, em tempo real, às 16h. Praticamente toda a íntegra da edição, que durou 81 minutos, foi dedicada aos atos de protesto. Para tanto, foram viabilizadas as condições para a alternância das câmeras, posicionadas em lugares de onde fosse possível mostrar as manifestações em estado bruto. As matérias foram ao ar praticamente sem edição. A missão do programa estava preservada: “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo, naquele dia com isenção, clareza, pluralidade e correção” (BONNER, 2009).

Principal telejornal da Rede Globo, o Jornal Nacional nasceu no ano de 1969, em um contexto de recrudescimento da repressão e da censura após o Golpe empresarial-militar de 1964, que instituiu o regime ditatorial no Brasil, e a publicação do Ato Institucional n. 5, em 1968, que estabeleceu a censura aos meios de comunicação no país. Passados mais de meio século desde a sua criação, o Jornal Nacional é o noticiário mais assistido da TV brasileira. Tem por foco e escopo a veiculação de notícias do Brasil e do mundo e a sua produção é guiada por critérios formais, como o uso de linguagem dita padrão, supostamente adequada à comunicação com os brasileiros de distintas regiões, categorias sociais e níveis de formação intelectual.

A produção de reportagens para o Jornal Nacional é realizada em observância aos manuais do que se considera como o “bom fazer jornalístico”. O VT, matéria previamente preparada, com entrevistas e imagens de cobertura, predomina no telejornal, que comporta, também, as notas, textos enunciados pelo âncora, cuja imagem é exibida em primeiro plano. Nas notas do tipo display, a imagem do apresentador é secundada por algum tipo de informação projetada ao seu lado. (BONNER, 2009, p. 85).

Idealmente, no processo de investigação e durante a veiculação das matérias, repórteres e âncoras do Jornal Nacional devem se orientar pelos princípios da imparcialidade, do respeito ao contraditório e da busca da verdade, consolidada por meio de imagens e ilustrações com valor de prova. Entretanto, os responsáveis pela produção e apresentação dos conteúdos atuam em conformidade com os parâmetros editoriais que definem as pautas e os modos de abordagem dos temas. As análises, afinadas com as demandas da editoria, são reforçadas, a cada edição, por meio de palavras, gestos e expressões que indicam valoração positiva ou negativa de eventos e personagens.

Veiga (2002) põe em destaque as regras técnicas, as estéticas e as ideológicas comumente observadas na produção dos telejornais. As regras técnicas orientam o uso “do tempo, das imagens ao vivo, das notícias de agências internacionais, da entonação e da postura do apresentador”. As regras estéticas indicam a necessidade de observância de critérios como “a beleza física, as cores das roupas e a maquiagem dos apresentadores, o cenário, o plano de fundo, dentre outros”. As regras ideológicas apontam para a necessidade de “uso de determinadas imagens, expressões e palavras” (VEIGA, 2002, p. 40).

Ainda segundo Veiga, a reportagem é construída segundo princípios da verossimilhança, fundamental à construção da unanimidade em torno do fato narrado. Claro está que o ideal de unanimidade é alimentado de acordo com interesses subliminares ao modo de apresentação das notícias. O jornalismo, conclui o autor, sofre influências do hiper-realismo, já que, no processo de produção das notícias, apenas uma parte da realidade é valorizada, embora tratada como um todo ou como a realidade em si. Essa parte é exatamente o momento, separado do contexto real, que se considera ser a notícia (VEIGA, 2002, p. 50-53).

A organização das informações que compõem uma matéria jornalista é obra de muitas mãos. Para essa composição contribuem, principalmente, o repórter, que faz a sua leitura dos fatos; o cinegrafista, que mostra o acontecimento por meio de recortes específicos do evento que lhe incumbe retratar; e o editor, que se debruça sobre o material recebido para montar o quebra-cabeças e exibi-lo ao público como um todo coerente.

Os vários elementos destacados por Veiga, em sua interpretação do processo de produção da notícia, são essenciais à análise das reportagens do Jornal Nacional relativas às manifestações de junho de 2013. É possível verificar, por exemplo, que, durante a primeira fase dos protestos, as manifestações ocupavam espaço diminuto na composição das pautas das edições e que as matérias veiculadas focavam, sobretudo, nos atos ocorridos no eixo Rio-

São Paulo. Ao longo de duas semanas, mudanças estratégicas ocorreram na abordagem do tema. Com a finalidade de reorientar o telespectador e, de algum modo, intervir na realidade social, os editores do jornal ampliaram o tempo destinado à cobertura dos atos e buscaram afirmar, nas matérias, a amplitude do movimento, tanto do ponto de vista das pautas como do alcance espacial. Mas, de um modo geral, desde o início até a fase final dos protestos, o jornal se absteve de promover um debate qualificado sobre a natureza do movimento e sobre as reivindicações apresentadas pelos manifestantes.

As transmissões em "tempo real" (ou, ao vivo) são um recurso usado em situações “bem específicas”, segundo Bonner (2009, p. 85):

Quando algum fato se deu tão em cima da hora que não tivemos como aprofundá-lo numa reportagem gravada e editada; ou quando precisamos ganhar tempo para atualizar dados de algum fato que avançou até um horário muito perigosamente próximo do início do JN; ou ainda quando os fatos ainda não tiveram conclusão – e transcorrem durante a exibição do Jornal Nacional.

As manifestações de 2013 mexeram com essa estrutura. Os editores resolveram esticar o tempo do programa na semana de auge das manifestações, entre os dias 17 e 22 de junho de 2013. E, como os protestos aconteciam no final do dia e adentravam a noite, muitas vezes o Jornal Nacional foi precedido por instâncias de transmissão em tempo real. O cardápio variado de pautas, outra característica do programa, foi sendo abandonado em favor de um mesmo ingrediente: as multidões nas ruas das grandes cidades. O assunto atendia aos critérios primários para entrar no espelho (conjunto de matérias da edição): abrangência, gravidade das implicações, caráter histórico, peso do contexto. Há critérios secundários que, de acordo com Bonner (2009, p. 107), devem ser contemplados na definição de “como” os assuntos vão aparecer no jornal: em primeiro lugar, a complexidade - “quanto mais complexo um assunto, maior a probabilidade de ser tratado numa reportagem maior”; em segundo lugar, o tempo - em dias de muitas notícias, os integrantes da equipe ficam “ainda mais obsessivamente seletivos”; por último, a “disponibilidade de imagens do assunto em questão”. De acordo com Bonner (2009, p. 110, grifo do autor), “a falta de imagens não determina se publicaremos uma notícia ou não. Mas tão somente **como** a publicaremos”.

A maior disposição de tempo dedicado às manifestações de rua e o uso da transmissão em tempo real tornaram-se usuais, principalmente a partir da segunda semana de protestos. No dia 17 de junho, quinze das 22 matérias do Jornal Nacional foram sobre as manifestações; no dia 18, foram 27 de 31 matérias; no dia 19, foram contabilizadas 23 de 28

matérias; no dia 20, data sobre a qual está focada o presente trabalho, 41 de 41 matérias estão dedicadas às manifestações. Nos dois dias seguintes há uma ligeira retração: são 24 de 28 matérias no dia 21, e 19 de 24 no dia 22.⁹ Os dados indicam como os protestos dominaram o espelho e inundaram o telejornal, assim como o olhar dos brasileiros. O tempo dedicado às manifestações pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 - Tempo dedicado pelo Jornal Nacional às manifestações de rua entre os dias 17 e 22 de junho de 2013, com destaque para o dia 20 de junho

Data	Tempo de cobertura
17 de junho	27min31s
18 de junho	72min6s
19 de junho	42min51s
20 de junho	230min41s
21 de junho	33min53s
22 de junho	21min7s

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base em imagens da plataforma de vídeos Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>

O dia 20 de junho é o auge da cobertura dos protestos pelo Jornal Nacional. Durante 3 horas, 50 minutos e 41 segundos (tempo sete vezes maior que o usual), o sistema de jornalismo da Rede Globo se dedicou a mostrar as ruas do país tomadas pela multidão e esse tempo abrange os 81 minutos contabilizados como a edição do dia do Jornal Nacional. Cerca de um milhão de pessoas saíram para protestar, de acordo com Gohn (2014, p. 23). Era essa multidão, que havia transbordado das telas para as ruas, que, de acordo com o propósito da produção, deveria, naquele momento, inundar as telas das televisões do país. Patrícia Poeta entrou no ar, em tempo real, precisamente às 16 horas e, desde esse momento, as matérias foram ao ar praticamente sem edição.

O Jornal Nacional se transformou em uma janela para as ruas, por meio da qual os telespectadores poderiam acompanhar o andamento dos protestos. Naquele dia, a emissora suspendeu a transmissão do jogo entre Espanha e Taiti pela Copa das Confederações e encurtou a duração do capítulo da série *Malhação*, exibida no fim da tarde para o público

⁹ A contabilização dos dados foi realizada a partir das imagens disponíveis na plataforma de vídeos Globo player (disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>. Acessado em 13 ago. 2019). Cada link foi contado como uma reportagem.

adolescente. A novela do horário das 21 horas, um dos principais produtos da Rede Globo, *Amor à Vida*, teve seu horário de início adiado por vinte minutos.

Bonner anunciou o início do Jornal Nacional com a divulgação de uma nota na qual, sem resumo ou explicação, discorreu sobre os acontecimentos que ocorriam diante dos olhos dos espectadores. Supostamente “atordoada” com o que acontecia, a equipe optou por liberar o material que chegava a cada momento, abrindo mão de procedimentos de edição e deixando todo o possível à vista, à mostra.

O formato “ao vivo” ocupou 73 minutos e 21 segundos. As transmissões em tempo real faziam a ligação do estúdio com treze cidades (Rio de Janeiro, Brasília, Campinas, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte, Goiânia, São Paulo, Florianópolis, Salvador, Recife, Vitória). Nas narrativas e imagens que ocuparam a edição do dia 20 de junho, predominaram as imagens da multidão e aquelas indicativas de confronto entre polícia e manifestantes. As imagens apresentadas como exemplos de depredação do patrimônio vieram, principalmente, de Brasília e do Rio de Janeiro. Em alguns casos, como na transmissão de Brasília, os repórteres descreviam o que conseguiam enxergar e as câmeras mostravam mais do que era narrado. Nestes casos, coube ao âncora, William Bonner, alertar os repórteres sobre as imagens geradas pelas câmeras que eles não conseguiam visualizar.

A instância ao vivo comporta, também, o imprevisto e a surpresa. Durante a transmissão ao vivo de Brasília, entre os minutos 29:46 e 36:11, Bonner argumentava, em diálogo com o repórter, que “a rigor, não havia uma situação flagrante de violência ou de gente forçando portas, nada parecido com isso”. Neste intervalo, parte dos manifestantes, aproveitando-se da concentração do policiamento em frente ao Congresso, avançaram em direção ao Palácio do Itamaraty. Escutam-se gritos e as imagens se concentraram no movimento de pessoas e nos focos de incêndio. Bonner alerta, ao ar, no imprevisto: “mas agora, a gente vê fogo”. A descrição é completada pela observação de Patrícia Poeta: “tem fogo ali /.../”

Do ponto de vista qualitativo, as mudanças mais expressivas também tiveram como marco o dia 16 de junho, quando a Presidente da República foi alvejada por sonoras vaias e xingamentos durante a abertura da Copa das Confederações, no estádio Mané Garrincha, em Brasília. Associado aos eventos de rua que, desde o dia 5, ocorriam em várias cidades do país, esse fato parecia apontar para uma transformação no panorama político do país, e essa perspectiva passou a ser considerada e valorizada pelos grupos empresariais e midiáticos empenhados na desconstrução do governo de Dilma Rousseff, pré-candidata à reeleição pelo

Partido dos Trabalhadores (BUCCI, 2016). O engajamento da Rede Globo nesse projeto de desconstrução pode ser demonstrado pela postura adotada, a partir do dia seguinte, em relação aos protestos.

Desde o dia 17 de junho, na pauta do Jornal Nacional, as reportagens sobre os atos de protesto ocorridos em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília ganharam volume. Além disso, foram postos em cena algumas imagens de atos ocorridos em Belém, Vitória, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza. Ao longo de toda a edição, *links* ao vivo foram inseridos. As manifestações da noite de 17 de junho permaneceram como o principal assunto da edição do dia 18, agora sob o comando de William Bonner, que, no dia anterior, se encontrava em Fortaleza, acompanhando a seleção brasileira. Mas foi principalmente no dia 20, quando as estimativas indicavam a presença de mais de um milhão de pessoas nas ruas, que a Rede Globo fez o seu mais incisivo investimento na divulgação das manifestações. A partir das 16 horas, flashes ao vivo, com imagens de diferentes cidades, davam conta de atualizar as informações. Às 17h50min, a programação da rede, em todo o país, foi interrompida para a cobertura dos protestos em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Vitória, Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, Recife, João Pessoa, Fortaleza, Goiânia, Campo Grande, Belém, Manaus e Salvador. Do estúdio do Jornal Nacional, Patrícia Poeta ancorava as entradas dos repórteres. Às 20h30min, William Bonner se juntou a ela na bancada. Mesmo após o término do Jornal Nacional, *flashes* ao vivo continuaram sendo veiculados até o encerramento do Jornal da Globo, transmitido no final da noite.

A ruptura com padrões técnicos e estéticos no processo de produção tinham por justificativa a gravidade e abundância dos acontecimentos. A equipe do programa deixou de lado o cálculo. Os 33 minutos de duração média diária deixaram de ser parâmetro e a cobertura dos protestos prolongou-se por cinco horas. Repórteres e câmeras foram acionados para enviar informações e imagens de diferentes cidades. Os âncoras, no papel de maestros, davam as entradas para os repórteres comentaristas chamados a falar sobre os fatos que desfilavam nas telas. Mais do que isso, os âncoras emitiram juízo de valor em relação à atuação dos manifestantes. William Bonner, por exemplo, não poupou críticas às pessoas que agiam com o rosto coberto, em grupos que ele se apressou em qualificar como uma minoria de infiltradas, sem compromisso com as pautas que, na sua interpretação, moviam a maioria dos manifestantes:

A gente identifica logo essa minoria, porque as pessoas que estão na rua para brigar por saúde, por educação, por um transporte mais digno ou contra a PEC 37, essas pessoas não precisam cobrir o rosto. Quando aparece alguém com uma máscara ou com um pano. É. Isso deve querer dizer alguma coisa. E aí acaba virando bagunça. São os tais infiltrados que querem provocar tumulto.

Movido pela perspectiva de apresentar uma proposta de ação coerente com os interesses do Eu comunicante, de modo a separar os “verdadeiros manifestantes” dos “vândalos”, Bonner ainda orienta os manifestantes que, presentes aos protestos, quisessem se manter fora de confusão e facilitar o trabalho da polícia:

Hoje circulou nas redes sociais uma informação interessante. Parece que na Argentina, quando vândalos começaram a depredar prédios públicos, enfim, jogar fogo nas coisas, os verdadeiros manifestantes, aqueles que tinham organizado a manifestação, se sentavam no chão na rua. Aí ficavam só os vândalos de pé. Isso facilita o trabalho da polícia. E é fácil separar o joio do trigo numa situação como essa. É uma dica.

Nos comentários, com jeito de improviso, predomina o modo argumentativo de organização do discurso e os termos utilizados para nomear, classificar e qualificar os manifestantes indicam o recurso a valores compartilhados, situados, principalmente nos domínios da verdade e da ética. Nas falas dos repórteres, aparentemente, há um domínio das descrições, embora nem sempre precisas e por vezes desconectadas com as imagens mostradas pelo câmara. A desconexão entre os profissionais de campo pode ser demonstrada, por exemplo, na fala da repórter Rita Hioshimine, de Brasília, dirigida a Bonner, sobre a ocupação, por manifestantes, do topo da escultura nomeada *Metoro*, de Bruno Georgi:

Já tem muita gente em frente já ao Ministério das Relações Exteriores, alguns manifestantes também entraram no espelho da água aqui no Itamaraty. Eu não sei se a gente consegue mostrar daqui, se o repórter cinematográfico Wilson Joaquim consegue mostrar, mas tem pessoas, inclusive, em cima do Meteoro

O âncora interrompe com a afirmativa: “Sim, sim. É visível”.

Um aspecto a se considerar sobre a atuação das equipes do Jornal Nacional é que elas atuam em uma distância segura em relação aos manifestantes que ocupavam o chão das ruas. Repórteres e cinegrafistas fazem tomadas do alto, de uma sacada, da cobertura de um prédio ou de helicóptero, e esse afastamento reforça a possibilidade de escolhas em relação aos fatos e imagens que irão compor a notícia.

No foco das narrativas e imagens estão a violência, os confrontos entre manifestantes e policiais, o trânsito parado, fenômenos que compõem um cenário de guerra, bem como os cartazes e gritos nos quais as bandeiras de luta são exploradas como expressão de descontentamento em relação a um país sem governo, sem controle.

De forma alternada, o âncora e os repórteres do Jornal Nacional apelam para qualificativos que expressam valores positivos e negativos compartilhados no imaginário social. Especialmente Bonner utiliza sem parcimônia o poder - assentado sobre saberes de conhecimento e de crença - de valoração (positiva ou negativa) dos eventos e das ações humanas. Investido de credibilidade e autoridade advindas da condição de apresentador do telejornal de maior audiência no país, o âncora projeta no processo de enunciação discursiva o seu *ethos* de “dono da verdade”, o que acaba por reforçar a legitimidade do próprio veículo de informação. O *ethos* jornalístico, como argumentam Benetti e Hagen (2010, p. 125), são construídas por meio de representações “ditas e reditas como verdades ao longo do tempo”.

Supostamente assentados sobre valores universais, os discursos veiculados por meio das instâncias midiáticas estão, entretanto, eivados de subjetividade. As estratégias discursivas estão orientadas pela perspectiva argumentativa e sua eficácia depende da afirmação da objetividade da informação.

3. 2 Narrativa, *ethos* jornalístico e argumentação

Nos enunciados discursivos relativos às manifestações de rua, exarados dos arquivos da edição do Jornal Nacional do dia 20 de junho de 2013, textos e imagens se complementam para a consecução dos efeitos visados, mediante estratégias discursivas definidos nas instâncias de produção do telejornal. Para a efetivação dessas estratégias, âncoras e repórteres alternam-se na condição de locutores e contam com o precioso auxílio das imagens, investidas de valor de prova.

As intervenções textuais do âncora e dos repórteres, transcritas de cinco instâncias ao vivo da edição em foco, encontram-se dispostas nos quadros 1 a 5. Em destaque, com recurso ao negrito, estão as expressões utilizadas pelos distintos locutores e que foram tomadas objeto de análise no presente trabalho. No momento seguinte serão objetos de reflexão imagens selecionadas da edição e que, naquele momento, serviram de reforço à consecução dos efeitos visados.

O Quadro 1 reproduz a nota enunciada por William Bonner na abertura da edição do

Jornal Nacional do dia 20 de junho de 2013 com o intuito de explicar a ruptura com a lógica formal que, cotidianamente, orienta a produção do telejornal.

Quadro 1 - Transcrição da nota de abertura do Jornal Nacional do dia 20 de março de 2013, enunciada por William Bonner, âncora do telejornal

BONNER: A gente estava produzindo o Jornal Nacional, mas, na verdade, o que está acontecendo é que as notícias estão transcorrendo sucessivamente e, a essa altura, já não faz mais muito sentido a gente planejar uma edição de Jornal Nacional, porque os fatos estão acontecendo. Então o que nós estamos fazendo aqui já **é um Jornal Nacional que está transcorrendo ao sabor dos acontecimentos que estão se desdobrando à frente da tela**

Investido da condição de Eu enunciador, no pacto comunicacional com o público do Jornal Nacional, o apresentador dá início à edição explicando o porquê da mudança no modo de produção do telejornal, que já estava “transcorrendo ao sabor dos acontecimentos”. As estratégias enunciativas do discurso aí utilizadas estão amparadas em um saber de opinião, nascido, portanto, de um processo de avaliação dos acontecimentos que deveriam ser considerados notícias e sobre os quais o enunciador toma partido. A aparente isenção frente aos fatos “que estão se desdobrando à frente da tela” visa escamotear o processo de escolha e julgamento que é protagonizado pelos sujeitos envolvidos no processo de produção do jornal. A opinião implica, de acordo com Charaudeau (2007), no engajamento do sujeito com os fatos do mundo e o julgamento resulta do movimento de apropriação de um saber específico dentre os múltiplos saberes circulantes. Esse saber não se oferece à discussão e é, ao mesmo tempo, pessoal e partilhado. Ele resulta em um julgamento subjetivo e, uma vez partilhado, pode assumir uma função identitária.

Depois da nota de abertura, o apresentador desloca a atenção para os repórteres de rua. Em primeiro lugar, para Paulo Roberto Soares, em transmissão ao vivo da cidade do Rio de Janeiro, conforme transcrito no Quadro 2.

Quadro 2 - Narrativa do repórter Paulo Roberto Soares, enunciada em instância ao vivo, da cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 de junho de 2013

PAULO ROBERTO SOARES: Oi, Bonner. Olha, houve um reagrupamento ali de manifestantes em frente à prefeitura. É um pequeno grupo. **O blindado da PM se posicionou em frente a eles para eles não avançarem.** Houve um reagrupamento. A gente vê um táxi, mas havia outros carros aqui. Foi liberado o trânsito aqui, numa alça que dá acesso à Presidente Vargas, **uma situação de risco**, até porque os carros chegaram a ficar entre os manifestantes. Eles voltaram, entraram pelo canteiro, não sabiam por onde ir. **Ficou realmente uma situação complicada** nesse momento, mas não há mais confrontos em frente à Prefeitura. **Já há alguns minutos não há nenhum confronto, nenhum tipo de enfrentamento desses manifestantes com os policiais**, Bonner.

Embora a descrição esteja presente nas estratégias discursivas do repórter, predomina o modo argumentativo de organização do discurso. Não basta dizer que “o blindado da PM se posicionou em frente [aos manifestantes]”. Ao fato, acrescenta-se um motivo: “para eles não avançarem”. A polícia age, nesta perspectiva, responsivamente à necessidade de conter os atos que dão origem à “situação de risco” ou “situação complicada”. Não deve restar dúvida sobre quem são os responsáveis pelo caos na via pública. Os atos iniciados e protagonizados pelos manifestantes devem ser atrelados às consequências desastrosas para eles próprios e para o funcionamento da cidade. A descrição dos acontecimentos pelo repórter comporta, portanto, também um posicionamento e um julgamento. As expressões “riscos” e “complicada” acenam para o imaginário social e mobilizam a participação do auditório para participar do julgamento em relação aos fatos.

Segundo Rajagopalan (2003), a designação consiste no primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra pessoas e acontecimentos noticiados. Os termos escolhidos para referenciar pessoas, coisas, fatos, ou objetos são o prenúncio da intenção midiática. Essa intenção é reforçada pelo rápido comentário de Bonner sobre a frase final do relato de Soares. O informe de que já não há confronto e enfrentamento “dos manifestantes com os policiais” é avaliado pelo âncora como uma “notícia boa”.

A expressão “as coisas estão mais tranquilas” visa causar um engajamento afetivo do auditório no efeito pretendido pelos locutores. O modo argumentativo deve ser visto não em cada frase isoladamente, mas no processo de interação entre os vários sujeitos investidos da condição de Eu enunciator. Após a rápida avaliação da situação do Rio de Janeiro, Bonner conduz o olhar para Brasília, onde se encontra o repórter Ary Peixoto. Antes mesmo que o repórter inicie a narrativa, o apresentador alude a um momento pretérito de tensão na capital do país e tem como resposta a assertiva, enunciada por Ary Peixoto, mas na forma coloquial da terceira pessoa do plural: “A gente vai mostrar, agora, exatamente, uma imagem que a

gente não queria mostrar”. A intervenção de Bonner e a narrativa de Ary Peixoto encontram-se transcritas no Quadro 3.

Quadro 3 - Intervenção de William Bonner, seguida da narrativa do repórter Ary Peixoto, em transmissão direta de Brasília, no dia 20 de junho de 2013.

BONNER: É uma notícia boa, então. No Rio, as coisas já estão mais tranquilas. Tivemos alguns momentos de tensão, como tivemos em Brasília, e vamos, então, voltar à capital federal para ver a situação deste momento.

ARY PEIXOTO: Bonner, nós falamos aqui da esplanada dos ministérios. **A gente vai mostrar, agora, exatamente uma imagem que a gente não queria mostrar.** Ali no gramado em frente ao Congresso há muita fumaça de **pequenas fogueiras sendo acesas pelos manifestantes, por um grupo de manifestantes.** E essa fumaça é de alguns **rojões que estão sendo atirados contra os policiais.** Você viu que toda essa **confusão** que tá acontecendo foi exatamente desse ponto à esquerda do Congresso. A gente tem imagem das pessoas no corre-corre. **Tem fogo, fogo,** que eles estão fazendo fogueiras a cada minuto. E aí acaba tendo esse corre-corre. E isso é uma situação muito complicada porque acaba tendo ali... Tem um espelho d'água. As pessoas correm contra a multidão e a gente vê que as pessoas começam a se afastar do Congresso Nacional. Ou seja, abriu um clarão ali e essa fumaça toda que a gente tá vendo é uma fumaça de pequenos **focos de incêndio que foram acesos pelos próprios manifestantes.** A gente não sabe o que é que eles estão usando para poder produzir essas fogueiras. O fato é que a impressão que a gente tem daqui é que as pessoas estão se afastando. **E olha só: abriram imensos clarões no gramado em frente ao Congresso Nacional,** o que não vinha acontecendo desde que a manifestação, na verdade, chegou aqui. **Ela tava compacta, tava ali, até quando um pequeno grupo começou acirrar os ânimos, a provocar os policiais.** A gente mostrou, agora há pouco, a primeira prisão de um deles. E começou a jogar rojões. Houve muito spray de pimenta pelos policiais e a situação é essa, Bonner, tensa.

A descrição dos acontecimentos por parte do repórter é entremeada de julgamentos em relação às ações dos personagens presentes à manifestação. Os manifestantes acendem pequenas fogueiras, criando focos de incêndio, e atiram rojões contra os policiais. As ações protagonizadas pela força policial - uso de *spray* de pimenta e prisão de pessoas - são apresentadas ao final do relato e encontram-se associadas a uma informação essencial à estratégia argumentativa do telejornal: as atitudes de produção de focos de incêndio e de “provocação dos policiais”, atos que levam ao “acirramento dos ânimos”, não são da iniciativa do conjunto de manifestantes, mas de um “pequeno grupo”. Na conclusão do relato, o repórter reforça a imagem proposta por Bonner: “a situação é tensa”

Vislumbra-se aí, nos atos discursivos realizados pelos sujeitos enunciativos, que tanto o encadeamento das narrativas como a escolha dos termos para nomear e qualificar as pessoas e coisas encontram-se subordinadas ao modo argumentativo de organização do discurso. Essa lógica é seguida pelo repórter Fabiano Vilela, em transmissão ao vivo da

cidade de Belém, no Pará, para onde Bonner desloca a atenção sem qualquer comentário prévio. A narrativa de Fabiano Vilela encontra-se transcrita no Quadro 4.

Quadro 4 - Narrativa do repórter Fabiano Vilela, em transmissão ao vivo de Belém, no dia 20 de junho de 2013.

FABIANO VILELA: Agora há pouco **as tropas de choque da polícia militar e da guarda municipal tentaram fazer um cordão de isolamento para evitar a entrada dos manifestantes na prefeitura.** Manifestantes fizeram ato de **vandalismo** aqui. Houve muita **confusão. Manifestantes atiraram pedra, ovos.** Houve muita confusão. **A polícia teve que intervir com bombas e balas de borracha,** vários vidros quebrados. O prédio, por enquanto, está preservado, mas **a situação ainda é tensa.**

BONNER: Enquanto você falava aí, Fabiano, a gente revia as imagens da guarda municipal, que recuou para dentro da prefeitura meio que acuada por esse **grupo mais radical,** aliás uma cena que já foi vista essa semana na cidade de São Paulo.

O relato de Fabiano Vilela está orientado por duas perspectivas distintas, mas complementares: de um lado, (des)qualificar os manifestantes e suas atitudes, nomeadas como “ato de vandalismo”; por outro lado, justificar as ações das forças policiais (polícia militar e guarda municipal). Os manifestantes, que atentam contra o prédio da prefeitura e atiram pedras e ovos, são a origem da “confusão” e da “situação de tensão”. Os policiais agem no sentido de proteger o patrimônio público. Na expressão do repórter, “a polícia teve que intervir com bombas e balas de borracha”.

Nos relatos de Paulo Roberto Soares e de Ary Peixoto, as forças policiais agem de forma reativa, no sentido da auto defesa ou de defesa do patrimônio público diante de atos de vandalismo. O efeito de realidade pretendido, em consonância com os interesses da instância de comunicação, é reforçado pelo comentário do âncora que reforça a ideia de que o vandalismo resulta da ação de um “grupo mais radical”, assim como ocorrera na cidade de São Paulo, naquela mesma semana. As matérias jornalísticas e o comentário, em conjunto, evocam o efeito patêmico. Os enunciadores não apenas descrevem o acontecimento, mas fazem incidir sobre ele um julgamento com o recurso a valores coletivamente compartilhados: diante da situação de confusão e tensão e da ameaça ao bem público, é salutar a intervenção eficaz por parte dos poderes constituídos no sentido de garantia da ordem.

No quadro seguinte, são postos em destaques duas situações distintas. No primeiro momento, Bonner solicita e comenta imagens advindas da cidade de Porto Alegre, e, em seguida, desloca a atenção para o Rio de Janeiro, onde se encontra a repórter Bete Lucchese.

“Vandalismo” é a palavra-chave que orienta a estratégia argumentativa destinada a consolidar um efeito de verdade definido em consonância com os interesses da instância de comunicação. O comentário de Bonner sobre os atos em Porto Alegre e a narrativa de Bete Lucchese encontram-se transcritos no Quadro 5.

Quadro 5 - Intervenção de William Bonner, seguida da narrativa da repórter Bete Lucchese, em transmissão direta do Rio de Janeiro, no dia 20 de junho de 2013.

BONNER: Vamos agora a Porto Alegre, onde nós temos imagens das **peessoas**. Aparentemente mais **tranquilo. É uma passeata e não tomada por cenas de vandalismo**. E chove em Porto Alegre. Essa **multidão** se predispôs a ir para as ruas fazer a sua voz ser ouvida.

BONNER: Vamos para o Rio de Janeiro, onde a Repórter Bete Lucchese traz as informações:

BETE LUCCHESI: Bonner, **infelizmente** são **atos de vandalismo que estão sendo cometidos** aqui no Terreirão do Samba, um reduto do samba carioca, **uma área que está sendo depredada. Uma barraca já foi incendiada. Já retiraram banheiros químicos, grades, cadeiras e continua seguindo. A polícia continua avançando, tentando conter alguns pontos de confronto, de tumulto. A grande massa continua seguindo pacificamente.**

Na abordagem das cenas de Porto Alegre, o âncora, na condição de Eu enunciador, escolhe cuidadosamente as palavras para designar as pessoas e atos que compõem uma situação ideal: ao invés e manifestantes, “pessoas” estão na rua a se manifestar pacificamente. O ato é nomeado como uma “passeata”, da qual ele ressalta, por expediente de negação, a condição excepcional em relação ao que se viu nas demais reportagens: “É uma passeata e não tomada por cenas de vandalismo”. A multidão que, sob chuva, vai às ruas para se fazer ouvir compõe o quadro perfeito. O relato seguinte vem, por contraposição, referendar o cenário de Porto Alegre como o ideal.

A repórter Bete Lucchese, chamada a passar “informações” sobre a situação no Rio de Janeiro, inicia sua intervenção com a expressão “infelizmente”. O advérbio de modo antecipa o julgamento sobre os fatos, que ela resume na expressão “atos de vandalismo”. As ações de depredação do Terreirão do Samba, patrimônio cultural do povo do Rio, são enumeradas: “uma barraca foi incendiada”, “retiraram banheiros químicos, grades, cadeiras”. Os atos de destruição ocorrem no presente contínuo (“continuam seguindo”), sem que sejam nomeados ou qualificados diretamente os responsáveis. As forças policiais também atuam de forma continuada, em resposta ao tumulto, “tentando conter pontos de confronto”, sem que se explique quem são os sujeitos que se confrontam. Por fim, a locutora

enuncia, como uma mensagem final, o evento que prenuncia o futuro redentor: “A grande massa continua seguindo pacificamente”. O discurso de Bete Lucchese, sobre o que ocorre no Rio de Janeiro, se encontra perfeitamente articulado com a interpretação do âncora sobre as imagens de Porto Alegre: é nas massas pacíficas que reside a esperança de mudança, mudança que deve ocorrer dentro dos limites de ação e conforme os propósitos definidos e aceitos pela instância midiática.

Bonner retoma a fala para reafirmar a autonomia dos acontecimentos – as notícias mais importantes do dia estão transcorrendo diante dos seus olhos – e a abrangência das manifestações – “se repetem” em várias cidades. Em sequência, reestabelece o contato com Brasília. A narrativa agora está sob a responsabilidade de Rita Hiochimine, mas o âncora antecipa a leitura sobre as imagens que irão acompanhar as “informações ao vivo”, como se pode visualizar na transcrição disposta no Quadro 6.

Quadro 6 - Intervenção de William Bonner, seguida da narrativa da repórter Rita Hiochimine, em transmissão direta de Brasília, no dia 20 de junho de 2013.

BONNER: Neste momento, **as notícias mais importantes do dia estão transcorrendo diante dos seus olhos. São as manifestações que se repetem** e isso que você está vendo agora. São imagens ao vivo do palácio do Itamaraty, em Brasília. **Os manifestantes tentaram forçar a entrada, chegaram a atear alguma coisa, chegaram a provocar fogo. Os guardas avançaram utilizando não só os extintores, mas também gás de pimenta.** Rita Hiochimine tem as informações ao vivo de Brasília. Rita.

RITA HIOCHIMINE: Agora nós aqui, bem ao lado do palácio do Itamaraty, o que a gente percebeu foi o seguinte: **as pessoas estão jogando bombas para dentro do palácio e uma bomba também saiu de lá, tanto que as pessoas estão correndo agora. A gente acredita que foi uma bomba de efeito moral. E o prédio está vazio. Ele foi esvaziado há cerca de uma hora. Uma situação muito tensa. Quebraram a vidraça da entrada do palácio. Começou muito tranquila e agora está tensa a situação.**

As estratégias enunciativas inicialmente efetivadas pela fala do âncora corroboradas pela narrativa da repórter, testemunha ocular dos acontecimentos tomados como notícias, visam fortalecer os argumentos que orientaram as construções discursivas salientadas na análise das instâncias ao vivo anteriormente abordadas.

Para reforçar o julgamento sobre os eventos e sobre as pessoas, é fundamental que os sujeitos investidos da condição de Eu enunciador nomeiem os agentes do caos, da desordem e da violência, expressões que ativam, no público, a memória de outras experiências ou afetividades e que induzem à tomada de posição. De acordo com os enunciados, são os manifestantes que tentam “forçar a entrada”, que ateam fogo, quebram

vidraças e atiram bombas contra o Palácio. Às forças policiais, mais uma vez, são atribuídas atitudes reativas, mediante o uso de extintores, gás de pimenta e bombas de efeito moral. A narrativa se encerra com o uso de contraponto: “a situação” que começou muito tranquila, agora está tensa”. Tranquilidade e tensão são expressões carregadas de valores positivo e negativo, que apelam para o imaginário social compartilhado e se insere em uma perspectiva ideológica sustentada pelo Eu enunciador em consonância com o efeito de verdade pretendido pelo Eu comunicante. Como destaca Veiga (2002, p. 40), as regras ideológicas apontam para a necessidade de “uso de determinadas imagens, expressões e palavras”.

Vistos em conjunto, os enunciados discursivos consolidados nas falas do âncora e dos repórteres do Jornal Nacional englobam os pressupostos, definidos por Charaudeau (2008), que definem a argumentação: os discursos comportam uma proposta sobre o mundo, definida nas instâncias de financiamento e edição do telejornal; os enunciados antecipam-se a eventuais questionamentos sobre a legitimidade dessa proposta e dialogam diretamente com os sujeitos engajados no questionamento; e, finalmente, esses discursos encontram-se respaldados em uma linha de raciocínio que concede o status de verdade à proposta. O discurso pressupõe a existência de um sujeito que se constitui em alvo da argumentação e é a ele que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de persuadi-lo.

O último discurso posto em destaque no presente trabalho é a narrativa da repórter Renata Ribeiro (Quadro 7), que, chamada por Bonner, passa a descrever o que ela define como a contribuição da “maior cidade do país” para o que denomina como um “dia histórico”.

Quadro 7 - Narrativa da repórter Renata Ribeiro, em transmissão direta da cidade de São Paulo, no dia 20 de junho de 2013.

RENATA RIBEIRO: Bonner, a maior cidade do país contribui com esse dia histórico fazendo um **protesto pacífico** e, mais do que isso, uma **festa linda**, aqui na Avenida Paulista. Uma **cena que emociona**. Ela **completamente pintada de verde e amarelo** não só pelas bandeiras, pelas faixas, pelas camisetas, mas também pela projeção da Avenida Paulista. Uma **estimativa de que 100 mil pessoas** estejam aqui concentradas. Então, **no lugar das bombas nós escutamos a multidão**, com a motivação pela **redução da tarifa, pelo fim da corrupção, investimentos em saúde, em educação**. Nós temos **cenar muito bonitas**. Uma **manifestação pacífica**, uma **verdadeira festa**.

Em uma narrativa carregada de elementos de valoração positiva, a repórter traduz as imagens da Avenida Paulista como uma festa de cores e vozes. São postos em relevância, na descrição, vários elementos que, a partir daquele momento, iriam se incorporar à dinâmica

das manifestações de rua no Brasil, como o predomínio do verde e amarelo e os gritos da multidão por investimentos em saúde e em educação e contra a corrupção. Era um show de patriotismo e civilidade protagonizado por uma massa pacífica. O uso de adjetivos pueris, como linda e bonita, para qualificar as cenas, visam apelar para o imaginário social e consolidar a proposta sobre o mundo construída nas instâncias de financiamento e edição do telejornal e que é reproduzida, sem qualquer traço de crítica, pelos sujeitos imbuídos da condição de Eu Enunciador.

No modelo de comunicação midiática utilizado pelo Jornal Nacional, o Sujeito Comunicante, o ser social identificado como EUc, compreende os donos da empresa, os executivos, os patrocinadores e editores, que almejam o controle sobre os receptores da mensagem, por intermédio do locutor direto, âncora e repórteres investidos da condição de Eu enunciador (EUe). Sobre os objetivos do EUc, esclarece Oliveira (2013, p. 242): “ele quer também seduzir ou persuadir seu interlocutor a aderir a seus propósitos”. Daí a pertinência do conceito de estratégia discursiva, que, de acordo com o que propõe Charaudeau (2008, p. 56), “repousa na hipótese de que o EUc concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos de persuasão ou de sedução sobre o sujeito interpretante”.

O Eu enunciador (EUe) não se confunde com o Eu comunicante, mas com ele mantém estreitos vínculos e a sua atuação é fundamental à análise das formações discursivas consolidadas na encenação do telejornal. A individualização do perfil e do modo de ação dos vários sujeitos identificados com a condição de EUe deve ser considerada na análise dos discursos que eles enunciam.

No corpus documental analisado, foi posto em destaque o papel do âncora ou apresentador, William Bonner, que projeta, no processo de leitura e interpretação de imagens e narrativas, o seu *ethos* discursivo. Esse *ethos* é construído sobre padrões de qualificação que acenam para o imaginário sociodiscursivo no sentido de conferir a si próprio, e à instância midiática que ele representa, critérios de credibilidade e autoridade assentados em saberes de conhecimento e de crença compartilhados socialmente. A proximidade ideológica do âncora com o Eu comunicante, com as suas propostas de mundo e os seus juízos de valor, fica evidente na leitura de notas e editoriais, quando o apresentador atua como “porta voz” das Organizações Globo.

Foram tomados, também, como parte do conjunto compreendido pelo conceito de Eu Enunciador (EUe), os repórteres de campo, responsáveis pela cobertura jornalística em

transmissões ao vivo. Assim como o âncora, esses sujeitos mantêm vínculos institucionais, de natureza assimétrica, com a instância midiática para a qual prestam serviço. Por extensão, encontram-se limitados, em sua atuação, pela proposta de mundo que emana do ser social compreendido como Eu comunicante. Suas narrativas, como os comentários do âncora, encontram-se totalmente subordinadas à lógica da argumentação que visa criar efeitos de verdade em consonância com as proposições da Rede Globo.

É para um leitor idealizado, identificado como Tu destinatário (TUd), que se dirige a mensagem na fala do Eu enunciador. É sobre este destinatário idealizado que, consideradas as condições de restrição ao pacto comunicativo, que as estratégias discursivas são desenhadas com a finalidade de convencer. Entretanto, os telespectadores reais do telejornal, identificados como Tu interpretante (TUi), a despeito de compartilharem do mesmo imaginário sociodiscursivo, atuam, muitas vezes, à revelia das intenções e estratégias dos enunciadores do discurso. O TUi ressignifica a mensagem, às vezes por incapacidade de compreensão, dada a ausência de saberes específicos e necessários; às vezes por insuficiência do ato de linguagem do qual participa; pelo desconhecimento do contexto sócio-histórico no qual o ato comunicacional se produziu; ou, ainda, porque, na condição de seres sociais, mantém discordâncias e visões de mundo distintas daquelas que orientam a produção discursiva dos sujeitos envolvidos na produção do telejornal.

Alheios aos fatores externos e internos que impõem desvios e reformulações, os léxicos utilizados pelo apresentador e pelos repórteres de campo tendem a associar a imagem dos manifestantes ao caos, à baderna e à tensão. O uso do verbo na voz ativa indica que foram os manifestantes que “entraram em confronto com a polícia” (Quadro 2) provocando “muita confusão”, “tumulto” (Quadros 2, 3, 4). Ao afirmar que os manifestantes “atiraram objetos em direção às lojas” ou que “decidiram fechar o trânsito” (Quadro 2), os locutores atendem ao propósito de individualizar os responsáveis pelo caos urbano. O conceito de “vandalismo” é largamente utilizado para definir os atos retratados como de depredação de patrimônios públicos e privados e associar os responsáveis por essas ações a uma minoria. Note-se, entretanto, que nos discursos até aqui analisados, a expressão *black blocs* não é evocada para nomear os protagonistas dos ataques.

A associação entre minorias, vandalismo e tumulto, fundamental à consecução dos efeitos visados, insere-se na mesma perspectiva proposta pela reportagem de Renata Ribeiro sobre a situação de São Paulo (Quadro 7) e pelo comentário de Bonner sobre as imagens sobre as manifestações em Porto Alegre (Quadro 5). Nos dois casos, a narrativa dos eventos

toma um tom encomiástico. A descrição da repórter é dominada pelos elogios dedicados à “maior cidade do país”, protagonista de um “protesto pacífico”. A inserção do marcador temporal - “um dia histórico” - e da combinação de um substantivo e um adjetivo cuidadosamente escolhidos - “uma festa linda” - fornecem a chave explicativa para o padrão discursivo aparentemente conflitante com os relatos advindos de outras cidades. Mas, no conjunto, as narrativas, dominadas pelo padrão argumentativo, respondem exatamente aos objetivos e estratégias definidos pelo Eu comunicante. Naquele momento, não se trata mais de condenar aprioristicamente as manifestações de rua, mas de exaltar o que elas podem trazer de positivo para o projeto de poder sustentado pelo Eu Comunicante. O cenário ideal é a Avenida Paulista pintada de verde e amarelo, lutando pacificamente contra a corrupção, pela redução da tarifa e por investimentos em saúde e educação. A voz dos manifestantes, em substituição ao som das bombas, é o fenômeno que sustenta o argumento e justifica o apelo à emoção, dirigidos ao destinatário da mensagem.

Frente às narrativas aparentemente conflitantes que advêm dos repórteres, o âncora se desdobra entre, por um lado, considerar a importância das manifestações e das pautas que elas difundem, e, por outro lado, distinguir as ações pacíficas daquelas que podem ser qualificadas como atos de vandalismo. Quinze dias após o início das manifestações contra o aumento das tarifas, o Jornal Nacional conduz o foco para o movimento por direitos e contra a corrupção, com manifestantes pacíficos e conscientes, mas que ainda se veem pressionados a dividir o espaço das ruas com “uma minoria mais exaltada”.

Nos primeiros dias das manifestações, os eventos elevados pelo Jornal Nacional à condição de notícias, eram retratados como atos desorganizados, mas foram objeto de reconsideração desde que passaram a abrigar novas pautas, que iam além da suspensão do aumento das tarifas dos transportes coletivos. A edição do dia 20 de junho marca a transição para uma nova postura do telejornal. Segundo os interesses do Eu comunicante, os sujeitos investidos da condição de Eu enunciador passaram a valorizar a presença, nas manifestações, da sociedade civil, nomeada como “multidão”, que, aos poucos, se sobrepôs à minoria, identificada como responsável pelos atos de vandalismo.

A recorrência a qualificativos positivos ou negativos para se referir aos atos e aos manifestantes - de um lado, a multidão de verde e amarelo mobilizada em torno de pautas justas; do outro, a minoria de vândalos - revela o predomínio do modo argumentativo de organização dos discursos que emanam das falas do âncora e dos repórteres. A descrição dos acontecimentos é contemplada na definição das estratégias discursivas, nomeadamente

porque ela tem valor de prova dos eventos que o telejornal elege promover à condição de notícia, e fornece credibilidade à palavra do Eu enunciador. Os modos argumentativo e descritivo encontram-se, pois, estreitamente imbricados.

Os fundamentos dos modos de organização do discurso norteiam a organização da estrutura linguística. A escolha desses modos está em estreita correlação com as finalidades comunicativas abraçadas pelo sujeito que enuncia. Por essa razão deve ser considerada, também, entre as estratégias discursivas adotadas para a abordagem das manifestações de rua pelo Jornal Nacional, a exposição midiática do *ethos* discursivo do Eu enunciador. O texto enunciado dá materialidade às escolhas (conscientes ou não) do sujeito falante. Essas escolhas transitam entre as categorias de língua e os modos de organização do discurso e são delimitadas por restrições da situação. Deste modo, a análise da situação de comunicação, como argumenta Charaudeau (2010, p. 68) demanda o reconhecimento do “tempo físico e mental no qual se acham os parceiros da troca linguageira, os quais são determinados por uma identidade (psicológica e social)”.

Todo ato de enunciação se efetiva a partir de determinado lugar discursivo e revela o que é típico de uma formação discursiva específica. O grau de argumentatividade da enunciação está em estreita correlação com o esse lugar e formação e da relação do enunciador com o público. Para desvendar a presença do *ethos* no modo argumentativo de organização do discurso, é necessário estar atento, para algumas questões, enunciadas por Charaudeau (2010): quais são os elementos de base da argumentação? quais os escopos do valor de verdade da argumentação? quais os componentes da encenação argumentativa? quais são as posições do sujeito argumentante e os procedimentos semânticos (domínios de avaliação) e discursivos (mais propriamente textuais) da encenação argumentativa?.

De acordo com Charaudeau (2010), a atividade de argumentação “passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que o sujeito que argumenta tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo a modificar seu comportamento”. Os objetivos do Eu enunciador implicam na busca de uma racionalidade que dê sustentação ao ideal de verdade construído para a explicação dos fenômenos, mas também na busca do convencimento, que se efetiva mediante o compartilhamento de um universo discursivo, de crenças e de convicções.

Os elementos do modo argumentativo são organizados em consonância com a lógica e a encenação argumentativa. A encenação se processa em estreita correlação com as condições externas de produção dos enunciados e com as condições internas do dizer. As

condições externas ao ato de linguagem incluem os seres sociais e psicológicos definidos por traços de identificação pertinentes ao ato comunicacional, nomeadamente, o ser comunicante e o ser interpretante. Já as condições internas do ato de linguagem comportam as instâncias instauradas pela enunciação, definidas por papéis lingüísticos – o sujeito enunciador e o sujeito destinatário.

Segundo Charaudeau (2010), o processo de encenação argumentativa se realiza sob certas configurações delimitadas pelo contrato de fala, a partir do qual interagem os parceiros da comunicação. Entretanto, não é apenas por meio da fala que a mídia se mobiliza para alcançar os objetivos que norteiam a sua ação. O uso de imagens insere-se, de forma privilegiada, entre as estratégias discursivas adotadas pelas instâncias midiáticas, nomeadamente quando a veiculação dos conteúdos ocorre por meio da tela, como é o caso do telejornal.

A imagem complementa a mensagem de texto (oral ou escrito) e contribui para uma melhor fixação do efeito pretendido, na medida em que a ela se atribui valor de prova. Mas, assim como as palavras, as imagens são polissêmicas e passíveis de interpretações distintas em diferentes contextos. Portadoras de poder simbólico capaz de reforçar estereótipos e outros saberes cristalizados no imaginário social, as imagens podem ser utilizadas para reforçar a “verdade” ou, no sentido contrário, para iludir, enganar o destinatário da mensagem, como alerta Santaella (1997, p. 213): “Sempre que signos possam ser usados para asseverar a verdade, também podem ser usados para enganar”. Tais considerações trazem implicações de natureza metodológica, como destaca a autora: “Tanto as mensagens verbais quanto as pictóricas devem ser interpretadas dentro de seu contexto mais amplo” (SANTAELLA, 1997, p. 213).

Nesta perspectiva, a investigação sobre os sentidos possíveis e as “verdades” intrínsecas às representações de mundo sustentadas nas falas do âncora e dos repórteres do Jornal Nacional se complementa com a análise das imagens veiculadas e com a reflexão sobre os aspectos contextuais e socioculturais que envolvem a produção, seleção e efetiva utilização dessas imagens.

3.3 O que o Jornal Nacional viu: narrativa, imagem e imaginário sociodiscursivo

Benveniste propõe que o ato de enunciação deve ser compreendido como “um ato que serve ao propósito de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou

de outro tipo” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Para atender a esse propósito, um enunciado pode conter três mensagens, às vezes de forma combinada: uma de natureza linguística, uma formada pelos objetos reais da cena e seus significantes e a terceira de natureza icônica. Nesta perspectiva, os procedimentos de análise das representações de mundo veiculadas pelo discurso midiático devem levar em consideração, tanto quanto os aspectos linguísticos e semióticos do texto, as imagens e o contexto sociocultural de produção e difusão desses textos e imagens.

De acordo com Charaudeau (2012), é da junção de dois sistemas semiológicos – imagem e palavra – que nasce um produto apto a fabricar o imaginário para o grande público. Assim como a produção e difusão do texto (oral ou escrito), o uso da imagem visa provocar, no interlocutor, o efeito de realidade. Neste caso, a intenção do locutor é transmitir uma visão objetiva e tangível do mundo. Mas há que se considerar também o efeito de ficção, que implica na reconstrução do fato narrado a partir de uma experiência vivida ou de outro relato ouvido pelo interlocutor. Por fim, o uso da imagem provoca um efeito patêmico, que pressupõe um julgamento de valor coletivamente compartilhado – e, por conseguinte, instituído em norma social. O efeito patêmico leva ao questionamento da ação de um actante, pensado como beneficiário ou vítima de uma ação. Segundo Charaudeau (2007), a relação patêmica engaja os sujeitos da comunicação em um comportamento reacional segundo as normas sociais às quais ele está ligado, que ele interiorizou ou que permanecem nas suas representações.

Barthes (1990) indica que, subjacente à imagem, existe uma mensagem de natureza linguística (que abriga os sentidos de denotação e conotação); outra de natureza icônica; e uma terceira formada pelos objetos reais da cena. Uma das funções da imagem, em relação conjuntiva com o texto, é denotativa, de ancoragem. O processo de ancoragem tenta fazer a língua fixar os sentidos dispersos pelo icônico, direcionando o significado com uma espécie de descrição denotada da linguagem. O texto dirige o leitor por meio dos significados da imagem e o leva a considerar alguns deles e a deixar outros de lado. A imagem dirige o leitor a um significado escolhido antecipadamente, embora os significantes possam assumir diferentes sentidos de acordo com a subjetividade de cada leitor/receptor de uma mensagem. A fixação ou ancoragem possui função denotativa: ela ajuda a identificar os elementos da cena e a própria cena: “A imagem denotada naturaliza a mensagem simbólica, inocenta o artifício semântico, muito denso da conotação” (BARTHES, 1990, p. 37).

As funções de fixação e *relais* (complementaridade), inerentes à mensagem de

natureza icônica, implica que a imagem não tem valor meramente denotativo, de explicação do texto, mas escapa para o terreno da conotação. As duas funções podem coexistir em um mesmo conjunto icônico, porém haverá o predomínio de uma delas. Quando a imagem tem um valor subjuntivo (de fixação ou de controle) ela detém, privilegiadamente, a carga informativa. Mas as imagens, assim como as palavras, são fragmentos de um sintagma mais geral e a unidade da mensagem se realiza em um nível mais avançado. Enfim, conclui Barthes, a imagem é polissêmica e pressupõe, subjacente a seus significantes, uma cadeia flutuante de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros.

Santaella (1997) propõe tomar a imagem como argumento e assevera que ela é constituída de uma estrutura narrativa e argumentativa complexa. A autora aponta para a existência de dois domínios no mundo das imagens: o primeiro é o das imagens como representações visuais, Nesse domínio se enquadram os desenhos, as pinturas, gravuras, fotografias etc. O segundo domínio é o da realidade imaterial das imagens na nossa mente e engloba visões, imaginações, representações mentais, entre outras formas.

Para Santaella (1997, p. 15), “não há imagens como representações visuais que não tenham origem no mundo concreto dos objetos visuais”. Cada ato de cognição resulta em uma imagem mental e a imagem textual deve ser considerada também no conjunto de imagens como representações visuais: “uma palavra representa algo para a concepção na mente do ouvinte” (SANTAELLA, 1997, p. 18). Mas, por sua natureza polissêmica, as imagens não podem ser tomadas como expressão da verdade e, assim como as mensagens verbais, elas devem ser interpretadas dentro do contexto mais amplo de produção e circulação. Ademais, como assevera Santaella (1997, p. 213), “sempre que signos possam ser usados para asseverar a verdade, também podem ser usados para enganar”. Acrescenta Santaella (1997, p. 23):

A questão da verdade ou mentira nas imagens tem um aspecto semântico, um sintático e um pragmático. De um ponto de vista semântico, uma imagem verdadeira deve ser aquela que corresponde aos fatos que representa. De um ponto de vista sintático, deve ser aquela que representa um objeto e transmite um predicado sobre este. Do ponto de vista pragmático, deve haver uma intenção de iludir por parte do emissor da mensagem pictórica.

É esse o conjunto de considerações que dá sustentação à abordagem das imagens veiculadas na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional. Predominam, nas transmissões, cenas compatíveis com o conceito de vandalismo, termo incessantemente

repetido nos textos, enquanto são exibidas cenas de confronto com policiais e de depredação do patrimônio público. As imagens reforçam as representações do caos e visam mobilizar a opinião do público contra os responsáveis pelo cenário de guerra, tumulto e confusão. A imagem não apenas tem a função de fixação do conteúdo da narrativa, mas a ela agrega sentido simbólico. A função precípua que orienta o uso da imagem é criar um efeito de verdade, mas, sobretudo, acenar para a memória do telespectador, mobilizando emoções e sentimentos, em um conjunto de fenômenos que pode ser tomado por efeito de ficção.

As imagens evocam elementos da memória individual e coletiva, lembranças de experiências passadas sob a forma de outras imagens. Enfim, a imagem, em conjunto com os textos, ativa o efeito patêmico, que envolve os sujeitos da comunicação em um comportamento reacional segundo determinadas normas sociais. Por essa razão, as imagens devem ser analisadas tendo como referência os textos que as acompanham e o contexto político-social que abriga os processos de produção, escolha e veiculação desses textos pelo telejornal. Os efeitos discursivos se concretizam porque encontram correspondência nos imaginários individuais e sociais que, de acordo com Charaudeau (2007), delimitam as coisas do universo a partir de saberes que arquitetam sistemas de pensamento individuais e coletivos.

A articulação com os imaginários sociodiscursivos se realiza mediante o uso de expressões (substantivos e adjetivos) carregadas de valores consolidados nos saberes e crenças: os personagens e atos da minoria são associados às palavras, vândalos, tumulto e atentam para o valor negativo da violência e do caos; as passeatas pacíficas e belas, das massas ornadas com as cores da bandeira nacional apelam para o poder dos cidadãos organizados de transformar a sociedade, nos limites da ordem e em direção ao progresso.

Os léxicos, cuidadosamente escolhidos, não apenas expressam convicção ou visam explicar a situação, mas, concebidos nos parâmetros do modo argumentativo, visa persuadir o interlocutor. Do mesmo modo, as imagens, associadas à narrativa, visam atuar na disposição do público em relação aos atos e personagens retratados. A sequência de imagens, produzidas instantaneamente, transmitidas ao vivo e por repetidas vezes no decorrer da edição, desloca a atenção do telespectador para o efeito de verdade pretendido pela narrativa.

As imagens colocam em evidência padrões de atuação da uma minoria violenta, à qual deve-se negar a legitimidade das bandeiras e das estratégias de ação. Em contraposição a essas imagens, o Jornal Nacional contribui para a consolidação, no imaginário sociodiscursivo, de um modelo ideal de protesto, pacífico, nacionalista, contra a corrupção,

esta última apontada como verdadeiro entrave à oferta de saúde e educação de qualidade. As imagens de “multidão”, em passeata ou não, foi o lide (a informação mais importante de uma reportagem) do dia 20 de junho, ainda que, nessas imagens, estivessem contidos registros de depredações e confrontos com a polícia. A intenção dos editores do Jornal Nacional, naquele dia, foi mostrar o que os repórteres pudessem captar. Foram dispensadas as entrevistas com especialistas e informações mais precisas sobre a quantidade de participantes em cada praça de protesto.

A Figura 7, um recorte da sequência que acompanha a narrativa do repórter Paulo Roberto Soares, do Rio de Janeiro, revela um momento de tranquilidade, que se segue à narrativa imediatamente anterior, de confusão.

Figura 7 - Recorte de imagem da transmissão ao vivo, do Rio de Janeiro, na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional.



Fonte: Globoplay. <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>

A descrição do quadro de violência e caos (não mostrado em imagem), ressaltado no discurso do repórter, se complementa com o cenário de tranquilidade, com pessoas ocupando pacificamente as ruas, agora capturado pelas lentes da câmera. Os dois conjuntos

aparentemente conflitantes de fatos dialogam com os imaginários sociodiscursivos e reforçam valores fundamentados em saberes compartilhados.

Na Figura 8, está em destaque um recorte das imagens em movimento que acompanharam a narrativa de Ary Peixoto, de Brasília. Em evidência, os focos de incêndio, cuja origem foi atribuída a um grupo de manifestantes que estavam em frente ao Congresso Nacional.

Figura 8 - Recorte de imagem da transmissão ao vivo, de Brasília, na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional.



Fonte: Globoplay. <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>

Na De acordo com a narrativa que acompanha a imagem, um pequeno grupo foi o responsável por atear fogo, lançar rojões e provocar os policiais. Foi contra eles, pois, que se voltaram as forças de segurança, que efetuaram prisões e usaram spray de pimenta para conter os ânimos.

Na Figura 9, um recorte das imagens que acompanham a narrativa de Fabiano Vilela, de Belém, evidencia a ação de um grupo de manifestantes que tentou invadir o prédio da prefeitura.

Figura 9 - Recorte de imagem de manifestação em Belém, que acompanha a transmissão ao vivo do repórter Fabiano Vilela na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional



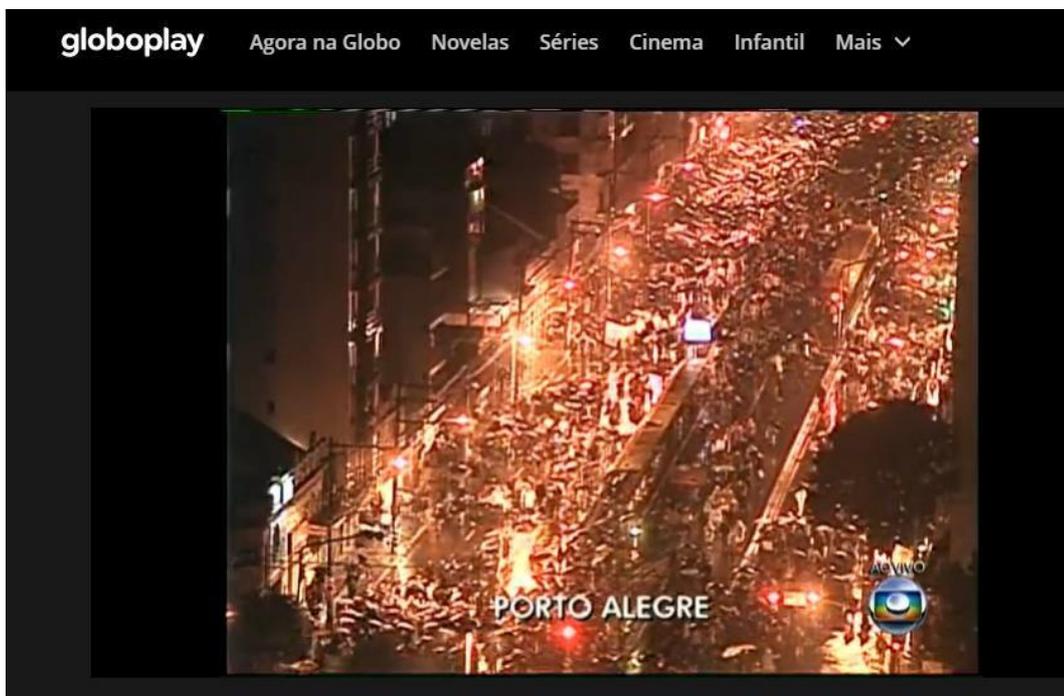
Fonte: Globoplay <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>

Durante a narrativa, o repórter chama a atenção para a situação de confronto entre os manifestantes e as forças policiais (a tropa de choque da Polícia Militar e a Guarda Municipal), que tentam fazer um cordão de isolamento em frente ao prédio. O discurso aponta para a confusão criada por manifestantes, que “fizeram ato de vandalismo”, “atiraram pedra, ovos”, e reforça a importância da ação da polícia, que “teve que intervir com bombas e balas de borracha” para preservar o prédio.

A Figura 10 é um recorte das imagens que dão sustentação à descrição de William Bonner, sobre a manifestação em Porto Alegre. Do estúdio do Rio de Janeiro, o autor faz a sua leitura das imagens que chegavam por meio da transmissão ao vivo e põe em destaque a natureza pacífica e ordeira do movimento, que se contrapõe com as narrativas até então apresentadas pelos repórteres das outras capitais.

Uma afirmação e uma negação fundamentam a argumentação de Bonner sobre o que ocorre em Porto Alegre: “É uma passeata e não tomada por cenas de vandalismo”. Apesar da chuva, “a multidão se dispôs a ir para as ruas fazer a sua voz ser ouvida”: com este argumento, o Eu enunciador propõe uma valoração positiva do movimento, que difere dos demais pela ausência de violência, pela natureza ordeira das pessoas que foram às ruas para se fazer ouvir, às expensas dos outros canais e agentes de negociação e exercício da política.

Figura 10. Imagens das manifestações em Porto Alegre que acompanham comentários do âncora William Bonner na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional



Fonte: Globo play <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>

Na sequência, a narrativa de Bete Lucchese, em transmissão direta do Rio de Janeiro, a contradição é reforçada. Na figura 11, recorte das imagens que acompanham a instância ao vivo, o clarão do fogo domina sobre o cenário, campo de ação de pessoas que cometem atos de vandalismo e depredação do patrimônio.

Figura 11. Recorte de imagens das manifestações no Rio de Janeiro, que acompanham a transmissão ao vivo da repórter Bete Lucchese na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional.



Fonte: Globoplay <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>

As cenas de conflito entre manifestantes e policiais são exploradas pelo Eu enunciador, assim como os juízos de valor em relação aos atos:

Infelizmente, são atos de vandalismo que estão sendo cometidos. A referência ao local dos atos de depredação, o Terreirão do Samba, patrimônio cultural do Rio de Janeiro, acena para o imaginário social com o intuito de mobilizar o público contra os protagonistas da ação. Incendiar barracas, retirar banheiros químicos, grades e cadeiras são atitudes que se voltam contra os interesses da população. Daí justifica-se a ação da polícia, que “continua avançando, tentando conter alguns.

No retorno a Brasília, com a transmissão ao vivo da repórter Hiochimini, a estratégia discursiva definida no circuito externo da comunicação, pelo ser social compreendido como Eu comunicante, se faz reforçar pela narrativa da repórter Rita Hiochimini, que busca corroborar seus argumentos com o auxílio de imagens. Na figura 12, destaca-se um recorte das imagens que acompanham a transmissão ao vivo da repórter Hiochimine, de Brasília, na noite de 20 de junho.

Figura 12. Imagens que acompanham a transmissão ao vivo da repórter Rita Hiochimine sobre as manifestações em Brasília, na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional.



Fonte: Globo play <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>

Nesta, como em narrativas anteriores, o imbricamento entre o verbal e o situacional fica evidente pelo abuso de expressões indicativas de juízo de valor sobre a situação – “tensa” – e os agentes (não nomeados) da ação de depredação. No conjunto da cobertura jornalística, os discursos de valoração negativa enunciados pelos repórteres em relação aos comportamentos coletivos de manifestantes indicam que o repórter como ser de fala projeta,

tanto quando o âncora, a imagem de si nos enunciados. Ambos dialogam com os valores de comportamento e de crença compartilhados ao se apresentarem, por meio de suas narrativas, como defensores da ordem e da tranquilidade.

O vandalismo e o caos, contra os quais alertam os sujeitos investidos da condição de Eu enunciator, aparecem, nas imagens, às vezes não muito nítidas, de focos de fogo, de placas de sinalização danificadas. Às vezes, diluída nas imagens gerais, capturadas do alto, revela-se a ação de um ou mais indivíduos atirando pedras ou outros objetos em direção aos prédios públicos. Mas, nos registros do jornal de maior audiência da televisão brasileira, a multidão sobressai sobre o indivíduo. Inevitavelmente, a câmera recua, de modo que a imagem do autor ou dos autores dos ataques venha se dissolver na massa. Imagens e palavras se complementam, assim, na cobertura jornalística, para consolidar saberes de conhecimento e de crença consolidados no imaginário sociodiscursivo.

O apelo final à valorização do movimento de massas, construído de forma pacífica e orientado pelo propósito de reconstrução do país em novas bases, vem de São Paulo, na narrativa de Renata Ribeiro e nas imagens da Avenida Paulista, apresentada em recorte na Figura 13.

Figura 13. Imagens das manifestações em São Paulo, que acompanha a transmissão ao vivo da repórter Renata Ribeiro, na edição de 20 de junho de 2013 do Jornal Nacional.



Fonte: Globo play <https://globoplay.globo.com/v/2646538/>

A cena é apresentada em reforço ao discurso marcado por expressões de valoração positiva e por um apelo à afetividade do público: “a maior cidade do país contribui com esse dia histórico fazendo um protesto pacífico e, mais do que isso, uma festa linda, aqui na Avenida Paulista. Uma cena que emociona. Ela completamente pintada de verde e amarelo”.

A estratégia utilizada pela repórter é orientada pela perspectiva de consolidação dos efeitos sociodiscursivos visados pelo Eu Comunicante. Naquele momento, o ser social apropria-se da energia dos movimentos de rua, compreendidos como expressão da participação coletiva dos cidadãos nos rumos do país, mas apresentam as condições dentro das quais esses movimentos devem transitar e as bandeiras que eles devem sustentar. Essas condições e essas bandeiras são traduzidas na fala do Eu enunciador: no lugar das bombas, as vozes da multidão devem se fazer ouvir. A redução da tarifa pode permanecer como bandeira de luta, mas é sobretudo o fim da corrupção, entraves aos investimentos em saúde e educação que devem mover as massas

A imagem, por sua natureza indicial, contribui para mobilizar e fixar imaginários, organizados em um sistema de pensamento coerente, criadores de valores. A associação entre em imagens (cuidadosamente escolhidas) e enunciados textuais construídos instantaneamente, no calor dos “acontecimentos”, é essencial às estratégias discursivas definidas pelo Eu comunicador e sustentadas pelos indivíduos identificados como Eu enunciador. Na enunciação discursiva e no modo de apropriação das imagens, os enunciadores projetam imagens de si que encontram ressonância nos imaginários sociodiscursivos e reforçam o efeito visado no processo de construção da narrativa e no julgamento dos fatos tomados como notícias.

CONCLUSÃO

As Jornadas de Junho permanecem um território aberto à investigação. A despeito do esforço empreendido por sociólogos e cientistas políticos, como Maria da Glória Gohn (2014), Ângela Alonso (2018) e Rubens Figueiredo (2013), muita coisa ainda precisa ser explicada. As teses, sempre parciais, dedicadas a explicar a origem das manifestações, apontam para a crise econômica internacional, para o esgotamento do modelo político da democracia representativa ou para a ascensão de novos grupos sociais, beneficiados pela política neodesenvolvimentista dos governos petistas, mas que passaram a se movimentar em torno de demandas para as quais, naquela conjuntura específica, os projetos governamentais não ofereciam respostas efetivas. Outros estudos se concentram em precisar quem são os principais atores do movimento e se apressam em apontar para a responsabilidade do Movimento Passe Livre (MPL) e dos *black blocs*. Sem dúvida, ambos tiveram importância no desencadear e na definição da forma dos protestos, mas, depois de quinze dias, foram relegados a uma condição secundária frente à diversificação de pautas e interesses e frente ao aparecimento de novos grupos mobilizadores da opinião e ação popular.

As manifestações de junho de 2013, ao ganhar forma e abrangência de movimentos de massa, contribuíram para solapar as bases de sustentação do governo de Dilma Rousseff. De acordo com as teorias de Elias Canetti (1995), um movimento se inicia como um movimento de massa aberta, natural, que se forma espontaneamente, tende a crescer indefinidamente e se expande em toda a parte e em todas as direções. De acordo com o autor, “fronteira alguma se impõe ao seu crescimento. Existe tão-somente enquanto cresce. Sua desintegração principia assim que ela para de crescer” (CANETTI, 1995, p. 15).

Canetti alerta para o papel exercido por minorias, dentro do movimento de massas, na destruição de fronteiras que separam as estruturas e ocupantes do poder e que estão no centro da atenção desses movimentos. Explica o autor:

A destruição de tipo mais comum [...] nada mais é do que um ataque a todas as *fronteiras*. Vidraças e portas são parte dos edifícios; elas constituem a porção mais frágil de sua separação do exterior. Uma vez arrombadas portas e vidraças, o edifício perde sua individualidade. Qualquer um pode, então, a seu bel-prazer, entrar; nada, ninguém lá dentro se encontra protegido. Nesses edifícios - pensa-se - encontram-se geralmente enfiados aqueles que buscam excluir-se da massa: os inimigos dela. Destruiu-se, pois, aquilo que os aparta. Nada mais há entre eles e a

massa. Podem, pois, sair e juntar-se a ela. Ou pode-se ir buscá-los (CANETTI, 1995, p. 18).

Em junho de 2013, no Brasil, são múltiplas as ações de manifestantes que atuam com esse propósito e que, efetivamente, contribuem para a identificação e confrontação dos símbolos do poder: a tentativa de invasão da Prefeitura de São Paulo, a efetiva ocupação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; os atos de depredação do prédio do Congresso Nacional e do Itamaraty são exemplos dessas ações. Ainda conforme Canetti (1995, p. 19), “aos olhos da massa nua, tudo parece uma Bastilha”.

Nas estratégias discursivas delineadas pelos editores e enunciadores do *Jornal Nacional*, há um espaço sutil no qual se pode transitar, que considera a possibilidade de apropriação do descontentamento em relação a certas estruturas de poder, mas que atribui a uma minoria de vândalos as ações de radicais que atentam contra o patrimônio público e privado.

As investigações sobre os impactos da mídia corporativa e das novas mídias no desenvolvimento e nos resultados das Jornadas de junho apontaram, como efeitos a médio e longo prazo, o aparecimento ou reforço de movimentos afinados com os vários espectros da direita e que serviram de fermento à ruptura político-institucional de 2016.

Em entrevista a Vinicius Mendes, publicada pela BBC em junho de 2018, Ângela Alonso afirmou que o desdobramento dos protestos suscitou o aparecimento de novos atores e novos temas, impossível de serem circunscrito a uma só bandeira. A autora debate, também, o que passou a se considerar uma “crise institucional” que, desde 2013, afetou o país. A expressão crise é comumente utilizada para tratar de fenômenos agudos que comportam desorganização dos arranjos políticos. A socióloga questiona se é possível falar de uma grande crise ou se seria mais adequado falar de uma sequência de crises. Para a autora, nessas situações, a incerteza predomina e os procedimentos comuns não se mostram eficazes, como ocorreu no Brasil com as tentativas, na sua opinião equivocadas, de estabilização adotadas pelos ocupantes do poder (MENDES, 2018).

Ainda segundo Alonso, a análise das Jornadas de Junho, no Brasil, devem ser vistas sob o pano de fundo de outros movimentos que, desde o final do século XX, vinham ocorrendo no Oriente Médio, na Europa e nos EUA. A Batalha de Seattle, em 1999, como destaca a autora, inaugura o novo fenômeno das mobilizações globais, comporta diferentes grupos de interesses e institui um novo estilo de protesto, mais midiático, marcado por recursos artísticos, pautas genéricas e diferentes estratégias de ação. Embora a ação de *black*

blocs seja frequentemente aludida nas narrativas sobre Seattle, é possível identificar a multiplicidade de causas e táticas que mobilizaram os manifestantes. Desde então, no curso de uma década e meia, outras manifestações ocorreram, em diferentes lugares do mundo, e várias estratégias foram testadas e repetidas, a exemplo das ocupações físicas de espaços simbólicos.

A cobertura de alguns desses movimentos, ocorridos em outras partes do mundo, já faziam parte do repertório de eventos noticiados pelo Jornal Nacional, mas, na cobertura dos eventos de junho de 2013, no Brasil, a relação não é explicitada. Nem mesmo a atuação dos *black blocs*, que poderiam ser apontados como elemento comum com outros movimentos, é valorizada pelo telejornal. Os grupos vestidos com roupas pretas e com o rosto coberto não são valorizados nas imagens e, no campo das palavras, as ações que poderiam ser a eles atribuídas tornaram-se responsabilidades de minorias, grupos menores de vândalos, contra os quais o Eu Enunciador ativa os valores do imaginário sociodiscursivo. Não se trata apenas de desqualificá-los, mas também, de isolá-los, orientando os manifestantes a deles se afastar para evitar tumulto e confusão, com se depreende da fala de William Bonner.

As narrativas e imagens produzidas durante as manifestações de junho, nos diversos campos da comunicação midiática, foram e continuam sendo objeto de reflexão na academia e têm suscitado o aparecimento de videodocumentários que buscam traduzir, na linguagem da sétima arte, a cultura social nascida naquele momento. No documentário intitulado *O mês que não terminou* (2018), produzido sob a direção de Francisco Bosco e Raul Mourão, é posta em evidência a polarização política que, desde aquele momento, passou a dominar no Brasil e questiona as correlações possíveis entre os atos de 2013 com o ritmo e os resultados das investigações abrigadas pela Operação Lava Jato, iniciada em 2014, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e com a emergência de forças conservadores que saíram triunfantes do pleito eleitoral de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro.

Embora essas correlações sejam, ainda, objeto de discussões importantes, é ponto pacífico que os protestos que levaram milhões de pessoas às ruas de todo o país, em 2013, não tiveram um desfecho. Em 2019, Pablo Ortellado em entrevista concedida ao portal do UOL, declarou: "A gente não entende hoje sem entender 2013". Para o pesquisador, "o ano de 2013 inaugurou uma série de acontecimentos que reorganizaram o campo político tal como ele existe hoje." (ORTELLADO, 2019). Tais observações podem ser estendidas para o ano de 2020 e, certamente, para mais além.

Se as manifestações de junho de 2013 se constituem em uma grande novidade no Brasil, jamais se poderá compreender, sem o recurso às narrativas e imagens que foram geradas, a natureza e a forma dos movimentos que ganharam corpo desde aquele momento. Destaca Nogueira (2019, p. 37): "Ali explode uma movimentação social que nunca havia acontecido antes, naquela intensidade e naquele formato. Aquela explosão inaugura um conjunto sucessivo que vai dar nas diferentes manifestações registradas desde então". Ortellado chama a atenção, ainda, para algumas mudanças que contribuíram para a conformação dos protestos, como a popularização das tecnologias digitais de informação e as mudanças nas estruturas familiares, nas ideias, nos modelos de relacionamento e nas formas de comportamento frente ao outro.

Embora isso não fique evidente na abordagem da mídia tradicional, em especial do Jornal Nacional, a grande novidade das manifestações de junho de 2013 foi a agregação de novos atores sociais aos protestos de rua, um campo tradicionalmente reservado aos movimentos da esquerda. A partir do ano seguinte, especialmente durante a campanha eleitoral, as divergências políticas afloraram e o país foi dividido entre "coxinhas", à direita, "mortadelas", à esquerda, enquanto os "isentões" ficaram espremidos ao centro. A facilidade de comunicação na era das redes sociais e dos smartphones contribuiu para o acirramento dos ânimos e o fenômeno das "bolhas" favoreceu a segmentação dos protestos.

Em junho de 2013 parecia haver alguma convergência entre as pessoas que iam à rua em defesa de direitos sociais básicos, como transporte, saúde e educação. As críticas ao sistema político de representação e a bandeira do combate à corrupção acabaram por tomar a forma de desconstrução da política e dos políticos e foram apropriadas pelas forças de oposição ao governo federal, alimentadas pela cobertura midiática da Operação Lava Jato. No clima de incerteza política e econômica, a esquerda, em seus diferentes matizes, buscou ainda se afirmar como herdeira das bandeiras dos direitos sociais enquanto a direita cresceu explorando o legado anticorrupção.

Inspirados nos movimentos de 2013, grupos de perfil liberal-conservador como o Movimento Brasil Livre (MBL), fundado em novembro de 2014, logo após as eleições presidenciais, e o Vem pra Rua, se dedicaram a organizar, com o amplo uso das redes sociais, movimentos de protesto contra o Governo de Dilma Rousseff. Na interpretação de Nogueira (2019, p. 38), "todos esses movimentos acabaram por ter mais ou menos a mesma cara de 2013, e por refletir essa transformação estrutural no Brasil"

Durante o período das manifestações, os índices de aprovação da presidente Dilma Rousseff sofreram alguma oscilação, mas, com o fim dos protestos, o crescimento do PIB acima do esperado e a valorização do real diante do dólar, a reeleição, em 2014, parecia garantida. Durante a campanha eleitoral, os programas do PT investiram no sentimento de temor frente à possibilidade de regressão de direitos sociais conquistados e alertaram para os riscos de aumento dos juros e de arrocho na economia, caso a oposição saísse vitoriosa da disputa.

A confirmação do triunfo de Dilma Rousseff no pleito de 2014 não amainou o clima de polarização política. Pelo contrário, a disputa ganhou novos contornos. Indignados, moradores do centro-sul do país utilizaram-se das redes sociais para expressar preconceito contra os eleitores da Região Nordeste, que, em expressiva votação, garantiram a vitória do Partido dos Trabalhadores. O programa Bolsa Família foi desqualificado e o governo foi acusado de utilizá-lo como moeda de troca por votos. Os discursos de ódio tomaram conta das redes, assim como discursos a favor da intervenção militar e da ditadura.

O golpe de 2016 começou a ser gestado no momento imediatamente posterior ao resultado das eleições. Inevitável associá-lo às mudanças estruturais e aos eventos que, no ano anterior, foram relevantes para o aprofundamento da polarização política, que contribuíram para a desqualificação das formas e das instituições políticas tradicionais e que levaram para as ruas grupos e bandeiras aparentemente díspares. Não se pode desprezar o papel da mídia corporativa, em particular o Jornal Nacional, na definição e consecução de estratégias discursivas que culminaram na sedimentação do clima de polarização e de desconstrução da política.

Os protestos refletiram um metabolismo social que se manifestou e se retroalimentou na conexão rede-rua e que tornou a rua uma esfera pública em disputa. No plano imediato, a rua passou a ser o espaço de disputa de cartazes, pautas, conteúdos, percursos e direção do movimento. Em efervescência, a rua atraiu, além das forças tradicionais da esquerda e da direita, a ação de grupos totalitários (neonazistas e fascistas), de bandidos e de indivíduos ligados às forças de repressão, em grande medida interpenetradas por ideários e práticas alimentadas no seio desses grupos. Todos esses elementos em disputa compõem um cenário de convulsão social que se abre a diferentes narrativas e múltiplas interpretações.

A análise das estratégias discursivas utilizadas pelo Jornal Nacional, tomando por base a edição de 20 de junho de 2013, revela a “personificação” dos atores, substantivados e qualificados por meio de léxicos cuidadosamente escolhidos. Dos vândalos, procura-se

afirmar o distanciamento em relação a qualquer pauta precisa de reivindicações ou senso de organização. A ação ilegítima e perturbadora dos “vilões” torna irrelevante a perspectiva de crítica política em relação a governos e aos movimentos sociais tradicionais que o movimento trazia desde a origem. Ao mesmo tempo, ao longo da narrativa, elementos de valorização positiva apontam para um modelo ideal de manifestação (pacífica, bela), ancorado nas bandeiras da luta contra a corrupção, pela educação e saúde de qualidade, bandeiras sustentadas pelos cidadãos pacíficos e ordeiros vestidos de verde e amarelo.

O dia 20 de junho é um marco fundamental do envolvimento do Jornal Nacional em uma trama política cuidadosamente cultivada. Ao abraçar as estratégias de afirmação do valor-notícia das manifestações, capturadas na brevidade da transmissão ao vivo, os responsáveis pela produção do jornal almejavam provocar um efeito de realidade, supostamente nascido da isenção, da responsabilidade da apuração e do compromisso com a opinião pública.

Em um contexto de difusão das mídias digitais, os espectadores têm a possibilidade de acessar meios alternativos de informação e comunicação. Como a recepção das notícias está fora do escopo do presente projeto, porque exigiria a definição de fontes e metodologias distintas das que foram utilizadas, as conclusões se restringem à questão fundamental que orientou a pesquisa: quais as estratégias discursivas, consignadas em conteúdos e formas, utilizadas pelo Jornal Nacional para o enquadramento dos fenômenos de junho de 2013?

A análise, ancorada na Teoria Semiolinguística, buscou desvendar a importância do *ethos* jornalístico do Eu enunciador na mobilização de valores compartilhados no imaginário sociodiscursivo. As representações dos protestos foram apreendidas em sua forma dinâmica e complexa. O que se procurou demonstrar, ao longo da dissertação, foi que a produção de notícias implica na apropriação da realidade e na produção de sentidos por parte de sujeitos sociais inscritos em contextos sócio-históricos específicos. A decifração desses discursos pressupõe reflexões sobre as relações entre os múltiplos sujeitos participantes do contrato de comunicação, como dos aspectos materiais de produção do discurso e do contexto que abriga o ato de comunicação.

Os procedimentos de análise contemplaram não apenas os elementos próprios ao discurso textual (oral e escrito), mas também as imagens, cuja natureza indicial implica somente no efeito de fixação, mas também em efeitos de conotação ou simbólicos. Em conjunto com os enunciados textuais, as imagens selecionadas projetam, por um lado, a ação da minoria, qualificada como violenta pelos enunciadores, e, em contraposição, os atos

pacíficos das grandes massas, relatados e valorados positivamente pelos repórteres. Não se pode desprezar a importância desses textos e imagens para o processo de desqualificação dos movimentos sociais tradicionais e para as mudanças políticas e institucionais que, desde aquele momento, foram impulsionadas pela massa pacífica, em luta contra a corrupção, ao gosto do Eu comunicante.

Em consonância com o que propõe Charaudeau (2006), conclui-se que o jornalismo construiu e continua construindo discursos para fabricar a informação. A mídia não transmite o que ocorre na realidade social, apenas reporta aos acontecimentos que julga pertinente transformar em notícias. No fazer jornalístico, as lógicas econômica, tecnológica e a simbólica encontram-se entrelaçadas, sob o domínio da última. O simbólico, segundo Charaudeau, é a “maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem às suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido” (CHARAUDEAU, 2006, p. 16).

As instâncias midiáticas se compreendem como organismos especializados e engajados na função de oferecer respostas às demandas da social por seu engajamento na democracia. Os jornalistas são, nessa perspectiva, os agentes encarregados de tornar público, em benefício da cidadania, aquilo que seria ignorado, oculto ou secreto. A mídia não se entende como uma instância de poder, mas como uma instância de denúncia de poder, como salienta Charaudeau (2006, p. 17): “Enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação”.

Para desconstruir essa autoimagem da mídia é essencial analisar criticamente os discursos que ela faz enunciar por meio de narrativas e imagens, cuidadosamente escolhidas e utilizadas em conformidade com as estratégias de persuasão utilizadas pelos enunciadores do discurso. A projeção do *ethos* discursivo do locutor privilegiado e a reafirmação de saberes de conhecimento e de crenças que mobilizam o imaginário sociodiscursivo compartilhado com o público são algumas dessas estratégias. Na abordagem das manifestações de rua do dia 20 de junho de 2013 pelo Jornal Nacional, as escolhas lexicais, a ação performática do âncora e dos repórteres de campo e a utilização das imagens dotadas de valor de prova respondem à perspectiva de consolidação do efeito visado pelos proprietários, patrocinadores e editores do telejornal.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V; PEREIRA, A. A. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. *Estudos Históricos*, n. 37, p. 143-166, jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/42541963-14072018-100556.pdf. Acessado em: 01 set. 2015.
- ALONSO, A.; GUICHENEY, H.; SOUZA, R. de. Os governos e as ruas. *Le Monde Diplomatique*, ano 10, n.117, p. 6, abr. 2017.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova.*, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>. Acessado em: 19 de outubro de 2019.
- AUHLIN, A. Ethos e experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO; R. de (org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. p. 82-83.
- AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: Retórica, Pragmática, Sociologia dos Campos. In:_____. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.
- _____. Ethos, cenografia e incorporação. In: _____. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2014.
- AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: _____. (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 443-464.
- BOFF, L. Uma energia vulcânica irrompeu nas ruas. *Jornal do Brasil*. 7 jul. 2013.
- BOITO, A; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia Política*. v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>. Acessado em: 12 out. de 2019.
- BONNER, W. *Jornal Nacional: modo de fazer*. São Paulo: Globo, 2009.
- BOURGEOIS, L. *Solidarité: l' idée de solidarité et ses conséquences sociales*. Paris: Le Bord de L'eau, 2008.
- BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 317-320.

BRASIL. Câmara de Deputados. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Edições Câmara, 1988. Disponível em: [bd.camara.gov.br › handle › bdcamara › constituicao_federal_48](http://bd.camara.gov.br/handle/bdcamara/constituicao_federal_48). Acessado em: 21 jan. 2019.

BUCCI, E. Ubiquidade e instantaneidade no teleespaço público: algum pensamento sobre a televisão. *Caligrama*. v. 2, n. 3, set.- dez. 2006.

_____. *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CANETTI, E. *Massa e poder*. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAULY, F. Protestos podem voltar mais fortes e incontroláveis, diz sociólogo. Entrevista com Boaventura de Souza Santos. *Deutsche Welle (DW): made for minds*. jul. 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/protestos-podem-voltar-mais-fortes-e-incontrol%C3%A1veis-diz-soci%C3%B3logo/a-16938502>. Acessado em: 14 out. 2019.

CHAUÍ, M. *As manifestações paulistanas de 2013: futuro da invenção democrática?* São Paulo: Nupsi/USP, 2013. Disponível em: http://nupsi.org/wp-content/uploads/2013/08/Marilena_Chauí-As_manifestacoes_paulistanas_de_2013-futuro_da_invencao_democratica.pdf. Acessado em: 06 jul. 2019.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *La conquête du pouvoir*. Opinion, persuasion, valeurs, les discours d'une nouvelle donne politique. Paris: L'Harmattan, 2013.

_____. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. (Dir.), *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*, L'Harmattan, 2007. Disponível em: <http://www.patrickcharaudeau.com/Les-stereotypes-c-estbien-Les,98.html>. Acessado em: 27 fev. 2020.

_____. *Petit Traité de politique à l'usage du citoyen*. Paris: Vuibert, 2008.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania: In: _____. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

EVANGELISTA, C. A. V. *Direitos Indígenas: o debate na Constituinte de 1988*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000016.pdf>. Acessado em: 02 abr. 2019.

FACHIN, P. A polarização discursiva e a falta de um projeto de crescimento econômico e de inclusão social para o Brasil “Precisamos de uma alternativa diversa”. Algumas análises. Entrevista com Luiz Werneck, Roberto Dutra e Rudá Ricci. *Instituto Humanistas Unisinos*. 14 nov. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/594338-a-polarizacaodiscursiva-e-a-falta-de-um-projeto-de-crescimento-economico-e-de-inclusao-social-para-obrasil-precisamos-de-uma-alternativa-diversa-algumas-analises>. Acessado em 13 dez. 2019.

FIGUEIREDO, R. *A sociedade enfrenta o Estado*. São Paulo: Summus, 2013.

FRANK, A.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*, n. 17, p. 56-63, jun. 1989. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200003>. Acessado em: 01 set. 2015.

FREITAS, E. C. Práticas de linguagem na atividade de trabalho: cenografia e ethos em discursos socioprofissionais. *Revista Latinoamericana de Estudos do Discurso*, Colômbia, v. 11, n. 2, p. 23-40, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.35956/v.15.n1.2015>. Acessado em: 06 nov. 2019.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003, Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014a.

_____. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2014b.

GUIMARÃES, J. R. Culturas brasileiras de participação democrática. In: AVRITZER, L. (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 87-92.

HADDAD, F. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro (baseado em depoimentos concedidos a Ivan Marsiglia). *Piauí*, São Paulo, n. 129, p. 12-19, jun. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acessado em: 03 de dez 2019.

HENRIQUES, M. S. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade (org.). *Comunicação e estratégia de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 33-58.

JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2011.

JUDENSNAIDER, E. *et al. Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1993.
- MENDES, V. “Junho de 2013 é um mês que não terminou”, diz socióloga. Entrevista com Ângela Alonso. *BBC Brasil*. 3 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>. Junho de 2018. Acessado em: 19 de out de 2019.
- NOGUEIRA, M. A. As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 22, p. 37-38. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172210>. Acessado em: 19 out. 2019.
- ORTELLADO, P. *et al. Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013. p. 227-239.
- ORTELLADO, P. Sem autocrítica. *Folha de São Paulo*. 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/11/sem-autocritica.shtml>. Acessado em: 19 dez. 2019.
- OTONI, L. A âncora social de Dilma. *Correio Braziliense*. 04 abr. 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/45252>. Acessado em: 12 de novembro de 2019.
- PEREIRA JUNIOR, A. E. V. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. *Famecos*, v. 13, n. 30, p. 31-38, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3373>. Acessado em: 15 ago. 2014.
- QUEVEDO, J. A perspectiva de comunicação na América Latina a partir de seus movimentos sociais como possibilidade de percepção da integração. In: IOKOI, Z M. G. (org.). *Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempo de globalização*. Santa Maria. 2007. p. 26-48.
- RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022002000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 15 ago. 2015.
- SANTAELLA, L. *Estratégias semióticas da publicidade*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1997.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *História: Debates e Tendências*, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan.-jun. 2008. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2947>. Acessado em: 15 ago. 2015.

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, G. A polifonia como estratégia argumentativa na construção da informação televisiva. In: CONGRESSO DE LETRAS: LINGUAGEM E CULTURA: MÚLTIPLOS OLHARES, 6, *Anais...* Caratinga, 2007.

SILVEIRA, S. *Cultura política e ativismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <http://www.ponte.ufc.br/wpcontent/uploads/2014/11/RedesDigitais-web>. Acessado em: 04 de novembro de 2019.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos - Cebrap*, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003 Acessado em: 02 abr. 2018.

_____. Esquerda ou direita? *Folha de São Paulo*, 22 jun. 2013.

SOUZA, J. É preciso explicar o Brasil desde o ano zero. *Cult*, ano 23, p.16-23. 19 out. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/jesse-souza-a-elite-do-atraso/>. Acessado em: 05 ago. 2019.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2014.